PRÁTICA PRODUTOS S.A.

Formulário de Referência

Ano: 2026 Versão: 3

Sumário

PRÁTICA PRODUTOS S.A.

1. Atividades do emissor 03

2. Comentário dos diretores 04

3. Projeções 05

4. Fatores de risco 06

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos 07

6. Controle e grupo econômico 08

7. Assembleia geral e administração 09

8. Remuneração dos administradores 10

9. Auditores 12

10. Recursos humanos 13

11. Transações com partes relacionadas 14

12. Capital social e Valores mobiliários 15

13. Responsáveis pelo formulário 16

Índice

1. Atividades do emissor

1.1 Histórico do emissor 17

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 20

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 21

1.4 Produção/Comercialização/Mercados 22

1.5 Principais clientes 24

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 25

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 27

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 28

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 29

1.10 Informações de sociedade de economia mista 30

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 31

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 32

1.13 Acordos de acionistas 33

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 35

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 36

1.16 Outras informações relevantes 37

Índice

2. Comentário dos diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais 38

2.2 Resultados operacional e financeiro 47

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 49

2.4 Efeitos relevantes nas DFs 50

2.5 Medições não contábeis 51

2.6 Eventos subsequentes as DFs 53

2.7 Destinação de resultados 54

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 56

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 57

2.10 Planos de negócios 59

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 61

Índice

3. Projeções

3.1 Projeções divulgadas e premissas 62

3.2 Acompanhamento das projeções 63

Índice

4. Fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco 64

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 67

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 68

4.4 Processos não sigilosos relevantes 71

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 72

4.6 Processos sigilosos relevantes 73

4.7 Outras contingências relevantes 74

Índice

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 75

5.2 Descrição dos controles internos 78

5.3 Programa de integridade 80

5.4 Alterações significativas 82

5.5 Outras informações relevantes 83

Índice

6. Controle e grupo econômico

6.1/2 Posição acionária 84

6.3 Distribuição de capital 91

6.4 Participação em sociedades 92

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 93

6.6 Outras informações relevantes 94

Índice

7. Assembleia geral e administração

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 95

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 97

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 98

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 99

7.4 Composição dos comitês 111

7.5 Relações familiares 114

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 115

7.7 Acordos/seguros de administradores 116

7.8 Outras informações relevantes 117

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração 118

8.2 Remuneração total por órgão 122

8.3 Remuneração variável 126

8.4 Plano de remuneração baseado em ações 128

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 129

8.6 Outorga de opções de compra de ações 130

8.7 Opções em aberto 131

8.8 Opções exercidas e ações entregues 132

8.9 Diluição potencial por outorga de ações 133

8.10 Outorga de ações 134

8.11 Ações entregues 135

8.12 Precificação das ações/opções 136

8.13 Participações detidas por órgão 137

8.14 Planos de previdência 140

8.15 Remuneração mínima, média e máxima 141

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 142

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 143

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 144

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 145

8.20 Outras informações relevantes 147

Índice

9. Auditores

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 148

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 149

9.4 Outras informações relevantes 150

Índice

10. Recursos humanos

10.1A Descrição dos recursos humanos 151

10.1 Descrição dos recursos humanos 153

10.2 Alterações relevantes 155

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 156

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 157

10.4 Relações entre emissor e sindicatos 158

10.5 Outras informações relevantes 159

Índice

11. Transações com partes relacionadas

11.1 Regras, políticas e práticas 160

11.2 Transações com partes relacionadas 161

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 165

11.3 Outras informações relevantes 166

Índice

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 167

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 168

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 169

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 170

12.5 Mercados de negociação no Brasil 171

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 172

12.7 Títulos emitidos no exterior 173

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 174

12.9 Outras informações relevantes 175

Índice

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 176

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores 177

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 178

A Prática Produtos S.A. ("Companhia" ou "Prática"), com sede no Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR 459, Km 101, CEP 37.556-140, tem por objeto social e atividade preponderante a fabricação de estufas, fornos elétricos, máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, bem como suas peças, acessórios e componentes. A Companhia também atua na importação de máquinas, equipamentos e componentes necessários às suas atividades; na indústria, comércio, exportação e importação de máquinas e equipamentos para cozinhas industriais, panificadoras e restaurantes; na assistência técnica e industrialização por conta de terceiros; e na participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, empresariais ou civis, como sócia ou acionista.

As atividades que deram origem à Prática tiveram início em 1991, sob a razão social de Prática Produtos Ltda. Em razão de reorganizações societárias, o registro da atual Companhia data de setembro de 2006, quando foi constituída sob a denominação Klimaquip S.A. - Tecnologia do Frio. Até o início de 2009, sua principal atividade era a exploração da marca Klimaquip, comercializada preponderantemente pela parte relacionada Prática Produtos Ltda., mediante pagamento de royalties de 8% sobre o valor de venda dos produtos com a marca Klimaquip.

A Prática desenvolve, fabrica e comercializa equipamentos profissionais para preparo de alimentos, com destaque para fornos profissionais, ultracongeladores e máquinas de panificação. Com uma equipe de pesquisa e desenvolvimento formada por mais de 50 profissionais e um portfólio reconhecido por inovação e confiabilidade, a Companhia consolidou-se como referência nacional em soluções para o mercado de alimentação fora do lar.

A missão da Prática é "levar qualidade e produtividade ao ambiente de preparo de alimentos". Sua visão é ser uma empresa de classe mundial, com atuação global e excelência reconhecida em serviços ao cliente, produtos, processos produtivos e sistemas administrativos.

A cultura da Companhia é sustentada por valores que orientam decisões, relações comerciais e a forma de conduzir negócios. Ao longo de sua trajetória, esses princípios fortaleceram uma atuação baseada em integridade, transparência, ética, respeito aos parceiros e compromisso com a melhoria contínua.

A Prática atende um mercado que busca qualidade, produtividade, segurança, eficiência energética e redução de custos. Sua proposta de valor é entregar soluções que aprimorem a operação dos clientes e, no ambiente internacional, apoiar distribuidores na construção da mesma proximidade com o cliente que diferencia a Companhia no Brasil.

Mais do que equipamentos, a Prática entrega soluções integradas. A rede de suporte pré e pós-venda, formada por profissionais técnicos, chefs e nutricionistas, apoia clientes na melhoria de processos, no aumento da qualidade operacional e na redução de desperdícios.

Desde sua fundação, a Prática construiu sua trajetória com foco em excelência de produtos, serviços e processos. Em 2003, obteve a certificação ISO 9001, reforçando a disciplina de qualidade que acompanha a evolução da Companhia.

Em 2006, a Prática transferiu sua operação para sede própria, em uma área total de 20.000 metros quadrados, dos quais 10.000 metros quadrados eram de área construída. A localização em Pouso Alegre/MG coloca a Companhia em uma posição logística relevante, próxima a importantes centros consumidores e industriais, como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Campinas e Vale do Paraíba.

No mesmo ano, os acionistas da Prática estabeleceram uma relação societária e de gestão com a Klimaquip Tecnologia do Frio S.A. ("Klimaquip"), empresa nacional então reconhecida em tecnologia de resfriamento rápido e congelamento. Essa aproximação ampliou a capacidade da Companhia de oferecer soluções integradas aos seus clientes.

Em 2007, a Prática ampliou sua atuação no mercado de padarias e confeitarias ao incorporar ao portfólio um conjunto completo de equipamentos sob a marca Prática Technipan. A iniciativa fortaleceu a oferta de soluções para esses segmentos e aumentou a capacidade da Companhia de levar produtividade ao ambiente de panificação e confeitaria.

Em 2009, foi constituída a Prática Participações Ltda., holding do grupo, criada para deter a participação na Companhia e viabilizar investimentos em outras sociedades.

Também em 2009, a Prática instituiu um conselho consultivo composto por profissionais independentes de reconhecida experiência, além de membros da diretoria. A iniciativa trouxe novas perspectivas para a tomada de decisão e marcou um passo relevante na evolução da governança corporativa.

Ainda em 2009, a Companhia estabeleceu parceria com a portuguesa Mercatus, empresa tradicional do setor de refrigeração na Europa, com o objetivo de fortalecer a competitividade dos produtos da linha de refrigeração. A operação envolveu a venda de parte das ações da Klimaquip, unidade de produção de equipamentos de refrigeração, que passou a ter gestão independente, preservando valores compartilhados com a Prática. O aporte de capital viabilizou investimentos em um parque industrial moderno, com 6.000 metros quadrados, em Pouso Alegre/MG, equipado com máquinas e tecnologias de alto desempenho.

Em 2010, a Companhia adquiriu participação acionária na Embtech Indústria e Comércio S.A., com o objetivo de garantir suprimento estratégico de sistemas eletrônicos aplicados ao controle dos equipamentos. Sediada em Poços de Caldas/MG, a Embtech passou a atuar como fornecedora e parceira no desenvolvimento de soluções de controle e automação para fornos combinados, contribuindo para a inovação do portfólio da Prática.

Em 2011, a Companhia concluiu a construção de um novo edifício dedicado à produção de máquinas para padarias. O espaço passou a abrigar o Centro de Tecnologia em Panificação (CTP), com 300 m², equipado para testes de produtos, demonstrações, treinamentos e avaliações com clientes. O prédio também passou a contar com o Centro de Treinamento de Serviços (CTS), com 160 m², estruturado com salas práticas e teóricas para capacitação e reciclagem contínua da equipe técnica.

Em 2013, a BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR") realizou investimento de capital e adquiriu 10% das ações da Companhia. Como resultado dessa associação, o conselho consultivo criado em 2009 foi transformado em Conselho de Administração da holding Prática Participações, reforçando a estrutura de governança e a participação em decisões estratégicas.

Em janeiro de 2014, foi assinado acordo de subscrição, compra e venda e outras avenças, sob condição suspensiva, com fechamento em março de 2014. Como resultado, 60% das ações detidas pela MNF Capital SGPS S.A. foram transferidas para a Prática Participações S.A., que passou a deter 100% do capital da Companhia.

Em 2015, como parte do processo de expansão internacional, foi constituída a subsidiária Prática Products Inc., sediada em Dallas, Texas, Estados Unidos da América. A subsidiária tem atuação relacionada à comercialização, locação, importação e exportação de máquinas e equipamentos para cozinhas industriais, padarias e restaurantes, além da prestação de serviços de assistência técnica e comercial. Sua criação foi um marco para a presença da Prática no mercado norte-americano.

Em outubro de 2015, a então holding Prática Participações obteve registro de companhia aberta na categoria "A" junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à B3. O registro ampliou as alternativas de acesso ao mercado de capitais e reforçou o compromisso do grupo com transparência, governança e padrões regulatórios compatíveis com o ambiente de companhias abertas.

Em outubro de 2015, em assembleia geral extraordinária, a Companhia alterou sua denominação social de Klimaquip S.A. - Tecnologia do Frio para Prática Klimaquip Indústria e Comércio S.A., modificou seu objeto social, abriu duas filiais e ajustou seu estatuto social para refletir a nova estrutura operacional.

Em 31 de maio de 2016, ocorreu a incorporação da controlada Prática Produtos S.A., com base em laudo de avaliação do acervo líquido datado da mesma data. A medida, prevista desde 2014, foi motivada pela similaridade das operações, dos processos produtivos e do mercado consumidor atendido pelas empresas.

A incorporação permitiu racionalizar a estrutura societária, aproveitar sinergias operacionais e reduzir custos financeiros, administrativos e operacionais, gerando maior eficiência para a Companhia.

No último trimestre de 2017, ocorreu a incorporação reversa da controladora Prática Participações S.A., com base em laudo de avaliação do acervo líquido datado de 30 de setembro de 2017. A operação teve como objetivo simplificar a estrutura societária do grupo.

A incorporação reversa resultou no aumento do patrimônio líquido da Companhia, na redistribuição à Brava Participações Ltda. das ações ordinárias de emissão da Companhia até então detidas pela Prática Participações, bem como na emissão de 2.057.154 novas ações ordinárias, 373.242 novas ações preferenciais classe "A" e 414.253 novas ações preferenciais

classe "B", observada a participação então detida pelos sócios da Prática Participações no capital desta.

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia exerceu o direito de resgate das ações preferenciais classe "B" pertencentes à acionista MNF Capital - SGPS, S.A., conforme previsto no acordo de acionistas firmado em 2014 entre a acionista controladora e os acionistas minoritários. Na mesma data, foi aprovado o cancelamento das ações preferenciais adquiridas, mediante utilização de saldos do Fundo de Resgate, de Reservas de Capital e de Lucros Retidos.

Também em 31 de agosto de 2018, foi celebrado novo Acordo de Acionistas entre a acionista controladora Brava Participações Ltda. e a acionista minoritária BNDES Participações S.A. O acordo previa, entre outras obrigações, a análise de uma eventual abertura de capital da Companhia até 31 de dezembro de 2022, condicionada à existência de condições favoráveis da Companhia e do mercado.

Ainda em 2018, em linha com o artigo 223, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Prática iniciou o processo de registro como companhia aberta junto à CVM e solicitou listagem no segmento Bovespa Mais - Nível 2 perante a B3. Em 18 de outubro de 2018, a Companhia obteve o registro de companhia aberta, reforçando sua trajetória de transparência e preparação para o mercado de capitais.

Em 2022, a Companhia constituiu subsidiária em Santiago, no Chile, para ampliar sua presença internacional e fortalecer a atuação na América Latina. A iniciativa reforçou a estratégia de crescimento global e a proximidade com clientes e parceiros em mercados relevantes fora do Brasil.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de julho de 2023, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Prática Klimaquip Indústria e Comércio S.A. para Prática Produtos S.A.

Em fevereiro de 2023, a Companhia apresentou aos seus acionistas laudo elaborado pela PWC Strategy do Brasil Consultoria Empresarial Ltda., que indicou a inviabilidade de realização de IPO naquele momento. Com base nesse laudo, a Companhia ficou desobrigada de realizar a abertura de capital prevista no acordo de acionistas.

Em 15 de dezembro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o resgate de 373.242 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia e detidas pela BNDESPAR, ao preço unitário de R$ 59,99 por ação, no montante total de R$ 22,392 milhões. A operação utilizou saldos do Fundo de Resgate, de Reservas de Capital e de Lucros Retidos. Na mesma data, foi aprovado o cancelamento e a extinção de todas as ações preferenciais emitidas pela Companhia.

Em 2024, como parte do plano de expansão internacional, foi constituída a subsidiária Prática Europe, com sede em Colônia, Alemanha, com o objetivo de ampliar a proximidade com clientes e distribuidores na Europa.

Ainda em 2024, a Companhia celebrou acordo de investimento com a Stratus SCP III Brasil Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, estruturado por meio da emissão privada de debêntures conversíveis em ações ordinárias. A operação teve como objetivo capitalizar a Companhia para financiar suas atividades operacionais, apoiar a expansão local e internacional, reforçar a governança corporativa e sustentar investimentos em CAPEX, capital de giro e pesquisa e desenvolvimento.

Em 2025, a Prática manteve uma trajetória de crescimento com execução disciplinada. A receita líquida consolidada alcançou R$ 388,7 milhões, crescimento de 14,8% em relação a 2024. No Brasil, a receita líquida foi de R$ 309,3 milhões, enquanto o mercado internacional atingiu R$ 79,4 milhões. O EBITDA ajustado somou R$ 62,6 milhões, com margem de 16,1%, refletindo a resiliência do negócio principal mesmo em um ano de investimentos relevantes na expansão internacional.

Ao ingressar em 2026, ano em que completa 35 anos de história, a Companhia combina base industrial consolidada, presença internacional em expansão, cultura de inovação e governança em evolução. Esse conjunto posiciona a Prática para seguir ampliando sua atuação global, mantendo foco em qualidade, produtividade, proximidade com o cliente e geração sustentável de valor.

A Prática Produtos S.A. (“Companhia” ou “Prática”) atua no setor de bens de capital, com foco no desenvolvimento, fabricação, comercialização e suporte de equipamentos profissionais para preparo de alimentos. A Companhia atende principalmente os mercados de alimentação fora do lar, panificação, supermercados, redes de alimentação, cozinhas profissionais e operações industriais e comerciais que buscam produtividade, padronização, eficiência energética e qualidade operacional.

O portfólio da Companhia reúne soluções de cocção, panificação, refrigeração, ultracongelamento, lavagem e apoio operacional, incluindo fornos profissionais, fornos combinados, fornos de convecção, fornos de lastro, speed ovens, equipamentos de regeneração térmica, máquinas de panificação, túneis e ultracongeladores, refrigeradores, estufas climatizadas, vitrines refrigeradas, máquinas de lavar louça profissionais, peças de reposição, serviços de assistência técnica e consumíveis técnicos, como tabletes de limpeza e descalcificação para fornos combinados.

A Companhia também participa de empresas relacionadas à sua cadeia de valor. A Embtech Tecnologia Embarcada S.A., coligada da Companhia, atua no desenvolvimento de hardware, sistemas embarcados e componentes eletrônicos aplicados à automação e ao controle de equipamentos.

Além da operação industrial em Pouso Alegre/MG, a Prática possui controladas no exterior, integralmente consolidadas nas demonstrações financeiras de 2025: Prática Products Inc., nos Estados Unidos; Prática Chile SpA, no Chile; e Prática Europe GmbH, na Alemanha. Essas estruturas apoiam a comercialização, o relacionamento com distribuidores, o suporte técnico e a adaptação da presença comercial da Companhia a mercados estratégicos.

A Companhia investe continuamente em pesquisa e desenvolvimento, engenharia, manufatura, tecnologia embarcada, conectividade e conhecimento de aplicação. Em 2025, a Prática contava com mais de 50 profissionais dedicados a pesquisa e desenvolvimento e atuação comercial em mais de 50 países, conforme relatório da administração.

A expansão internacional e a diferenciação tecnológica também envolvem desafios relevantes. A Companhia depende da manutenção de certificações e homologações aplicáveis nos mercados em que atua, da capacidade de desenvolver distribuidores e parceiros locais, da disponibilidade de suporte técnico e peças, da adaptação de produtos a requisitos regulatórios locais, da logística internacional, da variação cambial, de tarifas e barreiras comerciais e da concorrência de fabricantes globais e regionais. Tais fatores podem afetar o ritmo de crescimento, a rentabilidade e a execução da estratégia internacional, conforme descrito nos fatores de risco deste Formulário de Referência.

A Companhia adota como critério de segmentação os princípios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 22 (Resolução CVM nº 103/22), que define segmentos operacionais como componentes do negócio que geram receitas e despesas, possuem características econômicas próprias e são acompanhados pela administração com base em informações internas usadas na tomada de decisão.

Com base em sua estrutura de negócios, nas linhas de produto e nos relatórios gerenciais e financeiros utilizados pela administração, a Prática Produtos S.A. reporta seus segmentos operacionais de forma alinhada à forma como acompanha desempenho, aloca recursos e avalia oportunidades de crescimento. Em 2025, a receita líquida consolidada totalizou R$ 388.697 mil, distribuída entre fornos, equipamentos de refrigeração, máquinas de panificação e outros produtos e serviços.

a) Fornos profissionais para gastronomia e panificação

O segmento de fornos reúne as soluções voltadas ao food service, redes de alimentação, cozinhas industriais, hospitais, catering, padarias, confeitarias, supermercados e centrais de produção de pães e alimentos. São equipamentos desenvolvidos para ambientes de alta exigência operacional, nos quais produtividade, padronização, segurança, eficiência térmica e qualidade do alimento preparado são fatores decisivos de compra.
Os principais produtos incluem fornos combinados, fornos de finalização rápida (Speed Ovens), fornos de convecção, fornos turbo e fornos modulares de lastro. A Companhia busca diferenciar essa linha por automação, precisão de cocção, conectividade, robustez e suporte técnico próximo ao cliente.
Receita líquida consolidada em 2025: R$ 245.838 mil, equivalente a aproximadamente 63,2% da receita líquida consolidada da Companhia.

b) Equipamentos de refrigeração e ultracongelamento

Esse segmento atende clientes que demandam controle rigoroso de temperatura para fermentação, conservação ou congelamento rápido, com destaque para supermercados, padarias industriais, centrais de produção de alimentos congelados e cozinhas profissionais.
Os principais produtos incluem ultracongeladores rápidos de diversas capacidades, câmaras de fermentação e câmaras de conservação, desenvolvidos para apoiar a qualidade, a segurança e a previsibilidade dos processos dos clientes.
Receita líquida consolidada em 2025: R$ 40.364 mil, equivalente a aproximadamente 10,4% da receita líquida consolidada da Companhia.

c) Máquinas para panificação

O segmento de máquinas para panificação atende padarias artesanais, confeitarias, centrais de pão congelado, supermercados e operações que buscam escala, repetibilidade e eficiência no preparo de pães, massas e itens de confeitaria.
Entre os principais produtos estão masseiras, batedeiras industriais, modeladoras de pães, divisoras de massa, cilindros e grupos automáticos de modelagem, que ampliam produtividade e padronização da produção.
Receita líquida consolidada em 2025: R$ 49.490 mil, equivalente a aproximadamente 12,7% da receita líquida consolidada da Companhia.

d) Outros produtos, serviços e consumíveis técnicos

Esse grupo complementa o portfólio da Companhia e fortalece o relacionamento com a base instalada ao longo do ciclo de vida dos equipamentos. Inclui a prestação de serviços de manutenção pós-garantia, venda de peças de reposição, itens de desgaste, consumíveis técnicos e equipamentos de revenda que integram a solução entregue ao cliente.
As principais atividades e produtos incluem assistência técnica autorizada, peças originais de reposição, tabletes de limpeza e descalcificação para fornos combinados, micro-ondas industriais e máquinas de lavar louça profissionais.
Receita líquida consolidada em 2025: R$ 53.005 mil, equivalente a aproximadamente 13,6% da receita líquida consolidada da Companhia.

a. Características do processo de produção

A Companhia opera a partir de sede própria localizada em Pouso Alegre - MG, em área total de 46.000 m², sendo 30.000 m² de área construída. A planta industrial está posicionada em local estratégico, com fácil acesso à Rodovia Fernão Dias e aos principais centros logísticos do país.

A estrutura fabril é organizada por linhas de produto, com unidades dedicadas à produção de máquinas de panificação (linha Technipan), fornos profissionais (linhas Technipan e Technicook) e equipamentos de refrigeração (linha Klimaquip). Essa configuração permite maior especialização técnica e disciplina industrial, sem perder a flexibilidade necessária para atender diferentes perfis de cliente.

O processo produtivo é verticalizado e integrado, com etapas que incluem estamparia, montagem, soldagem, testes de qualidade e expedição. A produção é alimentada por projetos desenvolvidos internamente pelas áreas de engenharia e P&D, que reuniam cerca de 60 colaboradores em 2025. Os produtos são desenvolvidos com tecnologia própria, complementada por fornecedores homologados e domínio local de sistemas embarcados.

A Companhia também mantém parcerias com fornecedores locais para processos complementares, como estamparia, usinagem e pintura eletrostática. Essa estratégia amplia a flexibilidade industrial, aumenta a capacidade de resposta e permite reforçar o controle sobre etapas críticas sem necessariamente ampliar a estrutura física da planta.

A Companhia possui certificação ISO 9001 desde 2003, o que reforça a padronização dos processos internos, a gestão da qualidade, a disciplina operacional e o compromisso com a melhoria contínua e a satisfação dos clientes.

A Companhia mantém seguro patrimonial sobre seus ativos industriais, com cobertura de R$ 92 milhões. As manutenções preventivas são realizadas periodicamente, com interrupções programadas para revisão de máquinas e dispositivos críticos. Não houve paralisações relevantes no período.

b. Características do processo de distribuição

No Brasil, a distribuição ocorre por meio de uma estrutura multicanal, construída para combinar capilaridade, relacionamento técnico e proximidade comercial. Em 2025, essa estrutura contemplava:
• 11 concessionárias exclusivas;
• 15 espaços de exposição e relacionamento em parceiros;
• 120 representantes comerciais;
• 155 revendedores autorizados;
• 260 assistências técnicas credenciadas;
• equipe própria de vendas diretas e pós-vendas.

As vendas são realizadas de forma direta e indireta, com presença em todo o território nacional. A Companhia também mantém filiais e estruturas comerciais em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Pouso Alegre, utilizadas para atendimento regional, treinamento, relacionamento com clientes e suporte à distribuição de peças.

Com mais de 30 anos de atuação, a Prática é reconhecida como um dos principais players brasileiros em equipamentos profissionais para food service, panificação e refrigeração. A estratégia comercial combina presença física, relacionamento técnico, participação em feiras e eventos, canais digitais e uma rede de pré e pós-venda que reforça a proximidade com o cliente.

O processo logístico é realizado principalmente por modal rodoviário, com operadores terceirizados. Os embarques contam com seguro de frete contratado pela Companhia, tanto para entregas nacionais quanto para exportações.

A internacionalização segue como uma diretriz estratégica relevante. A Prática possui operações próprias em Dallas (EUA), Santiago (Chile) e Colônia (Alemanha), além de uma rede de distribuidores em mais de 50 países. A estrutura internacional apoia a expansão comercial, o suporte técnico local, a adaptação do portfólio às exigências de cada mercado e a construção de relacionamentos de longo prazo com distribuidores e clientes finais.

c. Características dos mercados de atuação

A Companhia atua em mercados com dinâmicas competitivas distintas por segmento de produto, combinando concorrentes nacionais e internacionais. Em gastronomia, a concorrência inclui fabricantes globais de alto valor agregado e tecnologia embarcada. A Prática compete nesse ambiente com diferenciação baseada em eficiência energética,

conectividade, robustez, assistência técnica e disponibilidade de peças no Brasil.

Em panificação, a competição é predominantemente nacional, com fabricantes especializados em fornos e máquinas. A Companhia busca se diferenciar por modularidade, padronização de processos, suporte técnico especializado, confiabilidade operacional e capacidade de entregar soluções integradas ao cliente.

No segmento de refrigeração e ultracongelamento, há oportunidades relacionadas à maior adoção de processos de congelamento rápido, conservação e fermentação controlada no varejo alimentar, em padarias industriais e em operações de alimentação institucional.

A entrada de novos competidores exige domínio técnico, capacidade de homologação, estrutura de assistência e atendimento às certificações aplicáveis, como INMETRO e NR12 para linhas de produtos sujeitas a normas de segurança, desempenho e operação.

d. Eventual sazonalidade

As receitas da Companhia tendem a apresentar maior concentração entre julho e dezembro, período em que parte dos clientes do setor alimentício se prepara para o verão e para as festas de fim de ano. Esse comportamento é acompanhado pela administração e considerado no planejamento de produção, estoques, logística e caixa.

Período	% da receita líquida 2023	% da receita líquida 2024	% da receita líquida 2025
1º semestre	42,9%	45,3%	40,6%
2º semestre	57,1%	54,7%	59,4%
Trimestre de maior concentração	29,0%	29,9%	32,0%

A Companhia não possui clientes que representem mais de 10,0% de sua receita total. Em linha com as demonstrações financeiras de 2025, não foram registradas receitas provenientes de transações com um único cliente externo em montante igual ou superior a esse percentual. Esse cenário reflete uma base de clientes ampla e diversificada, distribuída entre os segmentos de food service, panificação, supermercados, redes de alimentação, cozinhas profissionais, distribuidores, revendedores, assistência técnica e clientes internacionais, o que reduz a concentração em contas específicas e reforça a resiliência comercial da Companhia.

Principais clientes em 2025

Como evidência da dispersão da receita, a tabela a seguir apresenta os principais clientes da Companhia em volume de vendas no exercício de 2025:

Cliente	% Vendas
RAIZEN	2,450%
PURAS/SODEXO	1,720%
LLC PERESVET-AVIA	1,660%
WJ COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	1,250%
FUNCIONAL TECNICA COMERCIO, REPRESENTACAO E ASSISTENCIA TECN	1,110%
KEF ENDUSTRIYEL IMA TH HR URZ. TIC LTD STI	1,060%
KONZEPTLOUNGE E.K.	0,820%
FREECOOK BRASIL - COMERCIO DE MAQUINAS LTDA	0,820%
FUNCIONAL ABC - ASSISTENCIA TECNICA, COMERCIO E REPRESENTACA	0,810%
CARREFOUR	0,730%
PRIME FOOD EQUIPAMENTOS LTDA	0,640%
SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A.	0,630%
CELCO INC	0,610%
PÃO DE AÇUCAR	0,550%
G.A. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO LTDA	0,470%
COMERCIAL FRIGEL LTDA	0,460%
TOTAL COOK COMERCIO E SERVICOS EIRELI	0,440%
GRSA	0,430%
VEM CONVENIENCIA S.A.	0,420%
GRAN SAPORE	0,380%

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O exercício das atividades da Companhia e de suas controladas depende das autorizações, inscrições e licenças ordinárias aplicáveis à operação empresarial, incluindo CNPJ, inscrições fiscais, alvarás de funcionamento, licenças municipais, ambientais e demais registros exigidos para as unidades em que atua. A Companhia busca manter suas autorizações e cadastros regulares junto aos órgãos competentes, preservando relação institucional baseada em conformidade, transparência e atendimento tempestivo das exigências legais e regulatórias.

Licença, registro, autorização	Órgão competente	Unidade ou atividade	Validade	Status	Impacto em caso de perda ou não renovação
Alvará de funcionamento	Município competente	Sede/filiais	Pouso Alegre: 08/12/27 Recife: 11/04/30 Rio Janeiro: N.A. São Paulo: Indeterminado PHP: Indeterminado	OK	Risco de restrição à operação local.
Licença/dispensa ambiental aplicável	Órgão ambiental competente	Unidade industrial e atividades correlatas	Pouso Alegre: 06/07/2028 Demais: Dispensado	OK	Risco de autuação, exigências corretivas, multas ou restrições operacionais.
Registros e certificações técnicas de produto, quando aplicáveis	Órgãos/entidades certificadoras e reguladores técnicos	Produtos sujeitos a normas técnicas, segurança e desempenho	De acordo com cada protudo da Companhia	OK	Risco de restrição à comercialização de linhas específicas.
Inscrições fiscais	Receita Federal, SEFAZ, municípios	Operações comerciais e fiscais	Indeterminado	OK	Risco de impedimento fiscal, autuações ou restrições a emissão de documentos fiscais.

b. Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais

No processo produtivo da Companhia não são gerados passivos ambientais relevantes. A Prática mantém práticas de gestão e destinação adequada de resíduos, com destaque para o reaproveitamento e reciclagem de materiais metálicos, especialmente chapas de aço inox, que possuem valor de mercado e são direcionadas a reciclagem. A Companhia também mantém reserva legal de 4.100 m² situada no município de Cachoeira de Minas - MG.

A Companhia acredita cumprir integralmente as disposições legais e regulatórias ambientais aplicáveis às suas atividades. Ainda assim, reconhece que eventual descumprimento pode sujeitá-la a sanções administrativas, multas, medidas corretivas e, em casos específicos, obrigações de reparação ambiental ou responsabilização nos termos da legislação aplicável.

Em razão das particularidades das legislações locais, determinadas atividades podem exigir licenças e autorizações ambientais específicas. Nesses casos, a Companhia busca obter e manter válidas as licenças necessárias, bem como conduzir suas operações em conformidade com as condições nelas estabelecidas.

A Companhia também é impactada por normas tributárias e setoriais relevantes. Em 2025, as demonstrações financeiras registraram subvenções governamentais relacionadas à redução da base de cálculo de tributos, em especial ICMS, classificadas como subvenção para investimento, com total de R$ 41.987 mil em 31 de dezembro de 2025.

Por fim, a Companhia informa que não aderiu formalmente a padrões internacionais de proteção ambiental, embora mantenha práticas operacionais voltadas a conformidade, prevenção e melhoria contínua.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de marcas depende de registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes. O registro assegura ao titular o uso exclusivo da marca em todo o território nacional por prazo determinado, renovável nos termos da legislação aplicável.

A manutenção dos registros depende do pagamento periódico das retribuições ao INPI e do uso adequado das marcas. A perda de direitos pode ocorrer, entre outras hipóteses, por expiração do prazo sem renovação, renúncia, caducidade,

alteração significativa do sinal distintivo ou declaração de nulidade em procedimento administrativo ou judicial.

A Companhia é titular de registros de marcas relevantes para sua operação, incluindo PRÁTICA, PRÁTICA TECHNICOOK, TECHNICOOK, ROCKET, TECHNIPAN, KLIMAQUIP, KLIMA, SMART SYSTEM, COPA EXPRESS e ROCKET EXPRESS. Esses ativos reforçam a identidade comercial da Companhia e sustentam sua estratégia de posicionamento nos mercados em que atua.

d. Contribuições financeiras efetuadas diretamente ou por meio de terceiros

A Companhia não realiza contribuições em espécie, nem apoia ocupantes ou candidatos a cargos políticos, partidos políticos ou iniciativas destinadas a custear atividades de influência em decisões de políticas públicas. Também não é política da Companhia financiar ou apoiar atividades dessa natureza.

A Companhia participa de associações e instituições de classe, como ABIEPAN e ABIMAQ, com foco em temas técnicos, setoriais e institucionais voltados à regulamentação, proteção e fortalecimento da indústria nacional.

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida consolidada gerada no mercado nacional totalizou R$ 311.384 mil, o equivalente a aproximadamente 80,1% da receita líquida consolidada da Companhia.

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total

No mesmo período, a receita líquida consolidada oriunda das exportações somou R$ 77.313 mil, correspondendo a aproximadamente 19,9% da receita líquida consolidada da Companhia.

Destino	**Receita líquida em 2025 (R$ mil)**	**% da receita líquida consolidada**
Mercado nacional	311.384	80,1%
Exportação	77.313	19,9%
Total	388.697	100,0%

Distribuição Geográfica	% Receita
Brasil	80,10%
Estados Unidos e Canadá	8,80%
Europa	4,80%
LATAM (*exceto Brazil*)	3,34%
Africa e Oriente Médio	2,42%
Asia and Oceania	0,54%
TOTAL	**100%**

Os produtos da Prática Produtos S.A. estão sujeitos à observância de regulamentações específicas nos países em que são comercializados, especialmente em relação a segurança elétrica, segurança sanitária, eficiência e conformidade ambiental, rotulagem, instruções de uso, instalação e manuseio no idioma local.

Nos Estados Unidos, a Companhia mantém certificações relevantes para a comercialização de seus equipamentos, incluindo UL (Underwriters Laboratories), voltada à segurança elétrica e mecânica, e NSF (National Sanitation Foundation), relacionada a critérios sanitários e de segurança aplicáveis a produtos em contato com alimentos. Essas certificações são essenciais para atendimento de redes de alimentação, hospitais, instituições e clientes corporativos norte-americanos.

Em 2025, além dos requisitos técnicos de produto, o ambiente regulatório e tarifário nos Estados Unidos teve efeito relevante sobre a estrutura de custos da Companhia. As demonstrações financeiras indicam impacto de R$ 8,0 milhões associado ao aumento de tarifas norte-americanas, refletindo um ambiente de importação mais oneroso. A Companhia acompanha esse tema de forma contínua, buscando preservar competitividade, precificação adequada e resiliência da operação internacional.

Na União Europeia, os produtos estão sujeitos a exigências como a marcação CE (Conformité Européenne), que indica conformidade com requisitos europeus de segurança, saúde, proteção do consumidor e proteção ambiental, e a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), que restringe o uso de determinadas substâncias perigosas em componentes elétricos e eletrônicos.

Além dessas certificações, a Companhia observa as normas locais aplicáveis à instalação, operação, segurança e manuseio dos produtos em cada país em que atua, incluindo a obrigação de fornecimento de manuais, instruções técnicas e documentação de suporte no idioma exigido pela jurisdição.

A Prática mantém acompanhamento regulatório internacional com suporte da área técnica, laboratórios parceiros e representantes locais, buscando garantir que seus produtos permaneçam aderentes aos padrões dos mercados em que está presente e que eventuais mudanças regulatórias sejam tratadas com antecedência.

Atualmente, a Companhia não elabora nem divulga relatório específico de informações ambientais, sociais e de governança (ASG) em formato consolidado, seja como relatório anual, relatório de sustentabilidade ou documento dedicado exclusivamente a essa finalidade. As iniciativas ASG existentes estão distribuídas em práticas internas, programas corporativos, ações sociais, gestão ambiental operacional e estruturas de governança, mas ainda não estão organizadas em relatório único, com metodologia formal, auditoria externa específica ou matriz de materialidade publicada

Prática ou divulgação ASG	Status atual	Motivo / estágio
Relatório ASG consolidado	Não adotado	Companhia está se estruturando
Metodologia GRI, IIRC, SASB ou similar	Não adotado formalmente	Companhia está se estruturando
Auditoria externa de informações ASG	Não adotado	Companhia está se estruturando
Matriz de materialidade	Não publicada	Companhia está se estruturando
ODS da ONU	Não estruturado formalmente	Companhia está se estruturando
TCFD ou reporte climático similar	Não adotado formalmente	Companhia está se estruturando
Inventário de emissões de GEE	Não adotado em base consolidada	Companhia está se estruturando

Ambiental

A Companhia adota práticas voltadas à preservação ambiental e à conformidade regulatória, incluindo coleta seletiva, reciclagem de resíduos sólidos gerados no processo produtivo, destinação adequada de resíduos industriais, tratamento de efluentes, controle de emissões e monitoramento de requisitos legais aplicáveis. A Prática também busca reduzir impactos ambientais por meio de melhorias de produto, eficiência energética, automação de processos e soluções que contribuam para reduzir desperdícios no preparo de alimentos.

Social

A Companhia possui papel relevante no desenvolvimento econômico e social das regiões em que atua, com geração de empregos diretos e indiretos, formação técnica de colaboradores e da rede de assistência, programas de capacitação e relacionamento com comunidades locais. O relatório da administração de 2025 informa que a Companhia possuía mais de 750 colaboradores e mais de 50 profissionais dedicados a pesquisa e desenvolvimento.

A Prática apoia ações sociais, educacionais, culturais e esportivas, incluindo programas de desenvolvimento técnico e iniciativas de relacionamento com comunidades. Em 2025, esteve pelo terceiro ano consecutivo entre as 150 Melhores Empresas para Trabalhar, segundo FIA/FEEX, conforme relatório da administração.

Governança corporativa

A Companhia mantém registro de companhia aberta na categoria A e adota práticas de governança compatíveis com seu estágio de desenvolvimento e obrigações regulatórias aplicáveis. Entre os principais pilares de governança, destacam-se Conselho de Administração, auditoria independente, Código de Ética, políticas formais de divulgação e negociação de valores mobiliários, canais oficiais de comunicação e estruturas de apoio à administração. Em 2025, a Companhia avançou em sua estrutura de governança com a criação do Comitê de Auditoria.

Não aplicável. A Companhia é uma sociedade anônima de controle privado e não se caracteriza como sociedade de economia mista.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas aquisições ou alienações de ativos relevantes que tenham promovido alteração material na estrutura operacional da Companhia.

Na data de conclusão deste formulário, os equipamentos abaixo permaneciam vinculados como garantia de empréstimos, conforme registrado no documento-base.

Equipamento	Contrato	Valor segurado	Fim contrato
Máquina de corte a laser	Banco do Brasil	R$ 2.942 mil	Jan/2027
Centro de dobra	BDMG	R$ 3.910 mil	Jul/2030
Prédio	Bradesco	R$ 40.000 mil	Dez/2030

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve aumento ou redução de capital social nem operação societária relevante envolvendo a Companhia, conforme documentos disponibilizados para esta revisão. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia era de R$ 29.068 mil, dividido em 3.355.031 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da acionista controladora Brava Participações Ltda., conforme demonstrações financeiras de 2025.

Para contextualização dos últimos exercícios sociais, em 15 de dezembro de 2023 foi aprovado o resgate de 373.242 ações preferenciais de emissão da Companhia e detidas pela BNDESPAR, ao preço unitário de R$ 59,99 por ação, no montante total de R$ 22.392 mil, com utilização de saldos de fundo de resgate, reservas de capital e lucros retidos. Na mesma data, foi aprovado o cancelamento e a extinção de todas as ações preferenciais emitidas pela Companhia.

Em 7 de maio de 2024, a Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures privadas, participativas, nominativas e conversíveis em ações ordinárias, em série única, com garantia fidejussória, no valor inicial de R$ 20.000 mil, subscritas pela Stratus SCP III Brasil Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia. Em 29 de novembro de 2024, foi formalizado o primeiro aditamento à escritura da emissão, com emissão adicional de 500 debêntures no valor total de R$ 5.000 mil, de modo que a emissão passou a totalizar 2.500 debêntures e R$ 25.000 mil.

Operações societárias realizadas em setembro de 2026

Em 30 de setembro de 2026, na Assembleia Geral Extraordinária realizada às 10h, foi aprovada e concretizada a conversão de 1.250 debêntures detidas pela Stratus, correspondentes a 50% dos títulos emitidos, pelo valor de R$ 12.500.000,00, mediante a emissão de 162.986 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadamente R$ 76,69 por ação. Desse valor, R$ 1.412.125,23 foram destinados ao capital social e R$ 11.087.874,77 à reserva de capital. O capital social passou de R$ 29.068.287,53 para R$ 30.480.412,76, dividido em 3.518.017 ações ordinárias.

Após a conversão, permaneceram em circulação 1.250 debêntures, com valor nominal agregado de R$ 12.500.000,00, sujeitas às condições da escritura de emissão, conforme alterada pelo segundo aditamento celebrado na mesma data. A conversão parcial também tornou vigente e eficaz o acordo de acionistas entre Brava e Stratus, independentemente de eventual conversão futura das debêntures remanescentes.

As debêntures remanescentes após a conversão parcial descrita acima são conversíveis em ações ordinárias da Companhia, nos termos dos documentos da emissão, e sua conversão futura poderá alterar a estrutura acionária da Companhia.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2026, às 11h, foi aprovado aumento de capital de R$ 784.970,54, mediante a emissão de 7.270 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 107,97394 por ação, destinadas a cinco executivos da Companhia. O capital social passou para R$ 31.265.383,30, dividido em 3.525.287 ações ordinárias. A ata prevê a integralização mediante compensação de créditos e/ou aporte em moeda corrente nacional, na forma e nos prazos dos respectivos instrumentos individuais, com destinação dos valores efetivamente integralizados à conta de capital social.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2026, às 12h, foi aprovado aumento de capital de R$ 4.681.627,94, mediante a emissão de 30.206 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 154,99 por ação, subscritas por 15 investidores. Conforme registrado na ata, o preço de emissão dessas ações foi integralmente pago em moeda corrente nacional e destinado ao capital social, sem destinação à reserva de capital.

Após os três aumentos, o capital social passou a ser de R$ 35.947.011,24, dividido em 3.555.493 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. A Brava permaneceu como acionista controladora, com 3.355.031 ações, representativas de aproximadamente 94,36191% do capital social; a Stratus passou a deter 162.986 ações, equivalentes a aproximadamente 4,58406%; e os executivos e demais investidores passaram a deter, em conjunto, 37.476 ações, equivalentes a aproximadamente 1,05403%. A Assembleia Geral Extraordinária das 12h também aprovou a atualização do artigo 5º e a consolidação do Estatuto Social para refletir o novo capital social.

Há acordo de acionistas celebrado em 7 de maio de 2024 entre Brava Participações Ltda. e Stratus SCP III Brasil Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, com interveniência e anuência da Prática Produtos S.A., de André Luiz Rosa Rezende e de Luiz Eduardo Rosa Rezende.

O acordo foi celebrado no contexto da parceria estruturada para capitalização da Companhia por meio da emissão de debêntures conversíveis. O instrumento disciplina o exercício de voto, a composição da administração, as transferências de ações e os direitos e obrigações das partes, observadas as alterações descritas a seguir.

Eficácia e aditamento de 30 de setembro de 2026

Em 30 de setembro de 2026, a Assembleia Geral Extraordinária realizada às 10h, com anuência da Stratus, reconheceu o cumprimento integral da condição suspensiva do acordo em decorrência da conversão de 1.250 debêntures em 162.986 ações ordinárias. O acordo passou a produzir plenos efeitos a partir dessa data, independentemente da conversão futura das debêntures remanescentes. Na mesma data, as partes celebraram o 1º Aditamento ao Acordo de Acionistas da Prática Produtos S.A., com a consolidação do instrumento em seu Anexo I.

O aditamento preservou os direitos e obrigações relativos às 1.250 debêntures remanescentes, que continuam regidas pela escritura de emissão aditada, vedando a duplicidade de direitos econômicos entre esses títulos e as ações decorrentes da conversão. Também ressalvou os direitos a eventuais dividendos relativos ao exercício de 2026 devidos em decorrência da titularidade das debêntures convertidas, sem dupla contagem com dividendos das respectivas ações.

Principais modificações do acordo

Foram incluídos mecanismos de saída nos Capítulos 9 e 10. Caso não se verifique, até 31 de março de 2029, nenhuma das hipóteses da Cláusula 13.1.2, a Companhia terá o direito, mas não a obrigação, de propor a aquisição da totalidade das ações da Stratus entre 31 de março e 15 de abril de 2029. Não apresentada a proposta nos termos contratuais, a Stratus poderá exercer opção de venda contra a Brava de 16 de abril a 15 de maio de 2029, ficando a Brava obrigada a adquirir a totalidade das ações abrangidas. A recusa de proposta de compra formulada pela Companhia somente acarretará perda da opção de venda se atendidas as condições da Cláusula 9.3, inclusive quanto ao instrumento de crédito e às garantias.

O preço das opções observa os critérios de liquidez, valor de mercado ou avaliação econômica independente estabelecidos no Capítulo 10. O pagamento foi previsto em 12 parcelas trimestrais, com atualização por 100% do CDI e primeira parcela em até 60 dias do aceite da Stratus, na compra, ou da notificação à Brava, na venda. Exclusivamente na opção de compra, a Companhia poderá optar pelo pagamento integral com recursos próprios, no prazo contratual, em substituição ao parcelamento.

Na opção de venda, o pagamento pela Brava contará inicialmente com fiança pessoal de André e Luiz, admitida sua substituição conforme a Cláusula 10.2.7. A Cláusula 10.2.8 prevê obrigação da Companhia de pagar os valores inadimplidos, corrigidos por 100% do CDI, se, cumulativamente, não ocorrer nenhuma das hipóteses da Cláusula 13.1.2 até a data-limite, a opção de venda for exercida, a Brava inadimplir e os fiadores não sanarem o inadimplemento no prazo de 15 dias após o vencimento. O acordo qualifica essa obrigação como subsidiária e contingente.

O aditamento também atualizou a relação de auditores independentes autorizados e alterou as matérias sujeitas ao voto afirmativo da Stratus. Foram previstas exceções para a aquisição das ações da Stratus pela Companhia no exercício da opção de compra e, nas respectivas hipóteses contratuais, para resgates, recompras, aquisições de ações e emissões de valores mobiliários que não ultrapassem 0,5% individualmente e 5% de forma acumulada das ações em circulação, observada a legislação aplicável. As demais disposições não expressamente alteradas foram ratificadas.

Vigência, extinção e diluição

O prazo de vigência foi estabelecido em 30 anos contados de 30 de setembro de 2026, sujeito às hipóteses de extinção previstas no instrumento. A realização isolada de oferta pública inicial de ações (IPO) não extingue o acordo nem a opção de venda da Stratus.

A Cláusula 13.1.2 prevê a extinção automática da opção de venda em qualquer das seguintes hipóteses: (i) captações primárias e/ou secundárias em bolsa superiores a R$ 120 milhões, excluída a oferta inicial de 2026, cumuladas com participação de terceiros de 25% do capital, observadas as exclusões contratuais; (ii) volume financeiro médio mensal de negociação de pelo menos € 700 mil por período superior a três meses consecutivos, desconsideradas negociações envolvendo partes relacionadas; ou (iii) viabilização de oferta pública com parcela secundária que permita à Stratus alienar pelo menos 50% de sua participação, atendidos os critérios de preço, ordens vinculantes e alocação previstos no contrato, ainda que a Stratus decida não vender.

A extinção do próprio acordo é tratada separadamente na Cláusula 13.1.4, que contempla a alienação de pelo menos 50% da participação da Stratus ou sua redução para menos de 5% do capital, computando-se tanto as ações quanto os instrumentos conversíveis por ela detidos. O instrumento ressalva sua continuidade em caso de inadimplemento de pagamentos decorrentes das opções, nos termos da referida cláusula.

As partes reconheceram que a entrada de novos acionistas, antes ou depois de eventual listagem, diluirá a participação acionária e a participação percentual representada pelas debêntures da Stratus, sem que a diluição, por si só, gere indenização, compensação, preferência ou ajuste adicional, ressalvadas as hipóteses contratuais de extinção.

Documentos com informações detalhadas

Informações detalhadas constam do Acordo de Acionistas da Prática Produtos S.A., celebrado em 7 de maio de 2024; do 1º Aditamento ao Acordo de Acionistas da Prática Produtos S.A., celebrado em 30 de setembro de 2026, incluindo o texto consolidado em seu Anexo I, especialmente os Capítulos 9, 10 e 13 e as Cláusulas 3.1.6, 4.11.3 e 4.11.4; e da ata da Assembleia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 2026, realizada às 10h, que reconheceu o cumprimento da condição suspensiva e a eficácia do acordo.

Não ocorreram alterações significativas na condução dos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais que tenham descaracterizado seu modelo operacional ou alterado sua atividade principal. A Prática segue dedicada ao desenvolvimento, fabricação, comercialização e suporte de equipamentos profissionais para food service, panificação, refrigeração e segmentos correlatos.

Os movimentos realizados no período - incluindo a expansão internacional, o fortalecimento da estrutura comercial, os investimentos em P&D, a emissão de debêntures conversíveis e a evolução da governança corporativa - reforçam a estratégia de crescimento da Companhia, mas não representam mudança substancial na condução ordinária dos negócios.

A administração entende que esses avanços tornam a execução mais robusta, ampliam a capacidade de investimento e fortalecem a relação com clientes, distribuidores, colaboradores e investidores, preservando a continuidade da estratégia e do posicionamento de longo prazo da Companhia.

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia celebrou instrumentos relevantes que, embora não estejam diretamente ligados à venda de produtos ou à prestação ordinária de serviços, são relevantes para sua estrutura de capital, governança e estratégia de crescimento.

Em 7 de maio de 2024, foram celebrados instrumentos relacionados à parceria com a Stratus SCP III Brasil Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, incluindo:

• Acordo de Investimento e Outras Avenças, celebrado entre Brava Participações Ltda. e Stratus, com interveniência da Companhia e dos acionistas controladores, com o objetivo de capitalizar a Companhia para financiamento de suas atividades operacionais, expansão, investimentos em CAPEX, capital de giro e P&D;
• Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Privadas, Participativas, Nominativas e Conversíveis em Ações Ordinárias, em Série Única, com Garantia Fidejussória, de emissão privada da Companhia, inicialmente no valor de R$ 20.000 mil;
• Acordo de Acionistas da Prática Produtos S.A., celebrado entre Brava e Stratus, com interveniência da Companhia e dos acionistas controladores, para disciplinar direitos, obrigações, governança e relacionamento societário no contexto da potencial conversão das debêntures.

Em 29 de novembro de 2024, foi celebrado o Primeiro Aditamento à Escritura da 1ª Emissão de Debêntures, refletindo a emissão de 500 novas debêntures no valor total de R$ 5.000 mil. Após o aditamento, a emissão passou a totalizar 2.500 debêntures e R$ 25.000 mil.

Aditamentos celebrados em 30 de setembro de 2026

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia, a Stratus e os fiadores e intervenientes anuentes celebraram o Segundo Aditamento à Escritura da 1ª Emissão de Debêntures. O instrumento refletiu a conversão de 1.250 debêntures em 162.986 ações ordinárias e a permanência de 1.250 debêntures em circulação, com valor nominal agregado de R$ 12.500.000,00. Passou a permitir conversões totais ou parciais, em uma ou mais oportunidades, com cálculo proporcional da participação nas conversões parciais e diluição proporcional em futuras emissões de ações. Também declarou sem eficácia a Cláusula 8.7 e seus anexos, relativos ao mecanismo de ajuste da participação, preservando as demais disposições não expressamente alteradas.

Na mesma data, Brava e Stratus, com interveniência da Companhia, de André Luiz Rosa Rezende e de Luiz Eduardo Rosa Rezende, celebraram o 1º Aditamento ao Acordo de Acionistas, com consolidação do acordo em seu Anexo I. O instrumento reconheceu sua plena eficácia a partir da conversão parcial e incluiu mecanismos de saída, com direito, mas não obrigação, de a Companhia propor a compra das ações da Stratus e opção de venda pela Stratus contra a Brava, sujeitos aos prazos e condições contratuais. Foram disciplinados preço, pagamento e garantias, bem como vigência, extinção e diluição, além de ajustes nas disposições de governança.

A Cláusula 10.2.8 do acordo aditado prevê obrigação subsidiária e contingente da Companhia de pagar valores inadimplidos à Stratus, corrigidos por 100% do CDI, se, cumulativamente: não ocorrer nenhuma das hipóteses de extinção da opção de venda previstas na Cláusula 13.1.2 até a data-limite; a opção de venda for exercida; a Brava inadimplir; e André e/ou Luiz não sanarem o inadimplemento no prazo de 15 dias após o vencimento. As principais disposições do acordo e de seu aditamento estão descritas no item 1.13.

Instrumentos individuais de investimento e subscrição

As Assembleias Gerais Extraordinárias de 30 de setembro de 2026, realizadas às 11h e às 12h, aprovaram boletins de subscrição para cinco executivos e 15 investidores, respectivamente. As atas fazem referência a instrumentos individuais celebrados com a Companhia: para os executivos, a integralização é prevista mediante compensação de créditos e/ou aporte em moeda corrente nacional, na forma e nos prazos contratuais; para os investidores, a ata registra o pagamento integral em moeda corrente nacional. Os valores e efeitos societários dessas operações estão descritos no item 1.12.

Informações detalhadas constam dos instrumentos de 7 de maio de 2024 acima identificados, do Primeiro e do Segundo Aditamentos à Escritura, do 1º Aditamento ao Acordo de Acionistas e seu Anexo I, bem como das atas e respectivos boletins de subscrição das Assembleias Gerais Extraordinárias de 30 de setembro de 2026.

A Companhia entende que as informações relevantes sobre suas atividades, estrutura operacional, mercados de atuação, governança, riscos regulatórios, contratos relevantes e eventos societários estão contempladas nos itens próprios deste Formulário de Referência.

Até a data de finalização desta revisão, não foram identificadas outras informações adicionais relevantes que devam ser destacadas neste item.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral

A Prática Produtos S.A. atua no setor industrial desde 1991, desenvolvendo, fabricando e comercializando equipamentos profissionais para panificação, gastronomia, food service, supermercados e conservação de alimentos. O portfólio combina fornos profissionais, máquinas de panificação, soluções de refrigeração e ultracongelamento, além de produtos complementares, serviços, peças e consumíveis técnicos que ampliam a oferta ao cliente.

A Companhia tem como missão levar qualidade e produtividade ao ambiente de preparo de alimentos. Essa proposta se materializa em equipamentos robustos, tecnologia aplicada, eficiência energética, automação e proximidade com os clientes, tanto no Brasil quanto em mercados internacionais. A atuação é reforçada por uma rede de suporte pré e pós-venda e por investimentos contínuos em qualidade, engenharia e pesquisa e desenvolvimento.

Em 2025, a Prática preservou crescimento de receita e capacidade de execução, ao mesmo tempo em que realizou investimentos estruturais em expansão internacional, fortalecimento comercial, produtividade industrial e desenvolvimento tecnológico. O exercício foi marcado por crescimento de 14,8% da receita líquida consolidada, que atingiu R$388,7 milhões, e por maior pressão sobre margens, principalmente associada ao avanço de despesas de expansão e ao ambiente competitivo internacional.

A RSM Brasil Auditores Independentes Ltda. emitiu relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2025 sem ressalvas, concluindo que elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores acompanhados pela administração na condução dos negócios, em base consolidada (valores monetários em R$ mil, salvo indicação diversa):

Indicador	2025	2024	2023	25 x 24	24 x 23
Receita líquida de vendas	388.697	338.466	316.490	15%	7%
EBITDA[1]	43.415	54.631	52.867	-21%	3%
Margem EBITDA[2]	11,2%	16,1%	16,7%	-31%	-3%
EBITDA ajustado[3]	62.618	54.631	52.867	15%	3%
Margem EBITDA ajustado	16,1%	16,1%	16,7%	0%	-3%
Lucro bruto	182.663	165.843	147.536	10%	12%
Lucro líquido	20.198	32.623	29.059	-38%	12%
Margem líquida	5,2%	9,6%	9,2%	-46%	5%
Patrimônio líquido	98.993	101.566	77.630	-3%	31%
Dívida bruta[4]	154.792	117.841	101.749	31%	16%
Dívida de curto prazo	48.838	46.751	40.211	4%	16%
Dívida de longo prazo	80.954	46.090	61.538	76%	-25%
Debêntures	25.000	25.000	-	0%	n.a.

1. O EBITDA corresponde ao lucro líquido acrescido das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e da depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e não deve ser considerado isoladamente como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa ou a indicador de liquidez.
2. Margem EBITDA calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida do exercício.
3. O EBITDA ajustado de 2025 considera ajustes informados pela administração relacionados a despesas extraordinárias de expansão internacional, tarifas no mercado norte-americano e outros efeitos não recorrentes, totalizando R$19,2 milhões.
4. Dívida bruta considera empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos e debêntures.

No que se refere às condições patrimoniais, a administração acompanha, entre outros indicadores, a dívida líquida, a liquidez corrente e a relação entre capital próprio e capital de terceiros. A Companhia encerrou 2025 com caixa e equivalentes de caixa, somados a aplicações caucionadas, de R$79,9 milhões, dos quais R$75,4 milhões correspondiam a caixa e equivalentes de caixa e R$4,5 milhões a aplicações caucionadas. Estas últimas constituem ativos restritos e não representam recursos de livre movimentação, conforme a nota explicativa 5 das demonstrações financeiras.

A dívida líquida é calculada pela dívida bruta, deduzida de caixa e equivalentes de caixa e aplicações caucionadas. Essa métrica gerencial inclui as debêntures e não substitui a apuração dos indicadores contratuais conforme as definições de cada instrumento financeiro. A tabela a seguir apresenta esse indicador nos três últimos exercícios sociais:

Indicadores financeiros (R$ mil)	2025	2024	2023
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	48.838	46.751	40.211
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	80.954	46.090	61.538
Debêntures	25.000	25.000	-
Dívida bruta	154.792	117.841	101.749
(-) Caixa e equivalentes de caixa	75.366	64.007	33.859
(-) Aplicações caucionadas	4.484	2.551	5.023
Dívida líquida	74.942	51.283	62.867
Dívida líquida / EBITDA	1,73x	0,94x	1,19x

A alavancagem medida por dívida líquida/EBITDA encerrou 2025 em 1,73x, acima dos 0,94x observados em 2024, mas ainda em patamar administrável pela Companhia. O aumento reflete o ciclo de investimentos e financiamento de iniciativas estratégicas, mantendo-se compatível com a geração de caixa esperada e com o alongamento do perfil da dívida.

O índice de liquidez corrente é calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante. A evolução do indicador está apresentada a seguir:

Indicadores financeiros (R$ mil)	2025	2024	2023
Ativo circulante	276.758	229.600	179.126
Passivo circulante	125.110	121.775	105.745
Índice de liquidez corrente	2,2x	1,9x	1,7x

A liquidez corrente evoluiu para 2,2x em 2025, demonstrando que a Companhia manteve posição confortável para honrar compromissos de curto prazo, mesmo em um ano de maior investimento em capital de giro, estoques e expansão comercial.

Os indicadores acima se referem ao encerramento dos respectivos exercícios sociais. As operações de setembro de 2026, comentadas a seguir, não estão refletidas nesses saldos e indicadores históricos.

b. Estrutura de capital

A Companhia entende que sua estrutura de capital permanece adequada ao seu estágio de crescimento e ao ciclo de investimentos em curso. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido era de R$99,0 milhões, comparado a R$101,6 milhões em 31 de dezembro de 2024 e R$77,6 milhões em 31 de dezembro de 2023.

A estrutura de capital, mensurada pela participação do patrimônio líquido e do passivo total no total do passivo e patrimônio líquido, era a seguinte:

Composição (R$ mil)	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio líquido	98.993	28,2%	101.566	34,1%	77.630	31,3%
Passivo total	251.809	71,8%	196.533	65,9%	170.457	68,7%
Total	350.802	100,0%	298.099	100,0%	248.087	100,0%

Em 2025, a participação de capital de terceiros aumentou em função do maior endividamento utilizado para sustentar o plano de crescimento. A administração segue acompanhando a relação entre capital próprio e capital de terceiros com foco em preservar liquidez, disciplina financeira e retorno adequado ao capital investido.

Movimentações de capital em setembro de 2026

Em 30 de setembro de 2026, a Assembleia Geral Extraordinária realizada às 10h aprovou a conversão de 1.250 debêntures da Stratus, no valor de R$12.500.000,00, em 162.986 novas ações ordinárias. Do valor convertido, R$1.412.125,23 foram destinados ao capital social e R$11.087.874,77 à reserva de capital. A conversão não representou novo ingresso de recursos em dinheiro na Companhia.

Na mesma data, a Assembleia Geral Extraordinária das 11h aprovou a emissão de 7.270 ações para executivos, no valor de R$784.970,54, com integralização por compensação de créditos e/ou aporte em dinheiro, na forma e nos prazos dos instrumentos individuais. A Assembleia Geral Extraordinária das 12h aprovou a emissão de 30.206 ações para investidores, no valor de R$4.681.627,94, integralmente pago em moeda corrente nacional, conforme registrado na respectiva ata. Os valores dessas duas subscrições foram destinados ao capital social.

Após as três operações, o capital social passou de R$29.068.287,53 para R$35.947.011,24, dividido em 3.555.493 ações ordinárias. A conversão substituiu parte do financiamento por debêntures por participação acionária. O capital social e a reserva de capital não se confundem com o patrimônio líquido total, cuja evolução também depende dos resultados, distribuições e demais registros do exercício. Os detalhes societários constam do item 1.12.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração entende que a Companhia possui capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros de curto e longo prazos. Essa avaliação considera a geração de receita recorrente do negócio, o nível de liquidez corrente, o caixa disponível, a composição da dívida e o acesso a instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia encerrou 2025 com R$79,9 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações caucionadas, índice de liquidez corrente de 2,2x e dívida líquida/EBITDA de 1,73x. Embora a geração de caixa operacional tenha sido pressionada pelo aumento de estoques e capital de giro, a estrutura financeira permaneceu compatível com os compromissos assumidos e com o ciclo de investimentos planejado.

Para a avaliação da liquidez, deve ser considerada a restrição de disponibilidade das aplicações caucionadas. Os aportes em dinheiro de 2026 distinguem-se da conversão das debêntures e de eventual compensação de créditos dos executivos, que não constituem entradas de caixa. A conversão parcial não extinguiu as obrigações das debêntures remanescentes.

O Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas, celebrado em 30 de setembro de 2026, prevê mecanismos de saída relativos às ações da Stratus, distintos das obrigações das debêntures remanescentes. A Companhia tem a faculdade, e não a obrigação, de propor a aquisição dessas ações na janela contratual de 31 de março a 15 de abril de 2029. A Stratus poderá exercer a opção de venda contra a Brava entre 16 de abril e 15 de maio de 2029, observadas as condições do acordo e a ausência das hipóteses de extinção previstas até 31 de março de 2029.

A cláusula 10.2.8 do acordo prevê pagamento subsidiário pela Companhia dos valores inadimplidos, corrigidos por 100% do CDI, se, cumulativamente, não ocorrerem as hipóteses contratuais de extinção até a data-limite, a opção de venda for exercida, a Brava não cumprir suas obrigações e o inadimplemento não for sanado por seus acionistas fiadores em até 15 dias após o vencimento da obrigação não paga. Esse compromisso pode demandar recursos da Companhia nas hipóteses pactuadas e deve ser considerado separadamente na análise de liquidez. Os termos dos mecanismos de saída são descritos no item 1.13.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos exercícios sociais, a Companhia utilizou principalmente caixa gerado por suas operações, empréstimos e financiamentos contratados junto a instituições financeiras, operações de capital de giro e debêntures para financiar suas necessidades de capital, investimentos e expansão.

Em 2025, as atividades operacionais geraram caixa líquido de R$0,6 milhão no consolidado, em comparação a R$48,1 milhões em 2024. A redução decorreu principalmente do maior consumo de capital de giro, com destaque para estoques. As atividades de investimento consumiram R$10,8 milhões, principalmente em aquisição de imobilizado, enquanto as atividades de financiamento geraram R$21,6 milhões, refletindo captações e amortizações de financiamentos ao longo do exercício.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos que a Companhia pretende utilizar no curso regular dos negócios são a geração operacional de caixa, a gestão ativa do capital de giro, empréstimos e financiamentos, operações de capital de giro, recursos captados por meio de debêntures e, se conveniente, instrumentos de mercado de capitais. A administração avalia que tais fontes são suficientes para atender às necessidades regulares de liquidez e sustentar os investimentos planejados.

Da mesma forma, a preparação para admissão das ações à negociação na BME Growth não se confunde com captação de recursos. Eventuais ofertas dependerão das condições de mercado e de sua efetiva realização.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2025, a dívida bruta consolidada da Companhia, incluindo debêntures, totalizou R$154,8 milhões. Desse montante, R$48,8 milhões estavam classificados no curto prazo, R$81,0 milhões no longo prazo e R$25,0 milhões correspondiam às debêntures privadas, nominativas e conversíveis em ações ordinárias emitidas em 2024 e aditadas posteriormente.

Modalidade (R$ mil)	Moeda	Indexador	2025	2024
Capital de giro	Reais	Pré-fixada / CDI	106.684	71.101
Capital de giro em moeda estrangeira	USD	Pré-fixada	19.227	20.387
Financiamento de ativo imobilizado	Reais	Pré-fixada	3.881	852
Ajuste a valor justo - NDF	Reais	-	-	501
Total de empréstimos e financiamentos			129.792	92.841
Debêntures	Reais	Conforme escritura	25.000	25.000
Dívida bruta total			154.792	117.841

Em 31 de dezembro de 2025, as operações de capital de giro em reais possuíam taxas fixas entre 5,92% a.a. e 7,75% a.a. e taxas indexadas entre CDI + 1,99% a.a. e CDI + 4,65% a.a. As operações de adiantamento de contrato de câmbio - ACC possuíam taxa pactuada de 3,69% a.a. Os financiamentos de ativo imobilizado possuíam taxas entre 5,92% a.a. e 7,75% a.a.

A tabela a seguir evidencia o perfil de vencimento dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025:

31/12/2025 (R$ mil)	Menos de 1 ano	2027	2028	2029	Após 2030	Total
Empréstimos e financiamentos	48.838	31.006	24.678	15.647	9.623	129.792

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes
A Companhia possui contratos de capital de giro em reais, operações de adiantamento de contrato de câmbio e financiamentos de ativo imobilizado. Em 2025, as captações de financiamentos totalizaram R$97,2 milhões e as amortizações de principal e juros totalizaram R$67,1 milhões, conforme demonstrado nas demonstrações de fluxo de caixa.

Em 30 de setembro de 2026, após a conversão parcial, permaneceram em circulação 1.250 debêntures, com valor nominal agregado de R$12.500.000,00. O vencimento contratual é 7 de maio de 2028, ressalvadas as prorrogações e demais hipóteses da escritura. Permanecem aplicáveis a remuneração participativa, as regras de resgate e pagamento e a fiança prestada por Brava, André Luiz Rosa Rezende e Luiz Eduardo Rosa Rezende. O segundo aditamento permite conversões totais ou parciais em uma ou mais oportunidades e prevê diluição proporcional nas novas emissões, nos termos pactuados. O valor nominal remanescente não deve ser confundido com o saldo contábil atualizado nem com o valor total de eventual liquidação, que observa encargos e prêmios contratuais, quando aplicáveis.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras
Nos exercícios sociais analisados, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas descritas nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas
Os contratos de empréstimos, financiamentos, arrendamentos e debêntures são garantidos por instrumentos próprios de cada operação, incluindo, conforme aplicável, alienação fiduciária de ativos, garantias fidejussórias, notas promissórias e avais. Em eventual concurso de credores, obrigações trabalhistas e tributárias possuem preferência legal em relação às dívidas quirografárias, nos termos da legislação aplicável.

Especificamente quanto às debêntures, a cláusula 7.1.10 da escritura estabelece que os fiadores somente poderão exigir da Companhia o reembolso de valores honrados em razão da fiança após a quitação integral das obrigações da Emissora perante o debenturista.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor

Nas debêntures, a cláusula 5.16 da escritura prevê, entre os eventos de vencimento antecipado não automático: (i) Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,0 vezes, considerando os 12 meses anteriores; (ii) Dívida Bruta/patrimônio líquido superior a 4,0 vezes, considerando os 12 meses anteriores; e (iii) liquidez corrente inferior a 1,3 vez, tendo como data-base o balanço de encerramento do exercício da Emissora. A apuração desses indicadores deve observar as definições contratuais e não se confunde automaticamente com os indicadores gerenciais consolidados apresentados acima.

A cláusula 5.16(xi) contempla o vencimento antecipado de dívida ou obrigação financeira da Emissora ou de sociedade de seu grupo econômico, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 10% do patrimônio líquido da Emissora. Trata-se de hipótese de vencimento antecipado cruzado não automático, sujeita à deliberação dos debenturistas e aos procedimentos e prazos de cura previstos na escritura.

Há também restrições não financeiras relativas, entre outras, a reduções de capital e reorganizações societárias sem anuência, observadas as exceções contratuais, concessão de empréstimos a partes relacionadas, destinação de recursos, investimentos fora das aprovações do Conselho e cumprimento de obrigações legais e de informação. As cláusulas 5.15 e 5.16 distinguem eventos automáticos e não automáticos, com requisitos próprios.

Além das cláusulas previstas no instrumento de emissão das debêntures privadas, a Companhia possui contrato de financiamento na modalidade de capital de giro celebrado com o Banco Bradesco S.A., com recursos oriundos do programa governamental Brasil Soberano. As restrições descritas no quadro abaixo abrangem a manutenção ou ampliação do número de empregos, a formalização e manutenção das garantias e o protesto de títulos contra a Companhia ou seus avalistas em valor igual ou superior a R$10.000.000,00. As consequências previstas variam

conforme a obrigação, incluindo reprecificação da operação, reforço ou substituição de garantias e eventual vencimento antecipado, nos termos contratuais.

O eventual descumprimento desses covenants pode caracterizar evento de inadimplemento e ensejar, conforme aplicável e observados os termos de cada instrumento, o vencimento antecipado das respectivas obrigações, com possibilidade de exigibilidade imediata do saldo devedor e consequente reclassificação da dívida para o passivo circulante. Por essa razão, a administração acompanha de forma contínua o cumprimento das obrigações assumidas em seus contratos financeiros relevantes.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração avaliou que a Companhia atendia às cláusulas de desempenho e demais obrigações relevantes previstas tanto na escritura das debêntures quanto no contrato de financiamento de capital de giro com o Banco Bradesco vinculado ao programa Brasil Soberano, não havendo, naquela data, ocorrência de vencimento antecipado decorrente de descumprimento de covenants.

Contrato	Categoria	Covenant	Consequência	Status
Stratus	Financeiro	Elevação do índice de endividamento da Cliente (Dívida Líquida/EBITDA considerando os 12 meses anteriores) a patamar superior a 3,0 vezes, durante toda a vigência do Contrato.	Descumprimento de covenant financeiro; potencial evento de default / acionamento contratual.	OK
Stratus	Financeiro	Elevação do índice de endividamento da Cliente (Dívida Bruta/patrimônio líquido considerando os 12 meses anteriores) a patamar superior a 4,0 vezes.	Descumprimento de covenant financeiro; potencial evento de default / acionamento contratual.	OK
Stratus	Financeiro	Redução do índice de liquidez corrente da Cliente, apurado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, a patamar inferior a 1,3, considerando como data-base o balanço de encerramento do exercício social.	Descumprimento de covenant financeiro; potencial evento de default / acionamento contratual.	OK
Bradesco	Nao financeiro	Descumprimento do compromisso de manutenção ou ampliação do número de empregos do estabelecimento indicado no contrato, apurado com base na comparação entre a média inicial e a média final de 12 meses, conforme dados do eSocial.	Reprecificação da operação / alteração da remuneração contratual.	OK
Bradesco	Nao financeiro	Não promoção do registro, averbação ou formalização dos atos necessários à constituição, eficácia e manutenção das garantias nos prazos contratuais ou legais aplicáveis.	Descumprimento contratual; risco sobre eficácia da garantia e eventual vencimento antecipado.	OK
Bradesco	Garantias / Default	Redução do valor das garantias abaixo da proporção contratualmente exigida, incluindo hipóteses de desvalorização, insuficiência de cobertura ou variação cambial, sem a apresentação de garantia complementar ou substitutiva em condições aceitas pelo Banco.	Obrigação de reforço/substituição; potencial vencimento antecipado se não sanado.	OK
Bradesco	Garantias / Default	Ocorrência de protesto de título por falta de pagamento contra a Cliente ou avalistas em valor igual ou superior a R$ 10.000.000,00.	Evento de vencimento antecipado / agravamento de crédito.	OK

g. Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou limites relevantes de financiamentos já contratados e ainda não utilizados que devam ser destacados neste item, além das linhas e instrumentos descritos nas demonstrações financeiras.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS.

Demonstrações de resultado

A tabela abaixo apresenta as principais contas da demonstração de resultados consolidada:

Demonstração do resultado (R$ mil)	2025	2024	25 x 24
Receita operacional líquida	388.697	338.466	15%
Custo dos produtos vendidos	(206.034)	(172.623)	19%
Lucro bruto	182.663	165.843	10%
Despesas gerais e administrativas	(94.303)	(74.721)	26%
Despesas comerciais	(49.885)	(44.499)	12%
Depreciação e amortização	(1.309)	(1.668)	-22%
Resultado de equivalência patrimonial	696	542	28%
Outras receitas operacionais, líquidas	210	4.056	-95%
Total de despesas operacionais	(144.591)	(116.290)	24%
Lucro antes do resultado financeiro	38.072	49.553	-23%
Resultado financeiro líquido	(8.258)	(4.321)	91%
Lucro antes do IRPJ e CSLL	29.814	45.232	-34%
IRPJ e CSLL - total	(9.616)	(12.609)	-24%
Lucro líquido do exercício	20.198	32.623	-38%

Na análise vertical, calculada sobre a receita líquida, o custo dos produtos vendidos passou de 51,0% em 2024 para 53,0% em 2025; as despesas operacionais, de 34,4% para 37,2%; e a despesa financeira líquida, de 1,3% para 2,1%. A margem líquida recuou de 9,6% para 5,2%, evidenciando o efeito combinado da maior absorção da receita por custos, despesas operacionais e resultado financeiro.

Receita líquida de vendas
A receita líquida consolidada totalizou R$388,7 milhões em 2025, aumento de 14,8% em relação a 2024, quando atingiu R$338,5 milhões. O crescimento foi sustentado pela expansão no mercado brasileiro, pelo avanço de vendas internacionais e pela evolução de linhas e soluções complementares ao portfólio principal.

Custos dos produtos vendidos
Os custos dos produtos vendidos totalizaram R$206,0 milhões em 2025, aumento de 19% frente a 2024. A variação acompanhou o maior volume de atividade e a composição do mix de produtos e mercados. A margem bruta consolidada passou de 49,0% em 2024 para 47,0% em 2025, ainda em nível relevante para o setor, mas refletindo maior pressão competitiva e custos associados ao ciclo de crescimento.

Despesas e receitas operacionais
As despesas operacionais totalizaram R$144,6 milhões em 2025, crescimento de 24% em relação a 2024. O aumento reflete, principalmente, reforço da estrutura comercial e administrativa, investimentos em expansão internacional, maior suporte ao crescimento da operação e iniciativas de fortalecimento da presença local em mercados estratégicos.

Resultado financeiro líquido
O resultado financeiro líquido foi despesa de R$8,3 milhões em 2025, comparado a despesa de R$4,3 milhões em 2024. A variação está associada ao maior nível médio de endividamento, ao custo de capital e à composição das operações financeiras em reais e moeda estrangeira.

Lucro líquido do exercício
O lucro líquido consolidado foi de R$20,2 milhões em 2025, comparado a R$32,6 milhões em 2024. A redução decorreu principalmente do aumento das despesas operacionais vinculadas ao ciclo de expansão e do maior custo financeiro, parcialmente compensados pelo crescimento de receita e pela manutenção de margem bruta relevante.

Balanços patrimoniais

A tabela abaixo resume as principais variações patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Conta patrimonial (R$ mil)	2025	2024	25 x 24
Ativo circulante	276.758	229.600	21%
Caixa e equivalentes de caixa	75.366	64.007	18%
Contas a receber de clientes	65.334	63.441	3%
Estoques	125.638	93.386	35%
Impostos a recuperar - circulante	6.730	4.530	49%
Ativo não circulante	74.044	68.499	8%
Investimentos	3.124	2.979	5%
Imobilizado	45.949	40.419	14%
Intangível	10.814	11.133	-3%
Passivo circulante	125.110	121.775	3%
Empréstimos e financiamentos - CP	48.838	46.751	4%
Fornecedores	29.371	26.239	12%
Obrigações trabalhistas e sociais	7.339	7.627	-4%
Receitas a realizar	2.094	3.953	-47%
Adiantamentos de clientes	9.141	13.977	-35%
Provisões diversas - CP	7.496	8.579	-13%
Empréstimos e financiamentos - LP	80.954	46.090	76%
Debêntures	25.000	25.000	0%
Dividendos a pagar - LP	16.000	-	n.a.
Patrimônio líquido	98.993	101.566	-3%

O crescimento do ativo circulante foi impulsionado principalmente pelo aumento de estoques, que passaram de R$93,4 milhões para R$125,6 milhões, em linha com a preparação da operação para o ciclo de crescimento e atendimento de demanda. O caixa e equivalentes de caixa cresceram 18%, alcançando R$75,4 milhões.

No ativo não circulante, o imobilizado cresceu 14%, atingindo R$45,9 milhões, refletindo investimentos industriais e operacionais. O intangível apresentou leve redução, passando de R$11,1 milhões para R$10,8 milhões, em razão da amortização do período.

No passivo, o aumento dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, de R$46,1 milhões para R$81,0 milhões, evidencia o alongamento da estrutura de dívida. As debêntures permaneceram em R$25,0 milhões e os dividendos a pagar no longo prazo totalizaram R$16,0 milhões ao final de 2025.

Demonstrações de fluxo de caixa

Fluxo de caixa consolidado (R$ mil)	2025	2024	25 x 24
Atividades operacionais	606	48.129	-99%
Atividades de investimento	(10.841)	(10.991)	-1%
Atividades de financiamento	21.594	(6.990)	n.a.
Aumento líquido de caixa	11.359	30.148	-62%

O fluxo de caixa operacional consolidado gerou R$0,6 milhão em 2025, ante R$48,1 milhões em 2024. A variação reflete principalmente o consumo de capital de giro, com destaque para estoques, em um ano de expansão de receita e preparação operacional. As atividades de investimento consumiram R$10,8 milhões, em linha com a continuidade de investimentos em ativos produtivos. As atividades de financiamento geraram R$21,6 milhões,

principalmente em função de captações líquidas de financiamentos. Em relação à receita líquida, a geração operacional de caixa passou de 14,2% em 2024 para 0,2% em 2025, reforçando a relevância da gestão de estoques e capital de giro para a liquidez.

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Prática é composta principalmente pela venda de equipamentos profissionais fabricados pela Companhia, complementada por receitas de peças, serviços, equipamentos revendidos e consumíveis técnicos. As variações de receita refletem, sobretudo, a combinação entre volume vendido, mix de produtos, preço médio, participação de mercado, evolução das exportações e desempenho dos canais de venda no Brasil e no exterior.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, a receita líquida consolidada foi de, respectivamente, R$316,5 milhões, R$338,5 milhões e R$388,7 milhões. Em 2025, o crescimento foi de 14,8% em relação a 2024, evidenciando a resiliência da demanda e a execução comercial da Companhia em um ambiente competitivo mais exigente.

Receita por segmento (R$ mil)	2025	2024	25 x 24
Fornos	245.838	216.519	13%
Equipamentos de refrigeração	40.364	40.727	-1%
Máquinas de panificação	49.490	31.472	57%
Outros	53.005	49.748	7%
Receita líquida consolidada	388.697	338.466	15%

Em 2025, as receitas atribuídas ao mercado nacional totalizaram R$309,3 milhões, enquanto as exportações totalizaram R$79,4 milhões.

As demonstrações financeiras de 2025 não divulgam o volume de unidades vendidas por marca ou categoria. Por esse motivo, a análise acima está concentrada nos indicadores de receita e segmento divulgados nas demonstrações financeiras.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No mercado interno, os resultados da Companhia são influenciados pelo nível de investimento dos clientes em equipamentos profissionais, pela atividade econômica, pela disponibilidade de crédito, pela dinâmica de renovação de cozinhas, padarias, supermercados e redes de alimentação, e pela capacidade da Prática de entregar produtividade, padronização e eficiência operacional aos clientes.

No mercado externo, os resultados são influenciados pela estratégia de expansão internacional, pela nomeação e desenvolvimento de distribuidores, pela presença local em mercados estratégicos, pela adequação técnica e regulatória dos produtos e pela volatilidade cambial. Em 2025, a Companhia também enfrentou maior pressão competitiva e efeitos de tarifas no mercado norte-americano, ao mesmo tempo em que avançou na consolidação da presença internacional.

O resultado operacional de 2025 foi positivamente impactado pelo crescimento da receita líquida e pela expansão de segmentos como fornos e máquinas de panificação. Por outro lado, foi pressionado por maiores despesas comerciais e administrativas, associadas ao reforço de estrutura, expansão internacional e investimento em capacidade de execução. Como consequência, o lucro antes do resultado financeiro totalizou R$38,1 milhões em 2025, comparado a R$49,6 milhões em 2024.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia investe continuamente em pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de aprimorar o portfólio, elevar eficiência energética, melhorar a experiência do cliente, reduzir desperdícios e incorporar tecnologias digitais aos equipamentos. Nos últimos exercícios, os lançamentos divulgados estiveram concentrados principalmente em melhorias e evoluções de produtos existentes, e não na criação de uma linha inteiramente nova de produtos.

Em 2025, o crescimento de receita foi explicado principalmente por expansão comercial, evolução do mix de produtos, maior presença em mercados estratégicos e desenvolvimento dos canais nacionais e internacionais. A receita líquida consolidada cresceu R$50,2 milhões em relação a 2024, alcançando R$388,7 milhões.

A variação cambial influencia a receita de exportação e parte dos custos de insumos, componentes e materiais vinculados ao dólar. A inflação, por sua vez, afeta custos industriais, despesas de pessoal, fretes e serviços. A Companhia busca mitigar esses efeitos por meio de gestão de preços, ganhos de produtividade, negociação com fornecedores, engenharia de produto e controle de despesas, sem perder competitividade frente aos mercados em que atua.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

i. Inflação
A receita da Companhia não é diretamente indexada à inflação. Ainda assim, a inflação impacta a matriz de custos por meio de matérias-primas, insumos, mão de obra, fretes, serviços terceirizados e despesas administrativas. Quando esses custos aumentam, a Companhia avalia a possibilidade de repasse aos preços, respeitando as condições competitivas de cada mercado.

Caso não seja possível repassar integralmente os aumentos de custos aos clientes finais, a inflação pode pressionar a margem bruta e o resultado operacional. Em 2025, a margem bruta consolidada foi de aproximadamente 47,0%, comparada a 49,0% em 2024.

ii. Variação de preços de insumos e produtos
A variação dos preços de aço inoxidável, componentes eletrônicos, energia, fretes e outros insumos industriais pode impactar diretamente o custo dos produtos vendidos. A administração acompanha de forma contínua a evolução da margem bruta, a precificação, a eficiência fabril e as oportunidades de engenharia de produto para preservar competitividade e rentabilidade.

iii. Variação cambial
A variação cambial afeta a Companhia em duas frentes. De um lado, impacta positivamente ou negativamente a receita de exportação, a depender da relação entre real e dólar. De outro, influencia o custo de insumos e componentes importados ou precificados em moeda estrangeira. A existência de receitas em dólar e custos parcialmente dolarizados cria algum hedge natural, mas não elimina a exposição aos movimentos cambiais.

iv. Variação de taxa de juros
A taxa de juros impacta o resultado financeiro e o custo de captação da Companhia. Em 2025, o resultado financeiro líquido representou despesa de R$8,3 milhões, ante despesa de R$4,3 milhões em 2024. O aumento está relacionado ao maior nível médio de endividamento e ao custo financeiro das operações, em um contexto de juros elevados no mercado brasileiro.

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, que tenham produzido efeitos significativos sobre as informações apresentadas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não contém ressalvas ou opinião modificada.

O relatório destacou o reconhecimento de receita como principal assunto de auditoria, em razão da relevância dos montantes e das características do processo de reconhecimento. Esse destaque não modifica a opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não contém ressalvas ou opinião modificada.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não contém ressalvas ou opinião modificada.

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025 ou no exercício social corrente.

A Companhia seguiu reportando seus segmentos operacionais com base nas linhas acompanhadas pela administração: fornos, equipamentos de refrigeração, máquinas de panificação e outros, que incluem peças, serviços, equipamentos revendidos e consumíveis técnicos.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2022, a Companhia constituiu a Prática Chile SpA, com o objetivo de atuar na distribuição de seus produtos no mercado chileno e apoiar a expansão na América Latina.

Em 2024, a Companhia constituiu a Prática Europe GmbH, sediada na Alemanha, com o objetivo de fortalecer a atuação no mercado europeu, aproximar a Companhia de distribuidores e clientes estratégicos e apoiar a expansão internacional.

Em 2025, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária com efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. As subsidiárias Prática Products Inc., Prática Chile SpA e Prática Europe GmbH permaneceram integralmente consolidadas nas demonstrações financeiras de 2025.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, ou no exercício social corrente, que tenham produzido efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, além dos temas já descritos em itens próprios deste Formulário de Referência, como expansão internacional, estrutura de financiamento e execução do plano de investimentos.

2.5 Medições não contábeis

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

A seguir, apresentamos as principais medições não contábeis utilizadas pela administração para acompanhar o desempenho operacional, a geração de resultado e a estrutura de capital da Companhia. Essas métricas complementam a leitura das demonstrações financeiras, mas não as substituem.

(i) EBITDA, EBITDA ajustado e Margem EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil calculada pela Companhia com base nas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com a regulamentação aplicável da CVM sobre divulgação de EBITDA. O indicador corresponde ao resultado líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e não deve ser considerado isoladamente, nem como substituto do lucro líquido, do resultado operacional, do fluxo de caixa ou de qualquer outra medida contábil de desempenho ou liquidez.

A Companhia também acompanha o EBITDA ajustado, que parte do EBITDA e exclui efeitos que a administração entende como temporários, extraordinários ou não recorrentes, com o objetivo de permitir uma leitura mais clara da capacidade estrutural de geração de resultado da operação. Em 2025, esses ajustes estiveram relacionados principalmente ao aumento de despesas para expansão internacional, ao impacto de tarifas nos Estados Unidos e a despesas não operacionais classificadas como eventos não recorrentes e extraordinários.

A Margem EBITDA e a Margem EBITDA ajustada correspondem, respectivamente, ao EBITDA e ao EBITDA ajustado divididos pela receita líquida consolidada do respectivo período.

(ii) Dívida líquida

A Dívida Líquida é calculada a partir da Dívida Bruta, composta por empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e debêntures, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações caucionadas. A administração utiliza esse indicador para acompanhar a alavancagem financeira, a flexibilidade de capital e a capacidade de execução do plano de negócios.

a. informar o valor das medições não contábeis

Vide item 2.5(b), abaixo, que apresenta os valores e as respectivas conciliações das medições não contábeis utilizadas pela Companhia.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas a seguir apresentam a conciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA ajustado e da Margem EBITDA ajustada com as informações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

Exercício encerrado em 31 de dezembro de (em R$ mil, exceto percentuais)	2025	2024	2023	AH 25 x 24
Receita líquida de vendas	388.697	338.466	316.490	14,8%
EBITDA	43.415	54.631	52.867	-20,5%
Margem EBITDA	11,2%	16,1%	16,7%	
EBITDA ajustado	62.618	54.631	52.867	14,6%
Margem EBITDA ajustada	16,1%	16,1%	16,7%	

A conciliação do EBITDA ajustado de 2025 é apresentada abaixo, considerando os principais ajustes divulgados pela administração no período:

Conciliação do EBITDA ajustado (em R$ mil)	2025
EBITDA	43.415
Aumento de OPEX para expansão internacional	8.300
Impacto de tarifas nos Estados Unidos	8.000
Despesas não operacionais, não recorrentes e extraordinárias	2.700
Outros efeitos e arredondamentos	203
EBITDA ajustado	62.618

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre a Dívida Líquida e a Dívida Bruta divulgada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

Indicadores financeiros (em R$ mil)	2025	2024	2023
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	48.838	46.751	40.211
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	80.954	46.090	61.538
Debêntures	25.000	25.000	-
Dívida bruta	154.792	117.841	101.749
(-) Caixa e equivalentes de caixa	75.366	64.007	33.859
(-) Aplicações caucionadas	4.484	2.551	5.023
Dívida líquida	74.942	51.283	62.867
Dívida líquida / EBITDA	1,73x	0,94x	1,19x

Em 2025, a Companhia encerrou o exercício com dívida bruta de R$ 154,8 milhões e caixa total, incluindo aplicações caucionadas, de R$ 79,9 milhões. A dívida líquida foi de R$ 74,9 milhões, com alavancagem medida por Dívida Líquida/EBITDA de 1,73x, patamar compatível com o ciclo de investimentos, expansão e fortalecimento da estrutura operacional da Companhia.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A administração entende que o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA ajustado e a Margem EBITDA ajustada são indicadores úteis para a compreensão do desempenho operacional da Companhia, pois permitem avaliar a evolução da geração de resultado antes dos efeitos do resultado financeiro, da tributação sobre o lucro e de despesas de depreciação e amortização.

Essas métricas também facilitam a comparação do desempenho da Companhia ao longo do tempo e com outras companhias do setor, sendo amplamente utilizadas por investidores e analistas para avaliação de eficiência operacional, capacidade de geração de caixa operacional e sustentabilidade do crescimento. Ainda assim, tais indicadores não refletem, isoladamente, a geração de caixa efetiva da Companhia e devem ser analisados em conjunto com as demonstrações financeiras e demais informações deste Formulário de Referência.

A Dívida Líquida e a relação Dívida Líquida/EBITDA são acompanhadas pela administração por oferecerem uma visão objetiva da estrutura de capital, do nível de alavancagem e da flexibilidade financeira da Companhia. Esses indicadores auxiliam na avaliação da capacidade de cumprir obrigações financeiras, financiar capital de giro, realizar investimentos e sustentar a execução do plano de negócios.

As informações deste item referem-se às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Prática Produtos S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2026, data de autorização de sua emissão, conforme a Nota Explicativa 33.

Não ocorreram eventos após o encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e até 31 de março de 2026, data de autorização de emissão dessas demonstrações financeiras, que afetem de forma significativa as condições patrimoniais da Companhia, conforme informado na Nota Explicativa 34.

Os movimentos societários realizados em setembro de 2026, incluindo a conversão parcial das debêntures da Stratus, os aumentos de capital por subscrição de executivos e investidores e o aditamento ao acordo de acionistas, ocorreram após a autorização de emissão das demonstrações financeiras de 2025. Esses atos não integram, portanto, o período de eventos subsequentes considerado nessas demonstrações, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente. Para informações sobre a natureza dessas operações e seus efeitos, consultar os itens 1.12 (operações societárias), 1.13 (acordos de acionistas), 1.15 (contratos relevantes) e 2.1 (condições financeiras e patrimoniais) deste Formulário de Referência.

2.7. Destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros

Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver, e da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a destinação prevista na legislação aplicável e no Estatuto Social, incluindo: (i) 5% para constituição da reserva legal, até que o seu valor atinja o limite legal; (ii) destinação à reserva para resgate, conforme prevista no Estatuto Social; (iii) distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) destinação do saldo remanescente conforme proposta da Administração e deliberação da Assembleia Geral, inclusive para formação de reservas ou retenção de lucros com base em orçamento de capital aprovado.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções e destinações legais e estatutárias aplicáveis, pelo menos 25% do lucro líquido ajustado será distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa aprovada pela Assembleia Geral nos casos permitidos pela Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social também autoriza o levantamento de balanços semestrais, trimestrais ou mensais, com possibilidade de declaração de dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano, observadas as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano anterior. O Estatuto Social permite, ainda, a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sobre capital próprio, que poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sobre capital próprio compete ao Conselho de Administração, quando aplicável.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável. Na data deste relatório, a Companhia não identificou restrições específicas à distribuição de dividendos além daquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social e nas deliberações societárias aplicáveis.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada em documento apartado. A destinação dos resultados segue as regras previstas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social e nas deliberações da Assembleia Geral. Nos termos estatutários, se o resultado do exercício for negativo, será levado à conta de prejuízos acumulados, caso não seja absorvido por reservas na forma da lei; se positivo, o lucro líquido apurado, após as deduções legais, será destinado conforme a ordem estatutária e a deliberação assemblear.

Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou lucro líquido de R$ 20.197.508,93. Adicionalmente, houve realização da reserva de reavaliação registrada em outros resultados abrangentes, no valor de R$ 45.141,12, montante incorporado à reserva de lucros. Assim, a destinação total deliberada considerou R$ 20.242.650,05, observada a proposta aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026.

Destinação	Montante (R$)	Critério / observação
Lucro líquido do exercício de 2025	20.197.508,93	Base do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.
Parcela realizada da reserva de reavaliação	45.141,12	Valor registrado em outros resultados abrangentes e incorporado à reserva de lucros.

Total considerado para destinação	20.242.650,05	Lucro líquido do exercício acrescido da parcela realizada da reserva de reavaliação.
Reserva de incentivos fiscais	929.888,15	Montante transferido para a conta de Reserva de Incentivos Fiscais.
Dividendos obrigatórios	4.828.190,48	Correspondentes a 25% do lucro líquido deduzido da reserva de incentivos fiscais; equivalente a R$1,439090 por ação.
Dividendos adicionais	338.925,37	Correspondentes a 1,75% do lucro líquido deduzido da reserva de incentivos fiscais; equivalente a R$0,101020 por ação.
Reserva de resgate	5.780.286,23	Correspondente a 30% do lucro líquido deduzido da reserva de incentivos fiscais, conforme regra estatutária.
Reserva de lucros	8.365.359,82	Montante destinado à reserva de lucros para fazer face aos investimentos previstos no orçamento de capital de 2026, incluindo a parcela realizada da reserva de reavaliação.
Total de dividendos	5.167.115,85	Soma dos dividendos obrigatórios e adicionais, equivalente a R$1,540110 por ação.

Os dividendos relativos ao exercício social de 2025, compostos pelos dividendos obrigatórios e pelos dividendos adicionais, totalizaram R$ 5.167.115,85. Conforme aprovado, esses dividendos serão compensados pela antecipação de dividendos autorizada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025, não havendo nova distribuição em dinheiro no âmbito da Assembleia Geral Ordinária de 2026.

A destinação aprovada reforça a disciplina de capital da Companhia: ao mesmo tempo em que preserva a remuneração mínima dos acionistas, mantém recursos relevantes em reservas, em especial para suportar o orçamento de capital de 2026 e as necessidades de crescimento, investimento e continuidade operacional.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, a Companhia não possui itens relevantes a informar nas modalidades indicadas nos subitens i a iv abaixo. Para o exercício social corrente, devem ser consideradas as informações do subitem iv e os compromissos contratuais descritos na alínea b, comentados no item 2.9.

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, conforme indicado no item 2.8.a.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, conforme indicado no item 2.8.a.

iii. contratos de construção não terminada

Não aplicável, conforme indicado no item 2.8.a.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

NA

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2026, foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas entre Brava Participações Ltda. e Stratus SCP III Brasil Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, com a interveniência da Companhia, de André Luiz Rosa Rezende e de Luiz Eduardo Rosa Rezende. O instrumento estabeleceu mecanismos de saída da Stratus e compromissos da Companhia, posteriores às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025, cuja emissão foi aprovada em 31 de março de 2026.

A cláusula 10.2.8 prevê que a Companhia deverá pagar à Stratus os valores inadimplidos caso, cumulativamente: (i) nenhuma das hipóteses de extinção da Opção de Venda previstas na cláusula 13.1.2 ocorra até 31 de março de 2029; (ii) a Stratus exerça a Opção de Venda; (iii) a Brava não cumpra as obrigações dela decorrentes; e (iv) André e/ou Luiz não sanem o inadimplemento. A obrigação da Companhia se aplica ao inadimplemento não sanado em até 15 dias após o vencimento da obrigação não paga, com correção por 100% do CDI desde o vencimento original até a quitação.

O Acordo também prevê o direito, mas não a obrigação, de a Companhia propor a aquisição das ações da Stratus mediante Opção de Compra, nas condições do Capítulo 9. Os custos da avaliação independente prevista no Capítulo 10 cabem à Companhia. Há, ainda, compromissos de formalização de instrumentos de crédito e de constituição de garantias nas hipóteses contratuais de pagamento parcelado, conforme aplicável.

A qualificação da obrigação como subsidiária e contingente na cláusula 10.2.8.1 descreve o conteúdo contratual e não substitui a análise de reconhecimento, mensuração e divulgação segundo as normas contábeis aplicáveis. Sua apresentação neste item não pressupõe a inexistência de passivo a reconhecer em 2026. Os efeitos potenciais, os critérios de preço e os direitos da Companhia são comentados no item 2.9; as demais disposições do Acordo, no item 1.13.

Esses compromissos não se confundem com as 1.250 debêntures remanescentes após a conversão parcial, cujo valor nominal agregado é de R$ 12.500.000,00, tratadas nos itens 2.1 e 12.3. O valor nominal dessas debêntures não corresponde ao preço das opções nem constitui limite da obrigação prevista na cláusula 10.2.8.

Os comentários a seguir referem-se aos compromissos do Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas, celebrado em 30 de setembro de 2026, descritos no item 2.8.b. Esses compromissos foram constituídos após a autorização de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025, ocorrida em 31 de março de 2026. A descrição contratual não pressupõe que devam permanecer fora do balanço em 2026.

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os mecanismos de saída não estão diretamente relacionados à venda de produtos ou à prestação de serviços da Companhia. Caso se torne exigível a obrigação da cláusula 10.2.8, haverá necessidade de desembolso de recursos para pagamento à Stratus, com potencial redução da liquidez e da disponibilidade de caixa para capital de giro, investimentos ou outras obrigações.

Os custos de avaliação independente e, conforme a modalidade aplicável, os custos de instrumentos de crédito, garantias e encargos podem afetar as despesas, o resultado e o fluxo de caixa. Os efeitos sobre passivos, patrimônio líquido e resultado dependerão do enquadramento e da mensuração contábeis do conjunto contratual; a exigibilidade futura do pagamento não determina, por si só, o momento de eventual reconhecimento contábil. O montante contratualmente devido é variável, conforme os critérios descritos na alínea c.

A autorização para prosseguir com a contratação do financiamento mencionado no item 2.8.a.iv, isoladamente, não representa ingresso de caixa nem recebimento futuro assegurado.

b. natureza e o propósito da operação

O aditamento foi celebrado no contexto da conversão parcial das debêntures da Stratus em ações e da eficácia do Acordo de Acionistas. Sua finalidade é disciplinar o relacionamento societário e os mecanismos de liquidez da participação da Stratus, estabelecendo uma Opção de Compra facultativa da Companhia e uma Opção de Venda contra a Brava, com regras de preço, pagamento, garantias e extinção. A obrigação subsidiária da Companhia se vincula ao inadimplemento da Brava não sanado por seus acionistas fiadores, nas condições cumulativas do item 2.8.b. Não se trata de obrigação imediata e incondicional de recompra pela Companhia.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Obrigação de pagamento. Se não ocorrerem as hipóteses contratuais de extinção até 31 de março de 2029 e forem atendidas as demais condições pactuadas, a Stratus poderá exercer a Opção de Venda contra a Brava entre 16 de abril e 15 de maio de 2029. A Brava será obrigada a adquirir as ações abrangidas pela opção, com fiança pessoal de André e Luiz e possibilidade de substituição pelas garantias previstas na cláusula 10.2.7.1. A exposição da Companhia, na cláusula 10.2.8, corresponde aos valores inadimplidos, corrigidos por 100% do CDI desde o vencimento original, observados o prazo de 15 dias e os requisitos cumulativos descritos no item 2.8.b.

Preço e montante. O contrato não fixa valor nominal para a obrigação. Pela cláusula 10.1, se o volume financeiro mensal de negociação das ações ou DRs for igual ou superior a EUR 600.000 em cada um dos três meses imediatamente anteriores ao exercício da opção, o preço por ação será a média dos preços de fechamento dos últimos 20 pregões com negociação. Na hipótese contratual de volume mensal das ações inferior a EUR 600.000 em cada um dos três meses anteriores, será adotado o valor econômico apurado por avaliador independente. O montante depende do preço aplicável, da quantidade de ações objeto da opção, dos encargos e dos pagamentos realizados. O valor nominal de R$ 12.500.000,00 das debêntures remanescentes não constitui preço ou limite dessa exposição.

Pagamento e encargos. Na Opção de Venda, a cláusula 10.2.6 prevê pagamento em 12 parcelas trimestrais, com a primeira devida em até 60 dias da notificação à Brava, correção por 100% do CDI desde a notificação e possibilidade de antecipação. Em caso de atraso, aplicam-se os encargos moratórios da cláusula 10.2.6.1. Essas condições não afastam a obrigação subsidiária da Companhia prevista na cláusula 10.2.8.

Direito da Companhia. A Opção de Compra poderá ser proposta entre 31 de março e 15 de abril de 2029, nas condições da cláusula 9.1 e observadas as aprovações societárias, legais e regulatórias aplicáveis. Após o aceite da Stratus, a Companhia poderá pagar integralmente com recursos próprios ou em 12 parcelas trimestrais, com a primeira em até 60 dias, e correção por 100% do CDI desde o aceite. O parcelamento exige instrumento de crédito e fiança bancária ou outra garantia admitida pelo Acordo. As ações serão transferidas conforme a cláusula 10.2.6.2. Esse direito é distinto da obrigação subsidiária de pagamento.

Outros compromissos. Os custos da avaliação independente prevista no Capítulo 10 são suportados pela Companhia, independentemente de quem promova sua contratação. A cláusula 10.2.6.3 prevê, nas hipóteses aplicáveis e mediante solicitação da Stratus, formalização das parcelas em instrumento de crédito dotado de força executiva, livremente negociável, com as garantias pactuadas; seu descumprimento pode antecipar o vencimento das parcelas.

Extinção. A realização isolada de oferta pública inicial de ações não extingue o Acordo ou os direitos de saída. A extinção da Opção de Venda e do próprio Acordo observa os requisitos específicos das cláusulas 13.1.2 a 13.1.6, descritos no item 1.13. As debêntures remanescentes permanecem sujeitas à escritura de emissão, sem duplicidade de direitos econômicos com a parcela convertida.

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A operação industrial da Companhia exige avaliação contínua de máquinas, equipamentos, instalações, engenharia de produto, qualidade, tecnologia e capacidade fabril. Os investimentos são direcionados à manutenção da eficiência operacional, ao aumento de produtividade, à melhoria do portfólio, à digitalização de equipamentos e ao suporte à expansão nacional e internacional.

Em 2025, as demonstrações financeiras consolidadas registraram aquisições de imobilizado de R$12,0 milhões. Esses investimentos estão alinhados ao ciclo de crescimento da Companhia, ao fortalecimento de sua estrutura produtiva e à preparação operacional para atender à demanda projetada nos próximos anos.

A administração entende que a capacidade instalada atual é adequada para atender à demanda de curto prazo. Ainda assim, segue realizando investimentos seletivos para sustentar crescimento, eficiência industrial, qualidade e competitividade global.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são a geração operacional de caixa, recursos de acionistas quando aplicável, empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e instrumentos de mercado de capitais. Em 2024, a Companhia emitiu debêntures privadas, nominativas e conversíveis em ações ordinárias, no valor total de R$25,0 milhões, com recursos destinados ao financiamento de suas atividades operacionais e de expansão, incluindo CAPEX, capital de giro e pesquisa e desenvolvimento.

Para os próximos ciclos, a Companhia espera continuar utilizando uma combinação dessas fontes, sempre observando disciplina financeira, sustentabilidade do negócio, custo de capital e geração de valor para acionistas.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que, isoladamente, devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia. Os investimentos em imobilizado realizados em 2025 estão relacionados à modernização, manutenção e fortalecimento gradual da estrutura operacional.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia mantém pesquisa e desenvolvimento como parte central de sua estratégia competitiva. As pesquisas em andamento têm foco na melhoria e no aprimoramento dos produtos atuais, em ganhos de eficiência energética, confiabilidade, segurança, automação, conectividade e digitalização dos equipamentos, inclusive com soluções voltadas à internet das coisas - IoT, dados e suporte remoto.

O objetivo é reduzir o tempo de desenvolvimento, ampliar a produtividade dos clientes, reforçar a competitividade global da Prática e manter o portfólio alinhado às exigências técnicas e regulatórias dos mercados em que atua.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

As demonstrações financeiras de 2025 evidenciam despesa de pesquisa e desenvolvimento de R$1,4 milhão, comparada a R$0,8 milhão em 2024, registrada em despesas gerais e administrativas.

A Companhia também mantém equipes e estruturas internas dedicadas a engenharia, produto e desenvolvimento. As demonstrações financeiras, entretanto, não divulgam um montante gerencial total consolidado de investimentos em P&D além da rubrica contábil mencionada acima.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimento já divulgados estão voltados à adequação, melhoria e aprimoramento dos produtos atuais, sem incremento relevante de novas linhas ao portfólio. Também há iniciativas relacionadas à digitalização dos equipamentos, conectividade, IoT, automação de processos e melhoria da experiência do cliente.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

As demonstrações financeiras de 2025 não apresentam a abertura do montante gerencial total gasto no desenvolvimento de novos produtos ou serviços. A informação confirmada nas demonstrações financeiras é a despesa de pesquisa e desenvolvimento de R$1,4 milhão em 2025, registrada em despesas gerais e administrativas.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ESG

Embora a Companhia ainda não divulgue um plano de negócios ESG formal e segregado neste item, suas oportunidades de crescimento estão conectadas a temas ambientais, sociais e de governança de forma transversal. O desenvolvimento de equipamentos mais eficientes, a redução de desperdício de alimentos, a produtividade nas cozinhas profissionais, a segurança operacional, a capacitação técnica e o fortalecimento de governança são elementos incorporados à estratégia de longo prazo da Companhia.

Dimensão	Iniciativa / oportunidade	Racional estratégico	Status / cronograma
Ambiental	Eficiência energética, automação de processos, redução de desperdícios no preparo de alimentos e melhoria contínua do desempenho ambiental dos produtos.	Alinhar o portfólio ao propósito de promover comida de qualidade sem desperdícios e atender clientes que buscam produtividade, economia de recursos e menor impacto operacional.	Iniciativas incorporadas ao desenvolvimento de produtos e P&D; metas quantitativas específicas não divulgadas.
Social	Desenvolvimento de pessoas, formação técnica, segurança no trabalho, programas de capacitação e ações comunitárias.	Fortalecer cultura, retenção de talentos, qualificação da mão de obra e reputação como empregadora.	Em curso; relatório da administração informa reconhecimento FIA/FEEX pelo 3º ano consecutivo.
Governança	Evolução da estrutura de governança, criação do Comitê de Auditoria, auditoria independente e aprimoramento de controles internos.	Apoiar disciplina de gestão, transparência, preparação para captações e relação com investidores.	Comitê de Auditoria criado em 2025; demais práticas em evolução contínua.

A Companhia continuará avaliando oportunidades relacionadas a eficiência energética, redução de desperdícios, inovação em produtos, desenvolvimento de pessoas, governança corporativa e expansão internacional responsável, sempre que tais iniciativas estiverem alinhadas à geração de valor e à sustentabilidade do negócio.

Além dos fatores descritos nos itens 2.1 e 2.2, o desempenho operacional de 2025 foi influenciado pela execução do plano de expansão internacional, pelo reforço da estrutura comercial e administrativa, pela evolução das despesas operacionais, por maior pressão competitiva em mercados globais, por efeitos tarifários nos Estados Unidos e por investimentos em produtividade industrial, pesquisa e desenvolvimento e suporte ao cliente.

O relatório da administração de 2025 informa que a receita líquida alcançou R$ 389 milhões, crescimento de 14,8% em relação a 2024, e que o EBITDA totalizou R$ 43,4 milhões, com margem de 11,2%. Quando considerados os efeitos extraordinários do aumento do OPEX associado à expansão internacional e das tarifas nos Estados Unidos, o EBITDA ajustado alcançaria margem de 16,1%, evidenciando a resiliência do negócio principal.

No Brasil, as vendas de equipamentos cresceram 14,3%, enquanto peças, acessórios e serviços avançaram 23,3%, reforçando a relevância da base instalada, do pós-venda e do relacionamento recorrente com clientes. No mercado internacional, o crescimento foi de 12,3%, apesar de ambiente global marcado por volatilidade, competição crescente e maior pressão tarifária.

A divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa.

Até a data de elaboração deste documento, a administração da Companhia não divulgou ao mercado projeções ou estimativas operacionais, financeiras ou de qualquer outra natureza relacionadas aos seus negócios ou atividades.

A Companhia mantém ciclo de planejamento estratégico e orçamento anual, os quais são utilizados exclusivamente para orientações internas e gestão dos negócios, não sendo divulgados ao mercado. Por esse motivo, a Companhia opta por não apresentar projeções neste Formulário de Referência. Caso venha a divulgar projeções no futuro, o acompanhamento e as premissas relevantes serão apresentados nos termos da regulamentação aplicável.

Tendo em vista que a Companhia não divulgou ao mercado projeções ou estimativas públicas operacionais, financeiras ou de qualquer outra natureza nos últimos 3 exercícios sociais, este item não é aplicável.

Os planos de negócios, iniciativas estratégicas, projetos internos, investimentos, ações de expansão internacional, iniciativas de pesquisa e desenvolvimento e demais atividades de planejamento interno mencionadas neste Formulário de Referência não constituem projeções ou estimativas públicas para fins da regulamentação da CVM, salvo se expressamente divulgadas ao mercado como projeções.

a. Riscos relacionados ao emissor

Podemos não ser capazes de alcançar nossos objetivos de crescimento. Nossa estratégia depende de desenvolvimento de novos produtos, manutenção da qualidade, disponibilidade de crédito, execução da expansão internacional, capacidade de competir em mercados externos, cadastramento como fornecedor de grandes redes, disponibilidade de mão de obra qualificada e suprimento de matérias-primas e insumos. A não realização desses fatores pode afetar adversamente nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Aumentos significativos na estrutura de custos podem nos afetar adversamente. Em 2025, o custo dos produtos vendidos consolidado foi de R$ 206,0 milhões, equivalente a aproximadamente 53,0% da receita líquida consolidada. Em 2024, esse percentual foi de aproximadamente 51,0%, e em 2023, de aproximadamente 53,4%, com base nas informações financeiras disponíveis. A Companhia está exposta à variação de custos de aço inox, cobre, alumínio, componentes eletrônicos, energia, fretes, serviços logísticos, despesas com pessoal, importações e tarifas. Caso não consiga repassar esses aumentos a preços de venda ou compensá-los com ganhos de eficiência, poderá sofrer redução de margens, rentabilidade e competitividade.

A variação dos preços internacionais de commodities pode afetar nossos resultados. Parte relevante das matérias-primas utilizadas no processo produtivo, como aço, alumínio e cobre, possui preço influenciado por mercados internacionais e, em muitos casos, por variações cambiais. A Companhia pode não conseguir neutralizar integralmente tais oscilações por meio de estoques, negociações com fornecedores, reajustes de preços ou instrumentos financeiros.

Estamos sujeitos a riscos associados ao desenvolvimento de produtos e tecnologias. A Companhia investe em pesquisa e desenvolvimento para aprimorar desempenho, eficiência energética, conectividade, design e funcionalidades de seus produtos. Projetos tecnológicos podem enfrentar atrasos, custos superiores aos previstos, dificuldades de certificação, problemas técnicos, dependência de fornecedores e aceitação inferior à esperada pelo mercado.

Decisões contrárias em processos judiciais ou administrativos podem afetar nossos resultados. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu provisão para contingências no montante de R$ 683 mil, composta por R$ 346 mil em processos tributários e R$ 337 mil em processos cíveis. Além disso, existiam processos avaliados como risco possível no montante de R$ 10,924 milhões, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Decisões adversas superiores às provisões ou em demandas não provisionadas podem afetar negativamente o resultado e o caixa.

Estamos sujeitos a riscos operacionais e de continuidade dos negócios. A produção está concentrada no parque industrial de Pouso Alegre/MG. Eventos como incêndios, falhas de energia, acidentes, problemas em máquinas críticas, interrupções logísticas, atrasos de fornecedores, greves, desastres naturais, falhas de segurança, incidentes ambientais ou problemas de qualidade podem interromper ou reduzir a produção, atrasar entregas, gerar custos adicionais e afetar a imagem da Companhia.

b. Riscos relacionados ao controlador, aos acionistas e ao grupo econômico

A Companhia é controlada pela Brava Participações Ltda., que detinha 100% das ações ordinárias em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrações financeiras, e passou a deter 3.355.031 ações ordinárias, equivalentes a 94,36191% do capital social, após os aumentos de capital de 30 de setembro de 2026. A concentração de controle pode permitir que o acionista controlador exerça influência significativa sobre matérias submetidas à deliberação social, incluindo eleição de administradores, reorganizações societárias, distribuição de dividendos e aprovação de operações relevantes, observadas as regras legais, estatutárias e eventuais instrumentos contratuais aplicáveis. Os interesses do controlador podem divergir dos interesses dos demais acionistas e influenciar decisões sobre investimentos, remuneração do capital e operações com partes relacionadas.

A Companhia possui debêntures conversíveis subscritas pela Stratus SCP III Brasil Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia. Em 30 de setembro de 2026, foram convertidas 1.250 debêntures em 162.986 ações ordinárias. Após os demais aumentos de capital realizados na mesma data, essas ações representavam 4,58406% do capital social, permanecendo 1.250 debêntures em circulação, com valor nominal agregado de R$ 12,5 milhões. A conversão futura das debêntures remanescentes e novas emissões de ações poderão alterar as participações dos acionistas e provocar diluição, conforme os termos dos instrumentos aplicáveis. O segundo aditamento à escritura permite conversões totais ou parciais e prevê a diluição proporcional da participação da Stratus em futuras emissões, observadas as ressalvas contratuais.

As disposições do acordo de acionistas podem condicionar decisões relevantes da Companhia. O acordo, celebrado em 7 de maio de 2024 e aditado em 30 de setembro de 2026, passou a produzir plenos efeitos com a conversão parcial. O instrumento prevê matérias que dependem do voto afirmativo da Stratus e o direito de indicação de um membro efetivo ou um observador para o Conselho de Administração. Divergências entre os acionistas sobre essas matérias, o exercício de direitos de voto ou a transferência de ações podem atrasar decisões, limitar a execução de operações e gerar disputas e custos para a Companhia.

Os mecanismos de saída da Stratus podem gerar compromissos financeiros para a Companhia. Se nenhuma das hipóteses previstas na cláusula 13.1.2 do acordo ocorrer até 31 de março de 2029, a Companhia terá o direito, mas não a obrigação, de

propor a aquisição da totalidade das ações da Stratus entre 31 de março e 15 de abril de 2029. Caso a Companhia não exerça a opção de compra nos termos contratuais, a Stratus poderá exercer a opção de venda contra a Brava entre 16 de abril e 15 de maio de 2029, observadas as demais condições do acordo, tornando obrigatória a aquisição pela Brava.

O preço das opções será apurado pelo valor de mercado das ações ou por avaliação econômica independente, conforme os critérios de liquidez previstos no acordo. Esse valor pode diferir do preço de referência aprovado para a admissão à negociação e variar até o exercício das opções, afetando os compromissos de pagamento. A Companhia também suporta os custos da avaliação contratual e, se optar pela compra parcelada, estará sujeita à formalização de instrumento de crédito e garantias, nos termos do acordo. As condições de preço, pagamento e exigibilidade estão descritas nos itens 1.13, 2.8 e 2.9.

A realização de um IPO, isoladamente, não extingue o acordo nem os direitos de saída nele previstos. O prazo de vigência pactuado é de 30 anos a partir de 30 de setembro de 2026, sujeito às hipóteses contratuais de extinção. Para a hipótese de extinção do acordo por participação da Stratus inferior a 5%, são consideradas tanto as ações quanto os instrumentos conversíveis por ela detidos. A participação de 4,58406% nas ações já emitidas, isoladamente, não comprova a extinção do acordo. A insuficiência de liquidez ou de captações para atender às condições pactuadas pode manter os compromissos de saída, conforme detalhado nos itens 1.13 e 4.3.

c. Riscos relacionados a fornecedores, clientes e canais de distribuição

Dependemos da disponibilidade de fornecedores de matérias-primas, componentes e serviços logísticos. Falhas de planejamento, atrasos de fornecedor, indisponibilidade de materiais críticos, dependência de fornecedor único, problemas de importação, variação de custos, ruptura de suprimento, atrasos logísticos internacionais ou documentação incorreta podem afetar prazos de produção, custos e atendimento ao cliente.

A satisfação dos clientes e a qualidade do pós-venda são essenciais para a manutenção da reputação e das vendas. A Companhia utiliza rede de representantes, revendedores, concessionárias e assistências técnicas credenciadas. Falhas de atendimento, falta de especialização técnica, indisponibilidade de peças, reincidência de defeitos, ausência de dados de campo ou dificuldades de suporte podem gerar perda de clientes, aumento de custos de garantia e danos reputacionais.

d. Riscos financeiros e de mercado

Estamos expostos a riscos de crédito, liquidez, taxa de juros e câmbio. Em 31 de dezembro de 2025, a dívida bruta consolidada, incluindo debêntures, totalizava R$ 154,8 milhões, a dívida líquida totalizava R$ 74,9 milhões e a relação dívida líquida/EBITDA era de 1,73x. A elevação de juros, restrição de crédito, aumento de endividamento, maior necessidade de capital de giro, inadimplência de clientes ou redução de caixa podem afetar a capacidade de financiar operações e investimentos. A dívida líquida e a alavancagem acima seguem a métrica gerencial do item 2.1, que deduz da dívida bruta o caixa, os equivalentes de caixa e as aplicações caucionadas. Estas últimas são ativos restritos e não representam recursos de livre movimentação. Os indicadores de 31 de dezembro de 2025 não representam a posição financeira após as operações de setembro de 2026. A conversão parcial das debêntures não constitui ingresso de novos recursos em caixa nem elimina as obrigações dos títulos remanescentes e os riscos de desembolso relacionados à saída da Stratus descritos na alínea b.

O descumprimento de obrigações contratuais pode antecipar a exigibilidade de dívidas e comprometer nossa liquidez. A cláusula 5.16 da escritura de debêntures prevê eventos de vencimento antecipado não automático, incluindo Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,0 vezes, Dívida Bruta/patrimônio líquido superior a 4,0 vezes e liquidez corrente inferior a 1,3 vez, apurados nas bases contratuais. Também contempla o vencimento antecipado de dívidas ou obrigações financeiras da Companhia ou de sociedade de seu grupo econômico cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 10% do patrimônio líquido da Emissora. Atendidos os procedimentos e prazos aplicáveis, esses eventos podem exigir pagamentos de principal, encargos e prêmios antes do previsto e dificultar o refinanciamento. As características e restrições dessas dívidas são detalhadas no item 2.1.

A internacionalização aumenta a exposição cambial e a fatores externos. Em 2025, a receita líquida atribuída ao mercado externo foi de R$ 77,3 milhões, equivalente a aproximadamente 19,9% da receita líquida consolidada. Oscilações cambiais, tarifas, barreiras comerciais, instabilidade geopolítica, exigências regulatórias locais, alterações de certificação e custos logísticos internacionais podem afetar rentabilidade e competitividade.

e. Riscos relacionados à tecnologia, segurança da informação e dados

A Companhia depende de sistemas de informação, ERP, infraestrutura digital, bancos de dados, conectividade, sistemas embarcados, plataformas digitais e processos automatizados. Ciberataques, indisponibilidade de sistemas, perda de dados, falhas de backup, obsolescência tecnológica, falhas de fornecedores de TI ou incidentes envolvendo dados pessoais podem interromper operações, afetar faturamento, planejamento, logística, relacionamento com clientes e cumprimento de obrigações legais, inclusive LGPD.

f. Riscos relacionados a pessoas, cultura e segurança

A Companhia depende de talentos estratégicos, líderes, equipes técnicas, equipes de produção, engenharia, pesquisa e desenvolvimento, vendas, pós-venda e administração. Perda de profissionais-chave, falhas de sucessão, baixo engajamento, clima organizacional inadequado, desalinhamento entre cultura e estratégia, dificuldade de atração e retenção, passivos trabalhistas, assédio moral ou sexual, não conformidade trabalhista e falhas em folha de pagamento podem afetar reputação, continuidade operacional, custos e resultados.

A atividade industrial também envolve riscos de saúde e segurança. Acidentes graves ou fatais, não conformidade com normas regulamentadoras, aumento de afastamentos, embargos, interdições ou cultura de segurança insuficiente podem gerar danos a pessoas, sanções regulatórias, paralisações, custos adicionais e impactos reputacionais.

g. Riscos relacionados à concorrência e ao mercado

O mercado de equipamentos profissionais para food service, panificação e refrigeração é competitivo e inclui fabricantes nacionais e internacionais. Concorrentes podem apresentar maior escala, preços mais agressivos, tecnologia superior, canais de distribuição mais robustos, maior presença local ou capacidade de absorver margens menores. A intensificação da concorrência, inclusive de players asiáticos e europeus, pode pressionar preços, reduzir margens e afetar participação de mercado.

h. Riscos regulatórios, ambientais e climáticos

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais, trabalhistas, tributários, fiscais, societários, de mercado de capitais, proteção de dados, segurança do trabalho, certificações técnicas e normas de produto no Brasil e no exterior. O descumprimento de normas ou a alteração de requisitos pode gerar multas, sanções, restrições operacionais, necessidade de investimentos adicionais ou atrasos de comercialização.

Questões ambientais incluem gestão de resíduos, efluentes, emissões, ruído, licenças, destinação adequada de materiais e obrigações de monitoramento. Não conformidades ambientais ou perda/suspensão de licenças podem gerar autuações, medidas corretivas, indenizações, embargos ou danos à reputação. A Companhia não possui inventário consolidado de emissões de gases de efeito estufa ou reporte climático formal.

Entre os fatores de risco descritos no item 4.1, a administração considera como mais relevantes aqueles que, por sua natureza e pelo potencial de impactar a estratégia, os resultados operacionais, a situação financeira e a geração de caixa da Companhia, merecem acompanhamento prioritário e atenção contínua.

a. A Companhia está exposta a pressões relevantes sobre sua estrutura de custos, especialmente em relação a matérias-primas, como aço inox, alumínio e cobre, energia, fretes, serviços logísticos e despesas com pessoal. Caso esses aumentos não possam ser repassados integralmente aos preços de venda, ou não sejam compensados por ganhos de eficiência operacional, poderá haver redução das margens, comprometimento da rentabilidade e impactos adversos sobre a competitividade de seus produtos e sobre sua capacidade de sustentar resultados consistentes ao longo do tempo.

b. Restrições de crédito, elevação dos custos de financiamento e necessidades adicionais de caixa podem afetar a capacidade da Companhia de cumprir seus compromissos e financiar suas operações e investimentos. Após a conversão parcial de 30 de setembro de 2026, permanecem debêntures em circulação e compromissos de saída previstos no acordo de acionistas. Atendidas cumulativamente as condições contratuais, inclusive o exercício da opção de venda pela Stratus e o inadimplemento da Brava não sanado por seus fiadores, a Companhia poderá ser obrigada a pagar os valores inadimplidos. Esses desembolsos podem pressionar a liquidez, restringir recursos destinados às atividades operacionais e exigir novas fontes de financiamento.

c. A capacidade da Companhia de atrair, desenvolver e reter profissionais qualificados é fator essencial para a continuidade de suas operações, para a manutenção de padrões de qualidade e produtividade e para o avanço de iniciativas de inovação e crescimento. Eventuais dificuldades nesse processo podem gerar aumento de rotatividade, perda de conhecimento técnico, redução de eficiência operacional e impactos sobre prazos, atendimento ao cliente e execução da estratégia de negócios.

d. A Companhia está sujeita a riscos decorrentes de flutuações cambiais, em razão de suas operações internacionais, da importação de insumos e componentes, da exportação de produtos, das relações mantidas com controladas no exterior e de obrigações financeiras denominadas em moedas estrangeiras. Variações relevantes nas taxas de câmbio podem afetar receitas, custos, necessidade de capital de giro, resultado financeiro e previsibilidade dos fluxos de caixa, especialmente em contextos de maior volatilidade macroeconômica ou desequilíbrios nos mercados internacionais.

e. O ambiente competitivo nos mercados de food service, panificação, refrigeração e equipamentos profissionais pode se intensificar em decorrência da atuação de concorrentes locais e internacionais, da entrada de novos participantes, de mudanças tecnológicas e de estratégias comerciais mais agressivas. Esse cenário pode pressionar preços, margens e participação de mercado, além de exigir investimentos adicionais em inovação, diferenciação de produtos, serviços e relacionamento com clientes para preservar o posicionamento competitivo da Companhia.

a. ***As condições políticas e econômicas do Brasil, bem como a forma como são percebidas pelo mercado internacional, podem afetar nossos negócios, nosso acesso ao mercado de capitais, nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.***

A situação financeira e os resultados da Companhia estão fortemente relacionados ao ambiente econômico brasileiro, já que parcela relevante de suas operações está concentrada no Brasil. Assim, a desaceleração da atividade econômica, a redução da oferta de crédito, a queda nos investimentos de clientes ou a retração dos setores em que atuamos podem diminuir a demanda por nossos produtos e serviços.

Em períodos de menor confiança por parte de consumidores, empresas e investidores, nossos clientes podem adiar decisões de compra, alongar seus ciclos de investimento ou optar por soluções de menor custo. Esse cenário pode impactar negativamente nossa receita, nossas margens e nossa geração de caixa.

No momento, não é possível estimar de forma precisa o impacto financeiro potencial desse risco sobre a Companhia.

b. ***A instabilidade política e econômica do país pode afetar negativamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.***

Mudanças relevantes no ambiente político, fiscal, regulatório ou macroeconômico podem afetar a confiança de investidores e clientes, reduzir a disponibilidade de financiamento, influenciar a trajetória das taxas de juros e alterar a dinâmica de consumo e de investimento no Brasil.

Embora a Companhia acompanhe esses fatores como parte de sua gestão rotineira, ela não consegue prever nem controlar sua evolução. Caso esse ambiente de instabilidade se agrave, nossa estratégia, nosso desempenho operacional e nossa condição financeira poderão ser impactados de forma adversa.

No momento, não é possível estimar de forma precisa o impacto financeiro potencial desse risco sobre a Companhia.

c. ***A atuação do governo brasileiro na economia pode afetar o mercado nacional e nossos negócios.***

O governo brasileiro exerce influência significativa sobre a economia por meio de políticas monetária, fiscal, cambial, creditícia, tributária e regulatória. Mudanças nessas políticas, assim como as respostas adotadas diante de eventos econômicos, políticos ou sociais, podem afetar custos, demanda, oferta de crédito, investimentos e a confiança do mercado.

Entre os principais fatores que podem afetar nossos negócios e perspectivas, destacam-se:

- inflação;
- políticas cambiais e monetárias;
- crescimento da economia interna;
- liquidez dos mercados de capital e de crédito;
- taxas de juros;
- políticas fiscais e legislação tributária; e
- outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Medidas adotadas pelo governo, ou mesmo expectativas do mercado em relação a possíveis medidas, podem aumentar a volatilidade econômica e influenciar decisões de clientes, fornecedores, financiadores e investidores.

Esses efeitos podem resultar em menor demanda, aumento do custo de capital, pressão sobre margens, maior volatilidade dos valores mobiliários de companhias brasileiras e redução da liquidez no mercado de capitais.

No momento, não é possível estimar de forma precisa o impacto financeiro potencial desse risco sobre a Companhia.

d. ***Inflação elevada e juros altos podem limitar o crescimento da economia brasileira e afetar nossas atividades.***

A inflação pode elevar os custos de matérias-primas, componentes, energia, logística, mão de obra e serviços. Caso a Companhia não consiga repassar integralmente esses aumentos aos preços de seus produtos, suas margens e seus resultados poderão ser negativamente afetados.

Além disso, medidas de combate à inflação — especialmente a manutenção ou elevação das taxas de juros — podem

restringir o crédito, aumentar o custo de financiamento para nossos clientes e tornar mais onerosas novas captações ou renegociações da própria Companhia. Esse contexto pode afetar decisões de investimento em mercados como food service, panificação, refrigeração e equipamentos profissionais.

No momento, não é possível estimar de forma precisa o impacto financeiro potencial desse risco sobre a Companhia.

e. ***A piora das condições econômicas e de mercado em outros países pode afetar negativamente a economia brasileira e nossos negócios.***

A economia brasileira é influenciada pelo cenário internacional, incluindo o nível de juros globais, a liquidez dos mercados, a inflação, conflitos geopolíticos, a desaceleração de economias relevantes e a volatilidade em mercados emergentes. Conflitos mundiais, além de elevarem a incerteza nos mercados, podem provocar desaceleração da economia global, desorganização das cadeias de suprimento e aumento dos preços de commodities, especialmente do petróleo e de seus derivados. Esse contexto pode pressionar custos de produção, transporte e logística, reduzir o fluxo de capital para o Brasil, encarecer financiamentos, pressionar o câmbio e diminuir o interesse de investidores por valores mobiliários de companhias brasileiras.

No momento, não é possível estimar de forma precisa o impacto financeiro potencial desse risco sobre a Companhia.

f. ***Flutuações nas taxas de juros podem elevar o custo de capital e afetar nossos negócios.***

As taxas de juros influenciam diretamente o custo de financiamento da Companhia, de seus clientes e de seus fornecedores. Mesmo quando parte das obrigações financeiras já está contratada em condições previamente definidas, um ambiente de juros elevados pode dificultar novas captações, a rolagem de dívidas, a gestão do capital de giro, a realização de investimentos e a demanda por equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos da Companhia somavam R$ 129.792 mil, sendo R$ 48.838 mil registrados no passivo circulante e R$ 80.954 mil no passivo não circulante. Na mesma data, a Companhia também possuía R$ 25.000 mil em debêntures classificadas no passivo não circulante. A manutenção de taxas de juros elevadas pode aumentar o custo de novas operações e pressionar despesas financeiras futuras.

No momento, não é possível estimar de forma precisa o impacto financeiro potencial desse risco sobre a Companhia, já que a trajetória futura das taxas de juros é incerta.

g. ***Oscilações cambiais podem afetar nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas.***

A Companhia está exposta a moedas estrangeiras em razão de exportações, importações, operações com controladas no exterior e determinadas obrigações financeiras. Por isso, a volatilidade do Real em relação ao Dólar, ao Euro e a outras moedas pode afetar receitas, custos, despesas financeiras, capital de giro e margens.

A desvalorização do Real pode elevar o custo de componentes importados, de serviços contratados em moeda estrangeira e de obrigações denominadas em outras moedas. Já a valorização do Real pode reduzir a competitividade das exportações e diminuir, em reais, o valor de determinados recebíveis vinculados a operações internacionais.

Em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras registravam R$ 19.227 mil em capital de giro em moeda estrangeira, além de saldos comerciais relevantes com controladas no exterior. A Companhia acompanha essas exposições como parte de sua gestão financeira e pode adotar instrumentos de proteção quando considerar adequado, sempre sem finalidade especulativa.

No momento, não é possível estimar de forma precisa o impacto financeiro potencial desse risco sobre a Companhia, uma vez que a variação futura do câmbio não pode ser prevista com segurança.

h. ***O crescimento da Companhia por meio das exportações pode expô-la a riscos adicionais e afetar seus resultados.***

A Companhia tem nas exportações um vetor relevante de crescimento, ampliação de mercado e diversificação geográfica de receitas. No entanto, a expansão internacional também aumenta sua exposição a fatores externos que não estão sob seu controle direto, como oscilações na demanda global, desaceleração econômica em mercados de destino, mudanças

regulatórias, barreiras tarifárias e não tarifárias, medidas protecionistas, sanções econômicas e conflitos geopolíticos.

Além disso, o crescimento via exportações pode exigir maior capacidade de adaptação a exigências técnicas, certificações, padrões comerciais e requisitos legais de diferentes jurisdições, bem como sujeitar a Companhia a riscos logísticos, aumento de fretes internacionais, indisponibilidade de insumos, atrasos em embarques, inadimplemento de clientes no exterior e maior volatilidade cambial. Caso esses fatores se materializem, a expansão internacional poderá ocorrer em ritmo inferior ao esperado ou com rentabilidade menor, afetando negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

No momento, não é possível estimar de forma precisa o impacto financeiro potencial desse risco sobre a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia processo judicial ou administrativo que representasse mais de 5% (cinco por cento) do nosso patrimônio líquido consolidado naquela data, nem processo cujo objeto ou possíveis consequências fossem por nós considerados relevantes.

Também não existiam processos sigilosos significativos além dos já relatados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte passiva em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente matérias tributárias, cíveis e trabalhistas. Com base nas avaliações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas em andamento, a Administração reconheceu provisão para riscos processuais no montante de R$ 683 mil em 31 de dezembro de 2025 (R$ 645 mil em 31 de dezembro de 2024). Desse montante, R$ 346 mil referem-se a processos tributários e R$ 337 mil a processos cíveis.

Além das contingências provisionadas, existiam outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como de perda possível ou remota no montante de R$ 10.924 mil em 31 de dezembro de 2025 (R$ 4.210 mil em 31 de dezembro de 2024). Para esses processos, nenhuma provisão foi constituída, em razão da avaliação de probabilidade de perda aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, com base nas informações disponibilizadas pela Administração, a Companhia não era parte em processos judiciais, arbitrais ou administrativos sigilosos que fossem considerados relevantes para os fins deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas outras contingências relevantes além daquelas já apresentadas neste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado nessa data.

Política de gerenciamento de riscos
A Companhia entende o gerenciamento de riscos como um elemento permanente da gestão e da tomada de decisão. O tema é tratado de forma integrada aos ciclos de planejamento estratégico, à elaboração do orçamento anual e às rotinas mensais de acompanhamento de desempenho. Nesse contexto, são considerados fatores internos e externos capazes de afetar os negócios, incluindo condições de mercado, dinâmica de custos e câmbio, liquidez, estrutura de capital, controles internos, exigências regulatórias e riscos operacionais inerentes à atuação industrial no Brasil e no exterior.
A política tem por finalidade contribuir para a continuidade dos negócios, a preservação da liquidez, da rentabilidade e da reputação da Companhia, além de apoiar decisões de alocação de capital e fortalecer a segurança operacional e financeira. O acompanhamento dos riscos é conduzido pela Diretoria, com reporte periódico ao Conselho de Administração e, quando aplicável, ao Comitê de Auditoria e às demais instâncias de governança.
Objetivos e diretrizes da política
i. Riscos para os quais a Companhia busca proteção
A Companhia acompanha os riscos que possam comprometer a execução de sua estratégia, a geração de caixa, o relacionamento com clientes e fornecedores, a conformidade legal e regulatória e a reputação institucional. Nesse contexto, destacam-se os seguintes grupos de risco:

- riscos estratégicos, relacionados à execução do plano de crescimento, à expansão internacional, à competitividade do portfólio, à inovação e à capacidade de manter a Companhia alinhada às necessidades dos clientes;
- riscos operacionais, ligados à produção, à qualidade, à cadeia de suprimentos, aos sistemas, aos processos internos, à produtividade, à segurança da informação, à assistência técnica e à continuidade das operações;
- riscos financeiros e de mercado, incluindo exposição a taxas de juros, câmbio, liquidez, crédito, estrutura de capital, preço de insumos e disponibilidade de linhas de financiamento;
- riscos jurídicos, decorrentes de processos judiciais e administrativos ou de potenciais controvérsias contratuais, cíveis, trabalhistas e tributárias;
- riscos de compliance e integridade, associados ao cumprimento de leis, normas, políticas internas, Código de Ética e padrões de conduta aplicáveis a administradores, empregados, fornecedores e parceiros;
- riscos de crédito, relacionados à possibilidade de inadimplência de clientes, contrapartes comerciais ou instituições financeiras nas quais a Companhia mantém recursos; e
- riscos de liquidez, relacionados à capacidade de honrar obrigações financeiras de curto e longo prazo sem comprometer a operação ou os planos de investimento.

ii. Instrumentos e mecanismos utilizados para mitigação

Para mitigar riscos, a Companhia adota uma combinação de instrumentos de governança, controles internos, acompanhamento gerencial e políticas operacionais. Entre os principais mecanismos utilizados estão o planejamento estratégico, o orçamento anual, a análise mensal de resultados, a avaliação de margens por família de produto e região, a gestão de crédito de clientes, o monitoramento de contas a receber, o acompanhamento de estoques e insumos, a atuação da controladoria, a auditoria independente, o suporte jurídico interno e externo, os controles de tecnologia da informação, a contratação de seguros e a avaliação periódica da exposição a riscos financeiros.
A área jurídica, com apoio de assessores externos, atua na revisão de contratos, no acompanhamento de processos e na orientação sobre temas legais relevantes. A controladoria e a contabilidade asseguram a consistência dos registros financeiros e contábeis, com revisão interna e auditoria externa independente. A área de tecnologia da informação, por sua vez, atua na proteção dos dados e dos sistemas críticos, por meio de políticas, ferramentas e controles voltados à confiabilidade e à segurança das informações.
iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos
A estrutura de gerenciamento de riscos está integrada à gestão da Companhia. Embora não haja uma área exclusiva e segregada de riscos, cada área é responsável por identificar, acompanhar e mitigar os riscos associados às suas atividades. A Diretoria consolida essa visão, define prioridades e acompanha os respectivos planos de ação, enquanto o Conselho de Administração supervisiona os temas mais relevantes e apoia a tomada de decisão em matérias estratégicas.
Esse modelo é compatível com a atual estrutura operacional da Companhia e permite que os riscos sejam tratados próximos à sua origem, com envolvimento direto dos gestores responsáveis e escalonamento à alta administração sempre que necessário.

Cumprimento dos objetivos de crescimento

Desde 2003, a Companhia opera com ciclos formais de planejamento e orçamento, nos quais são definidas metas

econômico-financeiras, prioridades estratégicas, projetos críticos e iniciativas de crescimento. O desempenho é acompanhado mensalmente pela administração, com comparação entre realizado, orçamento e plano estratégico, permitindo a definição tempestiva de planos de ação sempre que identificados desvios relevantes ou novas oportunidades.

Aumento na estrutura de custos

Os custos de aquisição de insumos, a produtividade da mão de obra, a eficiência industrial e as margens por produto são monitorados de forma recorrente. A Companhia também analisa margens por família de produtos e por região de venda, o que contribui para identificar pressões de custo, orientar ajustes de preços e priorizar iniciativas de engenharia, compras e produtividade.

Variação no preço de commodities e insumos

O aço inoxidável representa um dos insumos relevantes do processo industrial e seu preço é acompanhado pela área de compras, com reporte à administração. Para mitigar oscilações, a Companhia adota medidas como negociação com fornecedores, avaliação de alternativas de suprimento, importação direta quando as condições cambiais são favoráveis, revisões de engenharia e, quando aplicável, reajustes de preços ao mercado.

Desenvolvimento de produtos

A inovação e o aprimoramento do portfólio são fatores essenciais para a competitividade e a perenidade da Companhia. Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento são acompanhados em fóruns periódicos, com avaliação de cronogramas, prioridades, investimentos e aderência às demandas comerciais, industriais e de mercado. As decisões mais relevantes são discutidas em instâncias multidisciplinares, com participação das áreas comercial, industrial, P&D e da alta administração.

Adequação da estrutura operacional e dos controles internos

A administração avalia continuamente a adequação da estrutura operacional e dos controles internos e entende que os procedimentos atualmente adotados são compatíveis com a complexidade dos negócios. Essa estrutura é aperfeiçoada à medida que a Companhia amplia sua atuação, aumenta sua presença internacional e passa a lidar com maior volume de operações, dados e exigências de governança.

5.1.2 - Em relação aos riscos indicados no item 4.2

Os riscos de mercado indicados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência são acompanhados pela administração com foco na preservação da liquidez, da rentabilidade, da segurança financeira e da continuidade operacional da Companhia.

Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia monitora sua exposição a riscos de mercado por meio de controles internos, análises periódicas e acompanhamento contínuo das condições contratadas em comparação com as condições vigentes de mercado. Em 2025, as demonstrações financeiras indicam que a administração dos instrumentos financeiros foi conduzida com base em estratégias operacionais e controles voltados a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, não sendo realizadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou outros ativos de risco.

Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas à inadimplência de clientes, contrapartes comerciais ou instituições financeiras. A Companhia busca mitigá-lo por meio de análise de crédito, definição de limites, acompanhamento das posições em aberto e manutenção de recursos em instituições financeiras consideradas sólidas.

Risco de preço de produtos e insumos

A Companhia está exposta à oscilação de preços de matérias-primas, componentes e produtos comercializados. Para mitigar esse risco, acompanha a evolução dos insumos mais relevantes, monitora os preços praticados pelo mercado e avalia ajustes comerciais, ganhos de eficiência e revisões de engenharia e compras.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre da possibilidade de variações nas taxas incidentes sobre ativos e passivos financeiros. A Companhia procura administrar essa exposição por meio da diversificação entre captações prefixadas e pós-fixadas, do relacionamento ativo com instituições financeiras, da manutenção de indicadores adequados de liquidez e do uso disciplinado do capital de giro.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia realiza operações em moeda estrangeira, tanto na venda de produtos ao exterior quanto na aquisição de insumos e na contratação de determinadas obrigações. A variação cambial pode afetar receitas, despesas financeiras, margens e fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras indicavam que a Companhia não possuía instrumentos derivativos contratados para proteção contra oscilações cambiais, mantendo o monitoramento da exposição por meio de análises periódicas.

Risco de estrutura de capital e liquidez

A Companhia financia suas operações por meio de uma combinação de capital próprio, retenção de lucros e capital de terceiros. A gestão de capital busca equilibrar liquidez, custo médio de financiamento, alavancagem e capacidade de investimento. Em 31 de dezembro de 2025, o indicador de liquidez modificado consolidado era de

1,54, em comparação com 1,37 em 2024, refletindo o acompanhamento contínuo da relação entre caixa, aplicações financeiras de curto prazo e obrigações financeiras de curto prazo.

Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia avalia periodicamente sua exposição a riscos financeiros e poderá contratar instrumentos de proteção quando a administração entender que a medida é adequada. Em 31 de dezembro de 2025, entretanto, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes de proteção.

Parâmetros utilizados no gerenciamento de riscos

Os principais parâmetros utilizados pela administração incluem posição de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, endividamento, prazos de vencimento das obrigações, exposição cambial, custo de captação, indicadores de liquidez e alavancagem, margens por produto e evolução dos preços de insumos. Esses indicadores subsidiam a definição de limites, prioridades de capital de giro, política comercial e decisões de financiamento.

Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

A Companhia não contrata instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Em 31 de dezembro de 2025, também não possuía derivativos financeiros registrados.

Estrutura organizacional de controle do gerenciamento de riscos

O controle do gerenciamento de riscos é exercido pela Diretoria, pelas áreas responsáveis por cada tema e pela supervisão do Conselho de Administração. O modelo permanece baseado em acompanhamento próximo da operação, revisão periódica de indicadores e reporte tempestivo dos temas relevantes à administração.

Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras

a. Estrutura organizacional envolvida no processo de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), quando aplicável.
A Companhia conta com estrutura interna de contabilidade e controladoria responsável pelo registro, revisão e consolidação das informações contábeis, financeiras e gerenciais. Essa estrutura atua de forma integrada com as áreas de finanças, fiscal, tecnologia da informação, jurídica, comercial, industrial e demais áreas operacionais que fornecem informações e documentos de suporte ao processo de fechamento contábil.
A área contábil é responsável pela análise da classificação e do tratamento contábil das operações realizadas, enquanto a controladoria apoia a consistência dos lançamentos, revisa variações relevantes, acompanha indicadores e contribui para que as demonstrações financeiras representem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia.
As demonstrações financeiras são ainda submetidas à auditoria independente, realizada por auditores registrados na CVM, os quais executam procedimentos próprios com o objetivo de avaliar a adequação das informações apresentadas às normas contábeis aplicáveis.

b. Supervisão da administração sobre os controles internos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras

A supervisão dos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras é exercida pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. A administração acompanha as recomendações da controladoria e dos auditores independentes, avalia oportunidades de aprimoramento e define, quando aplicável, planos de ação voltados ao fortalecimento do ambiente de controle.
Em 2025, a Companhia passou a contar com Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, com atribuições voltadas ao acompanhamento de temas contábeis, de controles internos, de auditoria independente e de outros assuntos relacionados à qualidade das informações financeiras e à governança corporativa.
Essa estrutura reforça a governança sobre o processo de elaboração das demonstrações financeiras e confere maior disciplina ao acompanhamento dos controles internos, das recomendações de auditoria e dos temas que possam afetar a confiabilidade das informações divulgadas pela Companhia.

c. Deficiências e recomendações sobre os controles internos apontadas pelos auditores independentes

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 apresentou opinião sem ressalvas.
No contexto da auditoria de 2025, o reconhecimento de receita foi tratado como principal assunto de auditoria, em razão da relevância dos montantes envolvidos e das características do respectivo processo, incluindo o volume de operações e a necessidade de assegurar o adequado reconhecimento das vendas no exercício de competência correspondente.
No curso dos trabalhos de auditoria, foi identificado ajuste relacionado à reversão de determinadas receitas cujas obrigações de desempenho não haviam sido atendidas até 31 de dezembro de 2025. Referido ajuste não foi registrado pela administração em razão de sua imaterialidade considerada no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
A administração acompanha esse tema e mantém iniciativas de aprimoramento dos controles relacionados ao reconhecimento de receita, incluindo revisão de procedimentos de corte de competência, aperfeiçoamento da documentação de entrega, integração entre as áreas de faturamento, logística e contabilidade e monitoramento dos fluxos de vendas e contas a receber.
Além do ponto acima, a Companhia não recebeu, até a presente data, outras recomendações relevantes sobre controles internos no contexto da auditoria das demonstrações financeiras de 2025 que demandem divulgação adicional neste item.

d. Comentários da diretoria sobre as deficiências apontadas

A Diretoria entende que o processo de elaboração das demonstrações financeiras é compatível com a estrutura atual da Companhia e vem sendo continuamente aprimorado. O ponto relacionado ao reconhecimento de receita reforça a importância da manutenção de controles tempestivos sobre entrega, competência e documentação de

suporte, especialmente em contexto de crescimento das operações, expansão internacional e maior complexidade operacional.
A Companhia permanecerá adotando medidas voltadas ao aprimoramento de seus controles internos, sistemas, rotinas de fechamento e integração entre áreas, com foco na qualidade da informação, na rastreabilidade dos processos, na eficiência operacional e na confiabilidade das demonstrações financeiras.

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. Regras, políticas, procedimentos ou práticas adotadas pela Companhia, voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

i. Principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e aos riscos identificados pela Companhia

A Companhia conduz suas relações com órgãos públicos, autoridades, clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros com base em transparência, integridade e cumprimento da legislação aplicável. O principal instrumento formal de orientação é o Código de Ética, que estabelece padrões de conduta esperados de administradores, empregados, fornecedores, prestadores de serviços e demais pessoas ou entidades que se relacionam com a Companhia.
Nos termos do Código de Ética, os colaboradores devem manter-se atualizados sobre leis e normas aplicáveis às suas atividades e não devem oferecer, prometer, entregar, solicitar ou receber, direta ou indiretamente, vantagens indevidas, favores, doações ou benefícios a agentes públicos, governantes, autoridades ou entidades governamentais.
A Companhia também orienta seus colaboradores quanto à Lei nº 12.846/2013, conforme alterada, que trata da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
Os riscos de integridade são reavaliados no curso normal das atividades, especialmente no planejamento estratégico, nas revisões de controles internos, nas discussões com a administração e no tratamento de eventuais denúncias ou situações não usuais. As políticas e práticas são atualizadas quando a Diretoria identifica necessidade de aprimoramento ou adequação a novas exigências legais, regulatórias ou operacionais.

ii. Estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia não possui, nesta data, uma área de compliance totalmente segregada e exclusiva para monitoramento dos mecanismos de integridade. A supervisão é realizada pela Diretoria, com apoio das áreas de Recursos Humanos, Jurídico, Controladoria e demais gestores responsáveis por processos críticos. Situações relevantes podem ser reportadas ao Conselho de Administração e, quando aplicável, ao Comitê de Auditoria.
Esse modelo busca manter a responsabilidade pela integridade próxima da gestão do negócio, preservando a capacidade de resposta rápida e o tratamento objetivo de eventuais desvios, sem afastar o reporte à alta administração quando a natureza do tema exigir.

b. Código de ética ou de conduta formalmente aprovado

i. Aplicação a administradores, conselheiros, empregados e terceiros
O Código de Ética aplica-se a todos os administradores e colaboradores da Companhia, incluindo empregados, fornecedores, prestadores de serviços e demais terceiros que se relacionam com a Companhia.

ii. Treinamentos relacionados ao Código de Ética e demais normas de integridade
Os colaboradores recebem orientações sobre o Código de Ética no processo de integração. A Companhia também realiza reciclagens periódicas, incluindo treinamentos anuais ou ações de reforço sempre que a administração entende necessário, de forma a manter o tema presente na rotina da organização.

iii. Sanções aplicáveis em caso de violação
A violação ao Código de Ética pode levar à abertura de sindicância ou procedimento interno de apuração. Conforme a gravidade do caso, as medidas podem incluir advertência, suspensão, demissão por justa causa e demais penalidades previstas na legislação trabalhista ou em normas internas, sem prejuízo de outras medidas legais que a Companhia possa adotar.

iv. Aprovação do Código de Ética e local de consulta
O Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de abril de 2018. O documento pode ser consultado no site da CVM e no site de Relações com Investidores da Companhia.

c. Canal de denúncias da Companhia

A Companhia disponibiliza canal interno para recebimento de denúncias, sugestões e reclamações. Os colaboradores podem utilizar o endereço eletrônico ouvidoria@praticabr.com para relatar situações que envolvam temas éticos, comportamentais ou de integridade.
Também é disponibilizada caixa de comunicação interna, com identificação opcional, para registro de sugestões, reclamações e denúncias. Os registros são coletados semanalmente pela área de Recursos Humanos e compartilhados com os diretores responsáveis para apuração e tratamento.
O canal admite relatos sem identificação do denunciante e busca proteger denunciantes de boa-fé. A apuração das denúncias é conduzida pela administração, com apoio das áreas competentes conforme a natureza do tema.
Para sugestões, reclamações e/ou denúncias:
- E-mail: ouvidoria@praticabr.com

d. Número de casos confirmados de fraudes nos últimos 3 exercícios

Não foram identificados casos confirmados de fraudes ou desvios nos últimos 3 exercícios sociais.

e. Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui Código de Ética e práticas internas voltadas à prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e ilícitos praticados contra a administração pública.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram mudanças relevantes nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta. O perfil de risco permaneceu concentrado nos mesmos fatores já acompanhados pela administração: crédito, liquidez, taxa de juros, câmbio, preço de insumos e estrutura de capital. Durante o exercício, a Companhia seguiu monitorando esses riscos no curso normal de suas operações e continuou aperfeiçoando seus controles internos e rotinas de acompanhamento.

Outras informações relevantes

Valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para ativos e passivos financeiros quanto para ativos e passivos não financeiros. Os valores justos são apurados para fins de mensuração e/ou divulgação, de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, para os instrumentos financeiros registrados pelo método do custo amortizado, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil representava aproximação razoável do valor justo. Nesses casos, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros, a divulgação adicional de valor justo não é exigida.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de risco semelhantes, tampouco dispunha de derivativos financeiros registrados.

Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos por montantes considerados adequados à natureza de suas atividades e à avaliação de seus assessores de seguros.

Os seguros contratados abrangem, principalmente, riscos patrimoniais, responsabilidade civil, responsabilidade civil de diretores e administradores, veículos e transporte nacional e internacional de mercadorias.

Em 31 de dezembro de 2025, as principais coberturas informadas nas demonstrações financeiras incluíam cobertura patrimonial da matriz no limite de R$ 193.234 mil, coberturas patrimoniais para filiais em São Paulo e Recife no limite de R$ 4.000 mil cada, cobertura patrimonial da Filial PHP no limite de R$ 2.000 mil, responsabilidade civil no limite de R$ 32.000 mil e responsabilidade civil de diretores e administradores no limite de R$ 10.000 mil. Também havia coberturas de transporte nacional e internacional, conforme condições das respectivas apólices.

	Limites de indenização (R$ mil)	
	31/03/2026	Vigência
Riscos cobertos		
Cobertura patrimonial Matriz	193.234	07/12/2026
Cobertura patrimonial Filial SP	4.000	08/04/2027
Cobertura patrimonial Filial Recife	4.000	18/06/2026
Cobertura patrimonial Filial PHP	2.000	21/11/2026
Responsabilidade civil	32.000	03/01/2027
Responsabilidade civil – Diretores e administradores	10.000	24/05/2026
Veículos		
Transporte nacional (exclusivamente para as mercadorias chapas de aço inox, tubos de aço e vidros;)	750	30/04/2027
Transporte nacional (para demais mercadorias inerentes ao ramo de atividade do segurado)	3.500	30/04/2027
Transporte nacional (para veículos utilitários e/ou de passeios)	400	30/04/2026
Transporte internacional (para mercadorias previstas na apólice)	3.500	31/07/2026

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

PRÁTICA PRODUTOS S.A.

Brava Participações Ltda. | 94.362 % 86
Ir para Estrutura Acionária Completa
STRATUS SCP III BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – MULTIESTRATÉGIA | 4.584 % 86
Ações Tesouraria 87
Outros 87
Total 87

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

Brava Participações Ltda.

ANDRÉ LUIZ ROSA REZENDE | 70 % 88

LUIZ EDUARDO ROSA REZENDE | 30 % 88

Ações Tesouraria 89

Outros 89

Total 89

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

PRÁTICA PRODUTOS S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

Brava Participações Ltda.

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**10.747.109/0001-40**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
André Luiz Rosa Rezende	**Pessoa Física**	**377.220.856-87**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.355.031	**94,362 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.355.031	**94,362 %**	**15/12/2023**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

STRATUS SCP III BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – MULTIESTR

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Sim**	**28.686.463/0001-78**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
SGC ASSET LTDA	**Pessoa Jurídica**	**09.238.656/0001-11**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
162.986	**4,584 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
162.986	**4,584 %**	**30/09/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

PRÁTICA PRODUTOS S.A.

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
37.476	**1,054 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
37.476	**1,054 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.555.493	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.555.493	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Brava Participações Ltda.

Acionista

ANDRÉ LUIZ ROSA REZENDE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**377.220.856-87**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
André Luiz Rosa Rezende	**Pessoa Física**	**377.220.856-87**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.348.552	**70,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.348.552	**70,000 %**	**15/12/2023**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
2.348.522	**70,000 %**	**69,999 %**	**69,999 %**

Acionista

LUIZ EDUARDO ROSA REZENDE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**675.854.426-53**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
André Luiz Rosa Rezende	**Pessoa Física**	**377.220.856-87**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.006.509	**30,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.006.509	**30,000 %**	**15/12/2023**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
1.006.509	**30,000 %**	**30,000 %**	**30,000 %**

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Brava Participações Ltda.

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.355.061	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.355.061	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
3.355.031	**100,000 %**	**69,999 %**	**69,999 %**

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

STRATUS SCP III BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – MULTIE

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/09/2026
Quantidade acionistas pessoa física	18
Quantidade acionistas pessoa jurídica	3
Quantidade investidores institucionais	1

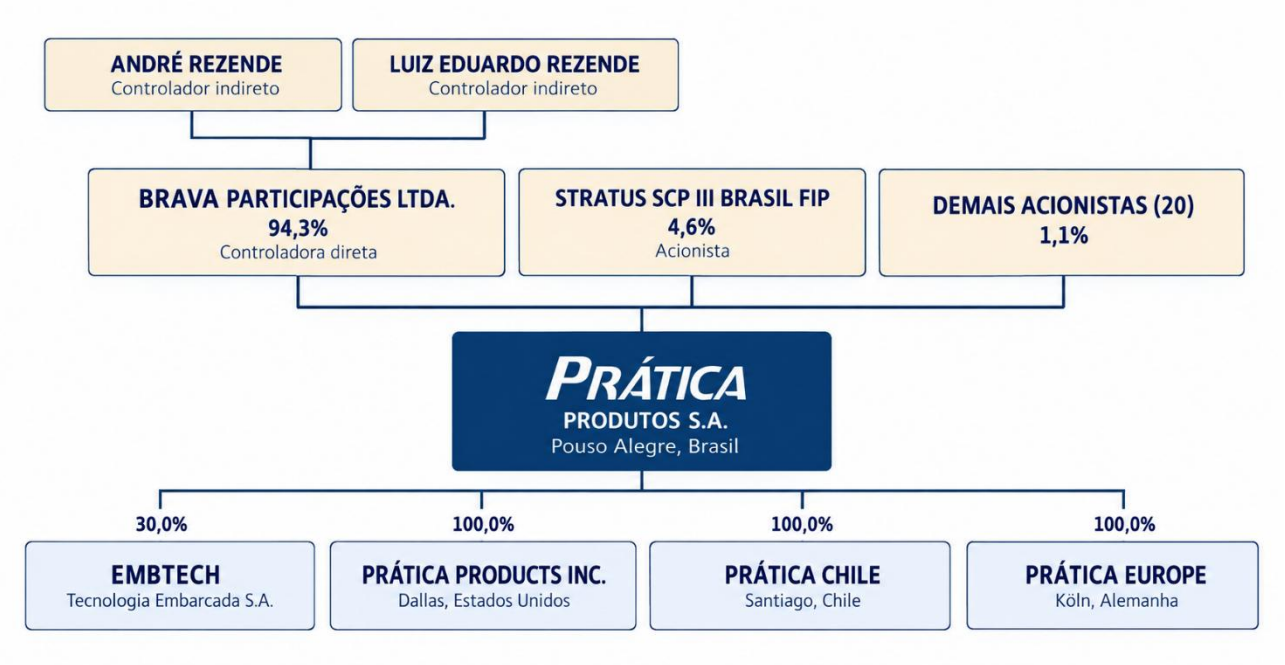
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	187.477	5,273%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	187.477	5,273%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Embtech Tecnologia Embarcada S.A.	00.702.752/0001-02	30
PRATICA CHILE S.P.A.	00.000.000/0000-00	100
PRATICA EUROPE GMBH	00.000.000/0000-00	100
PRATICA PRODUCTS INC.	00.000.000/0000-00	100


ANDRÉ REZENDE
Controlador indireto
LUIZ EDUARDO REZENDE
Controlador indireto
BRAVA PARTICIPAÇÕES LTDA.
94,3%
Controladora direta
STRATUS SCP III BRASIL FIP
4,6%
Acionista
DEMAIS ACIONISTAS (20)
1,1%
PRÁTICA
PRODUTOS S.A.
Pouso Alegre, Brasil
30,0%
100,0%
100,0%
100,0%
EMBTECH
Tecnologia Embarcada S.A.
PRÁTICA PRODUCTS INC.
Dallas, Estados Unidos
PRÁTICA CHILE
Santiago, Chile
PRÁTICA EUROPE
Köln, Alemanha

Em 30 de setembro de 2026, após a conversão parcial das debêntures e os aumentos de capital realizados na mesma data, a Brava Participações Ltda. permanece como acionista controladora direta da Companhia, titular de 3.355.031 ações ordinárias, equivalentes a 94,36191% do capital social. A Stratus SCP III Brasil Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia passou a deter 162.986 ações ordinárias, equivalentes a 4,58406% do capital social. Os demais 20 acionistas detêm, somados exclusivamente para fins de apresentação da distribuição acionária, 37.476 ações ordinárias, equivalentes a 1,05403% do capital social. Nenhum desses demais acionistas, individualmente, detém participação igual ou superior a 5% do capital social.

A Stratus também permanece titular de 1.250 debêntures conversíveis em ações ordinárias, com valor nominal agregado de R$ 12.500.000,00, sujeitas às condições de conversão e de diluição previstas na escritura de emissão, conforme aditada em 30 de setembro de 2026. Tais debêntures remanescentes não correspondem a ações já emitidas e, portanto, não integram a participação acionária acima indicada. O acordo de acionistas celebrado entre Brava e Stratus encontra-se vigente após a conversão parcial e disciplina, entre outros temas, direitos de governança, exercício de voto, transferência de ações e mecanismos de saída, conforme descrito no item 1.13 deste Formulário de Referência.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão colegiado responsável por orientar os negócios da Companhia, aprovar as diretrizes estratégicas e supervisionar a atuação da Diretoria. Sua atuação combina visão de longo prazo, disciplina financeira, acompanhamento da execução do plano de negócios, gestão de riscos e evolução da governança corporativa.
Nos termos do Estatuto Social consolidado em 2025, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, podendo haver igual número de suplentes. Ao menos 2 (dois) membros devem ser Conselheiro Independente. Os conselheiros são pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos e reeleição permitida.
O Conselho reúne-se bimestralmente, ou com maior frequência sempre que necessário, e pode contar com a participação da Diretoria e dos auditores independentes para esclarecimentos técnicos. As deliberações observam as regras estatutárias aplicáveis, sem voto de qualidade do Presidente do Conselho em caso de empate.
Além das responsabilidades previstas na Lei das Sociedades por Ações, cabe ao Conselho de Administração, entre outras atribuições:

- formular as estratégias comerciais e os planos de desenvolvimento da Companhia e de suas subsidiárias;
- eleger, destituir e definir atribuições e remuneração dos membros da Diretoria, observado o Estatuto Social;
- examinar e supervisionar as atividades da Companhia e de suas subsidiárias, fiscalizando a gestão dos Diretores;
- manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária;
- apreciar resultados trimestrais, aprovar e acompanhar planos estratégicos, orçamentos anuais e plurianuais e planos de investimento;
- examinar livros e documentos, solicitar informações sobre contratos e atos relevantes e convocar a Assembleia Geral quando necessário;
- deliberar sobre criação de sociedades controladas ou coligadas, aportes de capital, prestação de garantias, operações relevantes, investimentos, tecnologia e alienação ou oneração de ativos ou participações societárias, observadas as alçadas estatutárias;
- orientar votos da Companhia em sociedades controladas e/ou coligadas e definir lista tríplice de avaliadores nos casos previstos no Estatuto Social;
- escolher e destituir auditores independentes, autorizar emissão de valores mobiliários não conversíveis em ações e instituir ou extinguir comitês de assessoramento; e
- estabelecer a remuneração individual dos administradores, observados os limites aprovados pela Assembleia Geral, bem como aprovar ou alterar a política de remuneração.

Diretoria

A Diretoria é responsável pela administração cotidiana dos negócios sociais e pela representação legal da Companhia nos atos necessários ou convenientes à sua operação, sempre observadas as matérias que a lei, o Estatuto Social ou deliberações societárias reservem à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.
De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria é composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 10 (dez) membros, residentes no País, acionistas ou não, nomeados e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Os Diretores exercem as atribuições de Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Geral e Diretor de Relações com Investidores, sendo permitida a acumulação de cargos, com mandatos de 3 (três) anos e reeleição permitida.
Compete à Diretoria, de forma geral:

- zelar pela observância da lei, do Estatuto Social, de acordos de acionistas e das deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da própria Diretoria;
- atuar com diligência, lealdade e alinhamento aos interesses da Companhia e de seus acionistas;
- administrar, gerir e superintender os negócios sociais, propondo ao Conselho de Administração o planejamento estratégico e os planos operacionais;
- não praticar atos de liberalidade, não utilizar recursos ou bens da Companhia em proveito próprio e não intervir em operações ou deliberações nas quais tenha interesse conflitante;
- elaborar o relatório da administração, as demonstrações financeiras do exercício e, quando solicitados, balancetes mensais; e
- expedir regimentos internos, regulamentos e normas administrativas, bem como outorgar mandatos em nome da Companhia, observadas as regras estatutárias.

Comitês Estatutários e Não Estatutários
Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui o Comitê de Auditoria como comitê estatutário permanente. Criado em 2025, o Comitê de Auditoria é órgão de assessoramento do Conselho de Administração e reforça a estrutura de governança da Prática em temas de demonstrações financeiras, controles internos, riscos e compliance.
O Comitê de Auditoria atua com autonomia e independência, reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e não possui atribuições executivas ou poder decisório. É formado por 3 (três) membros indicados pelo Presidente do Conselho de Administração e eleitos pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) deve ser independente e ao menos 1 (um) deve possuir reconhecida experiência em contabilidade societária. Diretores estatutários ou não estatutários da Companhia não podem integrar o Comitê de Auditoria.
Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras atribuições:

- manifestar-se sobre contratação, substituição, destituição e remuneração dos auditores independentes;
- avaliar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais;
- supervisionar auditoria interna, controles internos, riscos e compliance;
- avaliar e recomendar o aprimoramento de políticas internas, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas;
- manter meios para recepção e tratamento de informações sobre descumprimento de normas legais, regulatórias e internas, com proteção ao prestador da informação e confidencialidade; e
- assessorar o Conselho de Administração no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, controles internos, gerenciamento de riscos e compliance.

A Companhia também conta com comitês não estatutários que apoiam a gestão e reportam suas agendas ao Conselho de Administração conforme a natureza dos temas acompanhados: Internacionalização, Financeiro, Pessoas e Estratégia. Esses fóruns contribuem para a expansão global, disciplina financeira, desenvolvimento de capital humano, fortalecimento da cultura e renovação estratégica da Companhia.

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia não possui política formal de indicação de administradores divulgada em documento próprio. Ainda assim, as indicações consideram critérios objetivos e alinhados à estratégia da Prática, incluindo experiência profissional, formação acadêmica, reputação, disponibilidade, aderência à cultura da Companhia e compatibilidade com seus preceitos éticos e comportamentais, além dos requisitos legais e estatutários aplicáveis. Quando aplicável, inclusive em situações envolvendo pessoa politicamente exposta, a administração observa os procedimentos internos e regulatórios pertinentes.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

Os membros do Conselho de Administração realizam autoavaliação anual e recebem feedback do Presidente do Conselho. Os Diretores também realizam autoavaliação e recebem feedback do Diretor Presidente e do Diretor Geral, como parte do acompanhamento de desempenho e alinhamento às prioridades estratégicas da Companhia.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesse

O Estatuto Social estabelece regras específicas para prevenção e administração de conflitos de interesse. Não pode ser eleito para o Conselho de Administração quem ocupe cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou quem tenha, ou represente, interesse conflitante com o da Companhia. Caso uma situação de conflito surja posteriormente, o conselheiro não poderá acessar informações ou participar de reuniões relacionadas ao tema, ficando vedado o exercício do direito de voto. A Diretoria também deve abster-se de intervir em operações ou deliberações nas quais tenha interesse conflitante com o da Companhia.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	7	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 14	**1**	**13**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 14	**0**	**14**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	7	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 14	**0**	**14**	**0**

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração

A Diretoria presta contas ao Conselho de Administração em reuniões periódicas, apresentando a evolução dos resultados econômico-financeiros, a execução do orçamento, os principais indicadores operacionais e os planos de ação definidos para temas que exijam correção de rota ou acompanhamento mais próximo.

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário permanente, reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e o assessora no acompanhamento das demonstrações financeiras, dos controles internos, do gerenciamento de riscos, de compliance e da relação com os auditores independentes.

b. Avaliação da auditoria independente

Na contratação e no acompanhamento dos auditores independentes, a Companhia avalia critérios de independência, qualificação técnica, experiência, reputação e aderência às normas aplicáveis, de modo a preservar a imparcialidade e a qualidade dos trabalhos. A administração submete o tema à apreciação dos órgãos competentes, e o Comitê de Auditoria tem atribuição estatutária para se manifestar sobre a contratação, substituição, destituição e remuneração dos auditores independentes.

Os auditores independentes apresentam anualmente os resultados de seus trabalhos relacionados às demonstrações financeiras do exercício social encerrado, incluindo os principais assuntos de auditoria, eventuais pontos de atenção identificados, recomendações relevantes e impactos potenciais sobre os resultados e a qualidade das informações financeiras.

Essas discussões contribuem para o aprimoramento contínuo dos controles internos, da governança financeira e da transparência das informações divulgadas ao mercado.

A Companhia não adota, até o momento, um processo formal de avaliação com metodologia ou scorecard específico para os auditores independentes. A avaliação ocorre de forma prática e recorrente, com base na independência, qualidade técnica, profundidade dos trabalhos, interação com a administração e contribuição para a melhoria dos processos de reporte financeiro.

c. Canais instituídos para críticas relacionadas a temas e práticas ASG e como o conselho toma ciência

A Companhia possui canal de ouvidoria para recebimento e tratamento de manifestações relacionadas a desvios éticos, condutas incompatíveis com seus valores e temas associados a práticas ambientais, sociais e de governança.

As manifestações recebidas são analisadas pela Diretoria e pelas áreas responsáveis, de acordo com a natureza e a relevância do tema. Quando o assunto envolve potencial impacto relevante para a Companhia, para sua reputação, para seus controles internos ou para a governança, o tema pode ser levado ao Conselho de Administração ou ao Comitê de Auditoria, conforme aplicável.

Ainda que não exista critério formal e público de escalonamento para todas as denúncias, a administração avalia caso a caso a materialidade, a sensibilidade e os impactos potenciais de cada manifestação, buscando assegurar tratamento adequado, confidencialidade e resposta proporcional ao risco envolvido.

As ações relacionadas a temas ASG são apresentadas periodicamente ao Conselho de Administração. Esses temas também são acompanhados no contexto da estratégia da Companhia e de seus comitês de assessoramento, reforçando a integração entre cultura, sustentabilidade, controles e crescimento de longo prazo.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

---

Nome ÁLVARO LUÍS GONÇALVES **CPF:** 066.034.148-48 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 30/10/1962

Experiência Profissional: Engenheiro de Produção pela FEI, com extensão em Administração de Empresas pela FGV (SP) e Mestrado pelo IMD – International Institute for Management Development (Suíça).
Fase inicial da carreira como executivo de empresas brasileiras e internacionais, atingindo posições de alta direção em empresas líderes em seus mercados, com forte exposição aos mercados financeiros e de capitais.
Atuou na área Corporate do Banco Pactual e co-liderou a primeira iniciativa do Banco na atividade de Private Equity no final dos anos 90, antes de fundar a Stratus Capital com um grupo de executivos, onde tem atuado nos últimos 20 anos, com mais de 60 investimentos e 40 desinvestimentos efetivados, fusões e aberturas de capital em três mercados internacionais distintos.
Foi um dos primeiros presidentes da ABVCAP e também atuou nos fóruns de governança da LAVCA em Nova Iorque (EUA) e da EMPEA/GPCA em Washington (EUA).
Foi Presidente da Câmara de Emissores e Estruturadores da B3 e participou, como aluno e palestrante, de programas de desenvolvimento executivo e de governança em entidades incluindo o IBGC, a NACD (EUA) e a OCDE (Paris).
Coautor e colaborador em diversos trabalhos acadêmicos e livros publicados no Brasil e no exterior, nos temas de empreendedorismo, investimentos, mercados de capitais público e privado, governança e valuation, entre vários outros. Tem também atuado como palestrante em conferências sobre os mercados de capitais público e privado e sobre a convergência entre as fontes de capital para crescimento e consolidação de empresas no mundo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/09/2026	7 meses	Conselho de Administração (Efetivo)		30/09/2026	Não	30/09/2026

Nome ANDRÉ LUIZ ROSA REZENDE **CPF:** 377.220.856-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 11/08/1959

Experiência Profissional: O Sr. Rezende é graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1982). Mestre em Qualidade e Produtividade pela Universidade Federal de Itajubá (1995), participou de diversos cursos de gestão, inclusive pela Fundação Dom Cabral (2006) e pela Harvard Business School (2013). O Sr. André Luiz Rosa iniciou sua carreira executiva na Engesa Engenheiros Especializados, com passagens posteriores pela Brascom Computadores Brasileiros Ltda. e pela JPX do Brasil Ltda. Fundador da Prática Produtos S.A. e Diretor Presidente e de Relações com Investidores de nossa Companhia, o Sr. Rezende é presidente do conselho da ABIEPAN (associação que congrega os fabricantes de equipamentos de panificação). É ainda empreendedor apoiado pela Endeavor, desde 2008. Ademais, antes da Incorporação, o Sr. Rezende ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Prática Participações S.A. Atualmente, exceto pelo descrito acima, o Sr. Rezende não ocupa nenhum cargo de administração (conselho de administração ou diretoria) em outra companhia aberta.O Sr. André Luiz Rosa Rezende declara que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu: (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, ou ainda (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara não ser considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	30/04/2025	2 anos	Presidente do C.A. e Diretor Presidente			Sim	25/09/2006
Diretoria	22/02/2024	3 anos	Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores				

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CARLOS EDUARDO BAKTCHEJIAN **CPF:** 297.599.458-35 **Passaporte:** YD072280 **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 18/12/1979

Experiência Profissional:

Carlos Eduardo Baktchejian
Executivo sênior com quase 20 anos de experiência em empresas multinacionais do setor de equipamentos para foodservice e panificação, atuando em posições estratégicas de liderança comercial e gestão internacional. Ao longo da carreira, ocupou cargos como Diretor de Grandes Contas, sendo responsável por estratégias de vendas complexas, expansão de mercado e liderança de equipes multiculturais.

Mais recentemente, atuou como Managing Director da Prática Europe, com sede na Alemanha, liderando operações no mercado europeu, com foco em crescimento sustentável, fortalecimento de canais comerciais e relacionamento com grandes clientes estratégicos.

É graduado em Administração de Empresas pela FGV-SP, com especializações em gestão e estratégias de vendas pela Haufe Akademie e IBM, combinando sólida formação acadêmica com forte execução prática em ambientes altamente competitivos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	18/12/2025	2 anos	Outros Diretores	Diretor Comercio Internacional	01/01/2026		01/01/2026

Nome HENRIETTE INÊS TONET FLEIG **CPF:** 345.344.070-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Psicologa **Data de Nascimento:** 24/09/1961

Experiência Profissional: Profissional com forte experiência na liderança da área de Recursos Humanos e carreira desenvolvida em empresas no Brasil, Europa e Estados Unidos. No Brasil liderou a área de Pessoas em empresas como Whirpool Unidade Joinville (maior planta de refrigeração da organizacão global) e Grupo Tigre.
No Grupo Tigre liderou o time corporativo, o que envolveu responsabilidades em 10 países distribuídos na América Latina e USA. Na Europa, liderou projetos de Gestão e Pessoas para o GPO (Group Product Organization) da Whirlpool Wroclaw (Polônia) que envolviam as equipes de tecnologia da Polônia, Itália e Alemanha.
Em 2014, morando nos USA, começou a atuar como consultora em gestão, cultura e plataformas estratégicas de Pessoas. Iniciou estas atividades nos USA para o Grupo Tigre e, desde 2019, tem atuado em diferentes empresas e projetos no Brasil.
Graduada em psicologia pela Universidade de Caxias do Sul, pós-graduada em marketing e comunicacão pelo INBRAPE de Curitiba. Mestre em administração de empresas pela UDESC ESAG de Florianópolis e M.A. com foco em mudanças organizacionais pela Western Michigan University nos USA. Entre outras formações relevantes, estão a formacão de conselheiros da administração pelo IBGC realizada no instituto do mesmo nome em São Paulo, e a formacão em coaching pelo CTI – Coaching Technical Institute – em Chicago.
Nos USA é coautora de um capítulo do livro “Great Thinkers of Change vol. 2” publicado em janeiro de 2021 em parceria com a Western Michigan University e com a editora Springer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Sim	28/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JOSÉ ANGELO DE SOUZA JÚNIOR **CPF:** 656.198.388-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 22/06/1955

Experiência Profissional: O Sr. José Angelo é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade de Santa Cecilia. Em 1975, iniciou sua carreira profissional na divisão de desenvolvimento de produtos da empresa Suprema Equipamentos p/ Indústria de Panificação Ltda., passando pela Gerência Industrial e Comercial, Diretoria Comercial e Presidência. De 2003 e 2006, atuou como palestrante da APAS – Associação Paulista de Supermercados e executou atividades de treinamento e conferências a convite do SEBRAE. Vice-presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Equipamentos de Panificação (ABIEPAN).O Sr. José Angelo de Souza Júnior declara que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu: (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, ou ainda (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara não ser considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	22/02/2024	3 anos	Outros Diretores	Diretor Comercial	22/02/2024		26/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LUIZ EDUARDO ROSA REZENDE **CPF:** 675.854.426-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 08/03/1968

Experiência Profissional: O Sr. Luiz Eduardo é graduado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas. Em 1990, iniciou sua carreira executiva na ABC EMEP – Eletrônica e Mecânica de Precisão, pertencente ao grupo ALGAR, de Uberlândia/MG. De 1995 a 2000, trabalhou na área de nacionalização e produção da empresa ABC Bull, joint venture da ALGAR com a Honeywell Bull da França. Com passagens posteriores pela Brascom Computadores Brasileiros Ltda. e pela JPX do Brasil Ltda. É diretor de nossa Companhia desde 2000, sendo ainda empreendedor apoiado pela Endeavor, desde 2008.Atualmente, exceto pelo descrito acima, o Sr. Rezende não ocupa nenhum cargo de administração (conselho de administração ou diretoria) em outra companhia aberta. Ademais, antes da Incorporação, o Sr. Luiz Eduardo ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Prática Participações S.A. Atualmente, exceto pelo descrito acima, o Sr. Luiz Eduardo não ocupa nenhum cargo de administração (conselho de administração ou diretoria) em outra companhia aberta.O Sr. Luiz Eduardo Rosa Rezende declara que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu: (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, ou ainda (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara não ser considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	22/02/2024	1 ano	Outros Diretores	Diretor Geral	22/02/2024		25/09/2006
Conselho de Administração	30/04/2025	2 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	26/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCELIO VIEIRA **CPF:** 832.947.246-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 12/01/1975

Experiência Profissional: O Sr. Marcelio Vieira é Formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas – FACESM. Possui MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria. Diversos cursos de gestão, inclusive pela Fundação Dom Cabral, InterAction Plexus, IOB Thomson Comporation, NS/Idea Educação Corporativa e Endeavor. Iniciou sua carreira em 1988 como Office-boy no Escritório de Contabilidade Avenida.O Sr. Marcelio Vieira declara que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu: (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, ou ainda (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara não ser considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	22/02/2024	3 anos	Outros Diretores	Diretor Financeiro	22/02/2024		26/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MILTON DE AQUINO MACHADO FILHO **CPF:** 050.245.508-03 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 05/02/1963

Experiência Profissional: O Sr. Milton Machado é graduado em Gestão e Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia Mauá. Pós-graduado em Serviços de Marketing e Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi e Marketing Estratégico pela Harvard Business School. Iniciou sua carreira em 1987 na empresa de Consultoria Andersen Consulting (atual Accenture) na divisão de manufatura e Produtividade. De 1989 a 2010, trabalhou no Grupo Topema como Gerente de Assistência Técnica até 1992, passando a Diretor Industrial, até 2010 quando assumiu a Diretoria Comercial. Nesse período, tornou-se sócio fundador da empresa de alimentação (catering) Nutrivac, responsável ainda pela administração dos restaurantes BM amp; F e Centro Cultural do Brasil. Diretor do Segmento de Panificação e Confeitaria do Sindal -Sindicato da Indústria dos fabricantes de equipamentos para Food Service.O Sr. Milton de Aquino Machado Filho declara que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu: (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, ou ainda (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara não ser considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	22/02/2024	3 anos	Outros Diretores	Diretor Comercial	22/02/2024		26/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RICARDO FLORENCE DOS SANTOS **CPF:** 812.578.998-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 26/02/1955

Experiência Profissional:

O Sr. Ricardo Florence dos Santos, 70 anos, atua como membro dos Conselhos Fiscais da Marfrig desde 2020 e da BRF desde 2024, dos Conselhos Consultivos das empresas ATMO e BENCORP e como membro do Comitê de Auditoria Estatutário das empresas MOVIDA Aluguel de Carros e CPFL Energia. Atuou como membro independente do Conselho de Administração da MOVIDA Aluguel de Carros S.A. entre 2016 e 2023, como Vice-Presidente de Finanças (CFO) da Marfrig Global Foods S.A entre 2013 e 2016, como Diretor Estatutário de Relações com Investidores entre 2007 e 2014 e como membro dos Conselhos Fiscais da CPFL Energia e sua controlada CEEE-T entre 2017 e 2022. Engenheiro químico formado pela Escola Politécnica da USP e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, tem MBA em Estratégia e Finanças pelo IBMEC-SP. Atuou anteriormente no Grupo Pão de Açúcar por 16 anos (1984-2000) em diversos cargos como Diretor de Planejamento Estratégico, Financeiro e Diretor Estatutário de Relações com Investidores. Foi também responsável pelas áreas de RI da UOL Inc. (Grupo Folha de São Paulo – 2000/2001) e Brasil Telecom (2005-2007). Atuou em diversos processos de abertura de capital, fusões, aquisições e vendas de ativos nas empresas em que trabalhou. Participou dos Conselhos de Administração do Grupo Pão de Açúcar (1995-1999), UOL – Grupo Folha (2001) e IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998-2001 e 2014-2019), onde também foi presidente-executivo de 2010 a 2013 e dos Conselhos Consultivos da Dentalcorp S.A. (2002 a 2006) e Granol (2020 a 2023)

O Sr. Ricardo Florence dos Santos declara que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu: (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, ou ainda (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara não ser considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Sim	30/04/2025

Nome ROGÉRIO AUGUSTO MARTINS **CPF:** 561.824.309-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 07/08/1961

Experiência Profissional:

Rogerio Augusto Martins é graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Paraná, pós graduado em Administração de empresas pela PUC-PR, com passagem na Kellogg School of Management, em Estratégia de Marketing para Consumidores. Com certificação em Coaching pela IBC Brasil e também em Governança Corporativa pelo IBGC. Ex-Vice Presidente Global de Desenvolvimento de Produtos e Inovação na Whirlpool Corporation com mais de 30 anos de experiência nesta companhia, exercendo funções em Manufatura, Pamp;D, Processos Industriais, Gestão de Projetos, Marketing amp; Inovação com experiências operacionais e de gestão no Brasil, América Latina, América do Norte, Europa e Ásia.Atua desde 2010, como Mentor de Gestão e Inovação pela Endeavor e recentemente fundou a WENEW Mentoring amp; Consulting para profissionais e organizações que buscam acelerar e potencializar seus resultados nas áreas de Desenvolvimento de Produto, Inovação, Gestão de Negócios, Liderança e Carreira.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	1	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Não	16/09/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome VINICIUS COELHO REZENDE **CPF:** 078.549.216-01 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 03/05/1987

Experiência Profissional: O Sr. Vinicius Coelho Rezende é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba (2012). Participou de curso de gestão pela Harvard Business School (2017). O Sr. Vinicius Coelho Rezende iniciou sua carreira executiva na Caterpillar, com passagem posterior pela Ernst amp; Young, atualmente exerce o cargo de Diretor de Comércio Internacional de nossa Companhia. Atualmente, exceto pelo descrito acima, o Sr. Rezende não ocupa nenhum cargo de administração (conselho de administração ou diretoria) em outra companhia aberta. O Sr. Vinicius Coelho Rezende declara que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu: (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, ou ainda (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara não ser considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	22/02/2024	3 anos	Outros Diretores	Diretor de Expansão Internacional	22/02/2024		26/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome VOLKER GROOS **CPF:** 107.897.551-57 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Alemanha **Profissão:** Ciências Políticas **Data de Nascimento:** 01/03/1959

Experiência Profissional: O Sr. Groos é graduado em Ciências Políticas pela Philipps University Marburg e cursos de extensão na Chamber of Industry and Commerce Wetzlar, IHK Augsburg, NCR GmbH Augsburg e Cranfield School of Management. Em 1986, o Sr. Groos iniciou sua carreira na Rittal GmbH amp; Co. KG com cargo de Especialista de Vendas para Exportação. de 1990 a 1993 atuou como Gerente de Contas Chave - Europa na NCR GmbH, de 1993 a 1996 atuou como Diretor de Vendas e Serviços na Geze GmbH amp; Co. KG, de 1996 a 2004 atuou como Diretor de Vendas e Marketing na VBH Deutschland GmbH, de 2004 a 2018 atuou "Chief Sales Officer" e "Chief Executive Officer" na Wiesheu GmbH. Atualmente, o Sr. Groos ocupa os cargos de "Chief Sales Officer" e no Conselho de Adminstração da JAC S.A..O Sr. Groos declara que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu: (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, ou ainda (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara não ser considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	1 ano	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	05/10/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome WILLIAN HARLEY GARCIA **CPF:** 039.486.538-36 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Designer Industrial **Data de Nascimento:** 07/11/1965

Experiência Profissional: O Sr. Willian Harley é Formado em Design Industrial pela Faculdade Belas Artes de São Paulo. Pós-Graduado em Gestão de Marketing Estratégico pela Fundação Getúlio Vargas. Iniciou sua carreira em 1987 na Semer Eletrodomésticos como encarregado de Design responsável pela implantação e desenvolvimento da equipe de design e sua integração com as outras áreas. De 1992 a 1995 atuou como Coordenador de Projetos na BRASTEMP. De 1995 a 2011 atou como Gerente de Design na Whirlpool Corporation. Responsável pelo desenvolvimento de design de toda linha de lavadoras, secadoras e lava-louças das marcas Brastemp e Consul. Atuação direta em diversos projetos globais da Whirlpool e na consolidação do processo de inovação da empresa.O Sr. Willian Harley Garcia declara que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu: (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, ou ainda (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara não ser considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	22/02/2024	3 anos	Outros Diretores	Diretor de marketing	22/02/2024		26/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: ÁLVARO LUÍS GONÇALVES **CPF:** 066.034.148-48 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 30/10/1962

Experiência Profissional:

Engenheiro de Produção pela FEI, com extensão em Administração de Empresas pela FGV (SP) e Mestrado pelo IMD – International Institute for Management Development (Suíça).
Fase inicial da carreira como executivo de empresas brasileiras e internacionais, atingindo posições de alta direção em empresas líderes em seus mercados, com forte exposição aos mercados financeiros e de capitais.
Atuou na área Corporate do Banco Pactual e co-liderou a primeira iniciativa do Banco na atividade de Private Equity no final dos anos 90, antes de fundar a Stratus Capital com um grupo de executivos, onde tem atuado nos últimos 20 anos, com mais de 60 investimentos e 40 desinvestimentos efetivados, fusões e aberturas de capital em três mercados internacionais distintos.
Foi um dos primeiros presidentes da ABVCAP e também atuou nos fóruns de governança da LAVCA em Nova Iorque (EUA) e da EMPEA/GPCA em Washington (EUA).
Foi Presidente da Câmara de Emissores e Estruturadores da B3 e participou, como aluno e palestrante, de programas de desenvolvimento executivo e de governança em entidades incluindo o IBGC, a NACD (EUA) e a OCDE (Paris).
Coautor e colaborador em diversos trabalhos acadêmicos e livros publicados no Brasil e no exterior, nos temas de empreendedorismo, investimentos, mercados de capitais público e privado, governança e valuation, entre vários outros. Tem também atuado como palestrante em conferências sobre os mercados de capitais público e privado e sobre a convergência entre as fontes de capital para crescimento e consolidação de empresas no mundo.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	30/09/2026	2 anos			30/09/2026	30/09/2026

Nome: RICARDO FLORENCE DOS SANTOS **CPF:** 812.578.998-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 26/02/1955

Experiência Profissional:

O Sr. Ricardo Florence dos Santos, 70 anos, atua como membro dos Conselhos Fiscais da Marfrig desde 2020 e da BRF desde 2024, dos Conselhos Consultivos das empresas ATMO e BENCORP e como membro do Comitê de Auditoria Estatutário das empresas MOVIDA Aluguel de Carros e CPFL Energia. Atuou como membro independente do Conselho de Administração da MOVIDA Aluguel de Carros S.A. entre 2016 e 2023, como Vice-Presidente de Finanças (CFO) da Marfrig Global Foods S.A entre 2013 e 2016, como Diretor Estatutário de Relações com Investidores entre 2007 e 2014 e como membro dos Conselhos Fiscais da CPFL Energia e sua controlada CEEE-T entre 2017 e 2022. Engenheiro químico formado pela Escola Politécnica da USP e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, tem MBA em Estratégia e Finanças pelo IBMEC-SP. Atuou anteriormente no Grupo Pão de Açúcar por 16 anos (1984-2000) em diversos cargos como Diretor de Planejamento Estratégico, Financeiro e Diretor Estatutário de Relações com Investidores. Foi também responsável pelas áreas de RI da UOL Inc. (Grupo Folha de São Paulo – 2000/2001) e Brasil Telecom (2005-2007). Atuou em diversos processos de abertura de capital, fusões, aquisições e vendas de ativos nas empresas em que trabalhou. Participou dos Conselhos de Administração do Grupo Pão de Açúcar (1995-1999), UOL – Grupo Folha (2001) e IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998-2001 e 2014-2019), onde também foi presidente-executivo de 2010 a 2013 e dos Conselhos Consultivos da Dentalcorp S.A. (2002 a 2006) e Granol (2020 a 2023)

O Sr. Ricardo Florence dos Santos declara que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu: (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, ou ainda (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara não ser considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Presidente do Comitê	30/09/2026	2 anos			30/09/2026	30/09/2026

Nome:	ROGÉRIO AUGUSTO MARTINS	**CPF:**	561.824.309-15	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Engenheiro	**Data de Nascimento:**	07/08/1961

Experiência Profissional:

Rogerio Augusto Martins é graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Paraná, pós graduado em Administração de empresas pela PUC-PR, com passagem na Kellogg School of Management, em Estratégia de Marketing para Consumidores. Com certificação em Coaching pela IBC Brasil e também em Governança Corporativa pelo IBGC. Ex-Vice Presidente Global de Desenvolvimento de Produtos e Inovação na Whirlpool Corporation com mais de 30 anos de experiência nesta companhia, exercendo funções em Manufatura, Pamp;D, Processos Industriais, Gestão de Projetos, Marketing amp; Inovação com experiências operacionais e de gestão no Brasil, América Latina, América do Norte, Europa e Ásia.Atua desde 2010, como Mentor de Gestão e Inovação pela Endeavor e recentemente fundou a WENEW Mentoring amp; Consulting para profissionais e organizações que buscam acelerar e potencializar seus resultados nas áreas de Desenvolvimento de Produto, Inovação, Gestão de Negócios, Liderança e Carreira.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	30/09/2026	2 anos			30/09/2026	30/09/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
André Luiz Rosa Rezende	377.220.856-87	VINICIUS COELHO REZENDE	10.747.021/0001-29	
Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
LUIZ EDUARDO ROSA REZENDE	675.854.426-53	Brava Participações Ltda.	10.747.109/0001-40	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretor Geral e Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
André Luiz Rosa Rezende	377.220.856-87	VINICIUS COELHO REZENDE	10.747.021/0001-29	
Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Vinicius Coelho Rezende	078.549.216-01	Brava Participações Ltda.	10.747.109/0001-40	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor de Comércio Internacional	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2025

Administrador do Emissor

ANDRÉ LUIZ ROSA REZENDE	377.220.856-87	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

BRAVA PARTICIPAÇÕES LTDA.	10.747.109/0001-40		
Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Sr. André é sócio administrador da Brava Participações S.A.

Administrador do Emissor

LUIZ EDUARDO ROSA REZENDE	675.854.426-53	Controle	Controlador Indireto
Luiz Eduardo Rezende exerce as funções de membro do conselho e diretor de operações	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

BRAVA PARTICIPAÇÕES LTDA.	10.747.109/0001-40		
Luiz Eduardo é sócio controlador da Brava Participações ltda	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Companhia mantém seguro de Responsabilidade Civil de Diretores, Conselheiros e Administradores (D&O), com cobertura voltada ao pagamento ou reembolso de despesas suportadas pela Companhia ou por seus administradores em decorrência de reclamações, responsabilidades ou reparações relacionadas ao exercício regular de suas funções. Em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras indicam limite de indenização de R$ 10 milhões para responsabilidade civil de diretores e administradores, com vigência até 24 de maio de 2026.

A apólice é renovada periodicamente, de acordo com a avaliação da Companhia sobre a suficiência das coberturas, seu perfil de risco e as práticas de mercado. A Companhia informa que não houve sinistro relacionado a esse seguro.

Além das informações prestadas nos itens anteriores, a Companhia mantém estrutura de governança compatível com sua condição de companhia aberta e com seu estágio de desenvolvimento, incluindo Conselho de Administração, Diretoria estatutária, auditoria independente, Comitê de Auditoria e políticas corporativas aplicáveis.

Nos últimos 3 exercícios sociais, as assembleias gerais ordinárias foram realizadas anualmente para apreciação das contas dos administradores, demonstrações financeiras, destinação de resultados, orçamento de capital, eleição ou reeleição de administradores e fixação da remuneração global, conforme atos societários disponibilizados.

Não foram localizadas outras informações relevantes sobre avaliação formal da administração, comitês não estatutários adicionais, treinamento de administradores, mudanças relevantes na estrutura de governança ou eventos não descritos nos itens 7.1 a 7.7.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração da Companhia tem como principal objetivo alinhar os interesses dos administradores aos interesses dos acionistas e à geração sustentável de valor. A remuneração é definida com base na complexidade das funções, no nível de responsabilidade de cada posição, na experiência dos profissionais e em referências de mercado comparáveis. Com isso, a Companhia busca reconhecer desempenho, atrair e reter executivos qualificados e manter uma estrutura de incentivos compatível com seus objetivos estratégicos.

A remuneração dos administradores é composta por parcela fixa, por meio de pró-labore mensal, e, quando aplicável, por remuneração variável vinculada a metas definidas anualmente. Os diretores estatutários também podem fazer jus a benefícios, como seguro de vida e plano de saúde, além de mecanismos de remuneração de longo prazo, conforme as condições aprovadas e contratadas pela Companhia.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia conta com um Comitê de Pessoas, de natureza não estatutária, que apoia as discussões sobre políticas e práticas de remuneração e contribui com recomendações sobre a remuneração da Diretoria. Nos termos do Estatuto Social, a Assembleia Geral fixa o montante global anual da remuneração dos administradores e cabe ao Conselho de Administração distribuir esse montante entre os órgãos da administração, bem como aprovar ajustes e diretrizes aplicáveis.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria considera a formação, experiência, senioridade, escopo de responsabilidades e contribuição esperada de cada administrador. A Companhia também utiliza referências de mercado e pesquisas especializadas, quando aplicável, para avaliar a competitividade de sua prática de remuneração.

Os valores praticados são comparados periodicamente com referências de mercado e podem ser realinhados quando houver diferença relevante entre a remuneração da Companhia, as práticas observadas em empresas comparáveis e as necessidades de atração e retenção de profissionais estratégicos.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

As diretrizes de remuneração e os montantes propostos são avaliados, no mínimo, uma vez ao ano pelo Conselho de Administração, no contexto da definição e da alocação da remuneração global aprovada para a administração.

Não há critério automático de reajuste anual. A Companhia avalia, a cada ciclo, a evolução das referências de mercado, os impactos inflacionários, a performance do negócio, a disponibilidade orçamentária e a necessidade de preservar uma estrutura de remuneração equilibrada e competitiva.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

A seguir, são descritos os principais elementos da remuneração e seus objetivos, segregados por órgão da administração:

<u>Conselho de Administração</u>

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Anual	Os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa mensal, correspondente aos honorários pelo exercício da função. Essa parcela remunera a dedicação, a participação em reuniões, a análise de temas estratégicos e a responsabilidade inerente ao acompanhamento da gestão da Companhia.
Remuneração Variável	Não há remuneração variável.
Benefícios Pós-Emprego	Não há benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Não há benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Não há remuneração baseada em ações.

Diretoria Estatutária

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Anual	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a pró-labore mensal, correspondente aos honorários pelo exercício da função executiva. A parcela fixa remunera a responsabilidade pela gestão da Companhia e pela execução do planejamento estratégico aprovado.
Remuneração Variável	Bônus por cumprimento de metas anuais, individuais e corporativas, conforme critérios definidos pela Companhia.
Benefícios Pós-Emprego	Não há benefícios pós-emprego concedidos de forma ampla. A Companhia pode manter mecanismos contratuais de longo prazo aplicáveis a determinados diretores, conforme descrito no item 8.16.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Não há benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Não há remuneração baseada em ações.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A prática de remuneração dos administradores busca incentivar desempenho, responsabilidade na tomada de decisão e compromisso com a geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

A Companhia entende que a combinação entre remuneração fixa, remuneração variável e, quando aplicável, instrumentos de longo prazo contribui para alinhar os administradores aos ciclos orçamentários, ao planejamento estratégico e aos objetivos de curto, médio e longo prazo do negócio.

- **sua proporção na remuneração total nos três últimos exercícios sociais**

EXERCÍCIO 2026 - PROPOSTA

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	CONSELHO DE ADMINITRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA	COMITÊS
REMUNERAÇÃO FIXA MENSAL	100,00%	N/A	51,59%	62,78%	N/A
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	N/A	N/A	37,64%	24,10%	N/A
BENEFÍCIOS	N/A	N/A	10,77%	13,11%	N/A
CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TOTAL	**100,00%**	**N/A**	**100,00%**	**100,00%**	**N/A**

EXERCÍCIO 2025 - REAL

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	CONSELHO DE ADMINITRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA	COMITÊS
REMUNERAÇÃO FIXA MENSAL	100,00%	N/A	56,05%	60,59%	N/A
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	N/A	N/A	34,22%	28,89%	N/A
BENEFÍCIOS	N/A	N/A	9,73%	10,52%	N/A
CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TOTAL	**100,00%**	**N/A**	**100,00%**	**100,00%**	**N/A**

EXERCÍCIO 2024

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	CONSELHO DE ADMINITRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA	COMITÊS
REMUNERAÇÃO FIXA MENSAL	100%	N/A	46,1%	58,45%	N/A
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	N/A	N/A	43,8%	36,68%	N/A
BENEFÍCIOS	N/A	N/A	10,1%	4,86%	N/A
CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TOTAL	**100%**	**N/A**	**100%**	**100%**	**N/A**

EXERCÍCIO 2023

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	CONSELHO DE ADMINITRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA	COMITÊS
REMUNERAÇÃO FIXA MENSAL	100%	N/A	52,2%	N/A	N/A
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	N/A	N/A	41,3%	N/A	N/A
BENEFÍCIOS	N/A	N/A	6,5%	N/A	N/A
CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TOTAL	**100%**	**N/A**	**100%**	**N/A**	**N/A**

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é avaliada periodicamente e pode ser ajustada para refletir a complexidade das atividades, a dedicação exigida e as práticas de mercado aplicáveis a funções semelhantes.

A remuneração da Diretoria é composta por parcela fixa, compatível com o cargo ocupado e com referências de mercado, e por parcela variável vinculada ao desempenho individual e ao desempenho da Companhia. A remuneração variável considera, entre outros fatores, o cumprimento do planejamento anual, a evolução da lucratividade e a comparação do resultado com o orçamento aprovado para o exercício.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ESG**

A remuneração fixa da administração é definida com base em referências de mercado, escopo das responsabilidades e contribuição esperada de cada administrador, buscando reconhecer a atuação individual e coletiva na execução da estratégia da Companhia.

Ao Conselho de Administração não é aplicável remuneração variável.

Para os Diretores Estatutários, os principais indicadores considerados na remuneração variável incluem lucro líquido, faturamento, geração de caixa, cumprimento do orçamento de despesas, margem EBITDA e NPS (Net Promoter Score), além de metas individuais e coletivas definidas para cada ciclo anual.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração busca equilibrar competitividade, meritocracia, retenção de talentos e alinhamento de interesses entre administradores, acionistas e a Companhia. Esse desenho permite remunerar responsabilidades específicas, reconhecer desempenho e manter disciplina orçamentária.

Com essa estrutura, a Companhia procura preservar sua capacidade de atrair e reter profissionais qualificados, incentivar a entrega de resultados e manter uma política de remuneração compatível com seu porte, estratégia e estágio de desenvolvimento.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho de Administração não remunerados são, em sua maioria, administradores da Companhia que já recebem pró-labore em razão de suas funções executivas, ou representantes de acionistas que, conforme os acordos aplicáveis, não recebem remuneração específica pelo exercício do cargo no Conselho.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos em razão do exercício de cargos na Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário específico, incluindo eventual alienação do controle societário da Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	8,00		14,00
Nº de membros remunerados	4,00	8,00		12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	552.863,12	4.214.263,24		4.767.126,36
Benefícios direto e indireto	0,00	880.191,43		880.191,43
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Remuneração fixa			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.074.966,37		3.074.966,37
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há remuneração variável para os membros do conselho			
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Não há outros benefícios para os membros do conselho			
Total da remuneração	552.863,12	8.169.421,04		8.722.284,16

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	7,00		13,00
Nº de membros remunerados	4,00	7,00		11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	539.961,59	3.337.230,89		3.877.192,48
Benefícios direto e indireto	0,00	579.186,73		579.186,73
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Remuneração fixa total	Remuneração fixa		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.037.347,34		2.037.347,34
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conselho não faz jus a remuneração variavel	Remuneração no centro da meta		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	539.961,59	5.953.764,96		6.493.726,55

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	8,00		14,00
Nº de membros remunerados	4,00	8,00		12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	531.362,00	3.649.924,44		4.181.286,44
Benefícios direto e indireto	0,00	762.323,58		762.323,58
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Remuneração base	Remuneração anual fixa		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.369.931,88		3.369.931,88
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Os conselheiros não recebem remuneração variavel	Bonus		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	531.362,00	7.782.179,90		8.313.541,90

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	9,00		15,00
Nº de membros remunerados	3,00	9,00		12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	613.770,60	3.457.234,05		4.071.004,65
Benefícios direto e indireto	0,00	503.538,46		503.538,46
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.775.975,99		3.775.975,99
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	613.770,60	7.736.748,50		8.350.519,10

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	8,00		**14,00**
N° de membros remunerados	4,00	8,00		**12,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4863968,00		**4.863.968,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3074966,37		**3.074.966,37**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	7,00		**13,00**
N° de membros remunerados	4,00	7,00		**11,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4307705,35		**4.307.705,35**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2751808,88		**2.751.808,88**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1716690,29		**1.716.690,29**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	8,00		**14,00**
N° de membros remunerados	4,00	8,00		**12,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4297403,00		**4.297.403,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2737866,00		**2.737.866,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2914739,73		**2.914.739,73**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	9,00		**15,00**
N° de membros remunerados	3,00	9,00		**12,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3775975,99		**3.775.975,99**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2239802,71		**2.239.802,71**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**

A Companhia não possui, até a presente data, plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A empresa não possui plano de remuneração baseado em ações até a presente data, vide seção 8.4 deste relatório.

Não houve outorga de opções de compra de ações nos três últimos exercícios, pois a Companhia não possui, até a presente data, plano de remuneração baseado em ações, conforme indicado no item 8.4.

Não existem opções em aberto, pois a Companhia não possui, até a presente data, plano de remuneração baseado em ações, conforme indicado no item 8.4.

Não houve opções exercidas nem ações entregues nos três últimos exercícios, pois a Companhia não possui, até a presente data, plano de remuneração baseado em ações, conforme indicado no item 8.4.

Não há diluição potencial decorrente de outorga de ações, pois a Companhia não possui, até a presente data, plano de remuneração baseado em ações, conforme indicado no item 8.4.

Não houve outorga de ações nos três últimos exercícios, pois a Companhia não possui, até a presente data, plano de remuneração baseado em ações.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Não há ações entregues nos 3 últimos anos, visto que a Companhia não possuí até a presente data remuneração baseada em ações.

A Companhia não possui, até a presente data, plano de remuneração baseado em ações ou opções de compra de ações, conforme indicado nos itens 8.4 a 8.11.

8.13 Participações detidas por órgão

Data-base regulamentar: 31 de dezembro de 2025

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Prática Produtos S.A. era representado por 3.355.031 ações ordinárias, todas detidas diretamente pela Brava Participações Ltda.

André Luiz Rosa Rezende e Luiz Eduardo Rosa Rezende integravam o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária e eram controladores indiretos da Companhia por intermédio da Brava Participações Ltda., na qual detinham, respectivamente, 70% e 30% do capital social.

Para fins do item 8.13, as participações são apresentadas abaixo de forma individualizada por administrador e separadas por órgão. O Conselho Fiscal era não permanente e não se encontrava instalado na data-base.

Posição consolidada por órgão em 31/12/2025

Conselho de Administração

Administrador	Cargo ocupado	Forma de participação	Ações equivalentes da Prática[1]	% do capital[1]
André Luiz Rosa Rezende	Presidente do Conselho de Administração	Indireta, via Brava (70%)	2.348.522	70,00000%
Luiz Eduardo Rosa Rezende	Membro efetivo do Conselho de Administração	Indireta, via Brava (30%)	1.006.509	30,00000%
Total do órgão		**Consolidada**	**3.355.031**	**100,00000%**

Diretoria Estatutária

Administrador	Cargo ocupado	Forma de participação	Ações equivalentes da Prática[1]	% do capital[1]
André Luiz Rosa Rezende	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	Indireta, via Brava (70%)	2.348.522	70,00000%
Luiz Eduardo Rosa Rezende	Diretor Geral	Indireta, via Brava (30%)	1.006.509	30,00000%
Total do órgão		**Consolidada**	**3.355.031**	**100,00000%**

[1] Nota: As quantidades atribuídas a André Luiz Rosa Rezende e Luiz Eduardo Rosa Rezende representam participações indiretas equivalentes na Prática Produtos S.A., calculadas sobre as 3.355.031 ações detidas diretamente pela Brava Participações Ltda., considerando as participações de 70% e 30%, respectivamente, no capital da Brava. As quantidades foram arredondadas para ações inteiras de modo que a soma corresponda ao total de ações detidas pela Brava.

Informação complementar - alterações subsequentes à data-base

Embora a data-base regulamentar do item 8.13 permaneça 31/12/2025, a Companhia apresenta, de forma complementar, a posição existente em 30/09/2026, após os aumentos de capital realizados naquela data.

A informação adicional evidencia o ingresso de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária como acionistas diretos, sem alterar a data-base regulamentar do item.

Após os aumentos de capital de 30/09/2026, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 3.555.493 ações ordinárias. A Brava Participações Ltda. permaneceu como controladora direta, com 3.355.031 ações, equivalentes a 94,36191% do capital social. Considerando a participação de 70% de André Luiz Rosa Rezende e 30% de Luiz Eduardo Rosa Rezende na Brava, suas participações indiretas equivalentes na Prática passaram a corresponder, respectivamente, a aproximadamente 66,05334% e 28,30856% do capital social da Companhia.

Posição consolidada por órgão em 30/09/2026

Conselho de Administração

Administrador	Cargo ocupado	Forma de participação	Ações equivalentes / diretas da Prática[1]	% do capital[1]
André Luiz Rosa Rezende	Presidente do Conselho de Administração	Indireta, via Brava (70%)	2.348.522	66,05334%
Luiz Eduardo Rosa Rezende	Membro efetivo do Conselho de Administração	Indireta, via Brava (30%)	1.006.509	28,30856%
Rogério Augusto Martins	Conselheiro independente efetivo	Direta	4.001	0,11253%
Henriette Inês Tonet Fleig	Conselheira independente efetiva	Direta	762	0,02143%
Ricardo Florence dos Santos	Conselheiro independente efetivo	Direta	952	0,02678%
Total das participações dos membros do Conselho de Administração		**Consolidada**	**3.360.746**	**94,52264%**

[1] Nota: As participações de André e Luiz são indiretas, por meio da Brava Participações Ltda., e foram calculadas considerando 70% e 30%, respectivamente, sobre as 3.355.031 ações detidas pela Brava. As participações de Rogério Augusto Martins, Henriette Inês Tonet Fleig e Ricardo Florence dos Santos são diretas. O total do órgão corresponde à soma das participações indiretas equivalentes de André e Luiz com as participações diretas dos demais conselheiros acionistas.

Diretoria Estatutária

Administrador	Cargo ocupado	Forma de participação	Ações equivalentes / diretas da Prática[1]	% do capital[1]
André Luiz Rosa Rezende	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	Indireta, via Brava (70%)	2.348.522	66,05334%
Luiz Eduardo Rosa Rezende	Diretor Geral	Indireta, via Brava (30%)	1.006.509	28,30856%
Milton de Aquino Machado Filho	Diretor Comercial	Direta	2.483	0,06984%
José Angelo de Souza Junior	Diretor Comercial	Direta	1.655	0,04655%
Marcelio Vieira	Diretor Financeiro	Direta	1.655	0,04655%
Carlos Eduardo Baktchejian	Diretor de Comércio Internacional	Direta	927	0,02607%
Total das participações dos membros da Diretoria Estatutária		**Consolidada**	**3.361.751**	**94,55091%**

[1] Nota: As participações de André e Luiz são indiretas, por meio da Brava Participações Ltda., e foram calculadas considerando 70% e 30%, respectivamente, sobre as 3.355.031 ações detidas pela Brava. As participações de Milton de Aquino Machado Filho, José Angelo de Souza Junior, Marcelio Vieira e Carlos Eduardo Baktchejian são diretas. O total do órgão corresponde à soma das participações indiretas equivalentes de André e Luiz com as participações diretas dos demais diretores estatutários acionistas.

Observação de escopo: A planilha de investidores registra Irineu Trovarelli Junior como "diretor" e titular de 550 ações (0,01547% do capital em 30/09/2026). Contudo, ele não consta no item 7.3 do FRE como membro da Diretoria Estatutária; por essa razão, sua participação não foi incluída na tabela da Diretoria Estatutária do item 8.13.

A Companhia não possui, até a presente data, plano de previdência complementar aplicável aos administradores.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	7,00	8,00	9,00	6,00	6,00	6.00
Nº de membros remunerados	7,00	8,00	9,00	4,00	4,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	950.935,31	1.245.303,00	998.551,00	178.584,00	180.952,00	167.838,00
Valor da menor remuneraçãoReal	516.862,01	520.276,00	553.522,00	108.706,00	180.205,00	109.652,00
Valor médio da remuneraçãoReal	767.796,89	864.687,00	759.038,00	134.990,40	132.840,00	140.496,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

A Companhia mantém mecanismo contratual de remuneração de longo prazo aplicável a determinados diretores estatutários, que pode prever indenização em caso de encerramento antecipado por iniciativa da Companhia antes do término do mandato, observadas as condições contratuais aplicáveis. Caso o desligamento ocorra por iniciativa do próprio diretor, não há direito ao recebimento dessa indenização.

PROVISÃO 2026

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	CONSELHO DE ADMINITRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
Nº de membros	N/A	7	N/A
Nº de membros - Partes relacionadas aos Controladores	N/A	2	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	N/A	R$ 8.169.421,06	N/A
Valor da remuneração atribuida a parte relacionada	N/A	R$ 2.579.445,43	N/A
% da remuneração total do órgão	N/A	31,57%	N/A

EXERCÍCIO 2025

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	CONSELHO DE ADMINITRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
Nº de membros	N/A	7	N/A
Nº de membros - Partes relacionadas aos Controladores	N/A	2	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	N/A	R$ 5.953.764,98	N/A
Valor da remuneração atribuida a parte relacionada	N/A	R$ 2.168.747,39	N/A
% da remuneração total do órgão	N/A	36,43%	N/A

EXERCÍCIO 2024

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	CONSELHO DE ADMINITRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
Nº de membros	N/A	9	N/A
Nº de membros - Partes relacionadas aos Controladores	N/A	2	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	N/A	7.261.904	N/A
Valor da remuneração atribuida a parte relacionada	N/A	2.509.144	N/A
% da remuneração total do órgão	N/A	34,6%	N/A

EXERCÍCIO 2023

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	CONSELHO DE ADMINITRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
Nº de membros	N/A	9	N/A
Nº de membros - Partes relacionadas aos Controladores	N/A	2	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	N/A	6.173.407	N/A
Valor da remuneração atribuida a parte relacionada	N/A	1.971.889	N/A
% da remuneração total do órgão	N/A	31,9%	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outras remunerações que não as descritas neste relatorio

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	2.301.795,00	2.301.795,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

31/12/2025

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	1.949.882,00	1.949.882,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	2.238.775,00	2.238.775,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

31/12/2023

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	1.971.889,00	1.971.889,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

Não há outras informações relevantes sobre remuneração que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção 8.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324		
Razão Social		**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada		Juridica	54.276.936/0001-79
Data de contratação do serviço		**Data de início da prestação de serviço**	
01/04/2026		01/04/2026	
Descrição dos serviços prestados			
Exame das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, com a aplicação de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão dos relatórios dos auditores independentes.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
R$216.104,96			
Justificativa da substituição			
A alteração decorre do atendimento às regras de rodízio obrigatório de auditores independentes, conforme previsto na regulamentação aplicável			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável			

A Companhia adota procedimentos voltados à preservação da independência dos auditores independentes, incluindo avaliação de escopo, contratação e remuneração dos serviços, segregação entre serviços de auditoria e eventuais serviços permitidos de não auditoria, observância das normas profissionais aplicáveis e acompanhamento pela administração e, quando aplicável, pelo Comitê de Auditoria.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 2025 declara que a RSM Brasil Auditores Independentes Ltda. é independente em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, caso não tenham sido contratados serviços de não auditoria junto ao auditor independente, recomenda-se declarar expressamente essa inexistência. Caso tenham sido contratados, informar natureza, valores, justificativa, percentual em relação aos honorários de auditoria e avaliação de que tais serviços não comprometeram a independência.

A RSM Brasil Auditores Independentes Ltda. foi a responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios sociais de 2021 a 2025, tendo seus trabalhos encerrados ao final do exercício de 2025, em razão do cumprimento das regras de rodízio obrigatório de auditores independentes previstas na regulamentação aplicável da CVM.

Em decorrência disso, a Companhia contratou a BDO RCS Auditores Independentes – Sociedade Simples Limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 54.276.936/0001-79 e registrada na CVM sob o código 10324, para a realização dos trabalhos de auditoria independente a partir do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2026, sob a responsabilidade técnica do Sr. Luiz Fernandes Carvalho Tenório, CRC SP-264072/O-9.

A Companhia esclarece que a substituição ocorreu exclusivamente em atendimento ao rodízio obrigatório, não havendo quaisquer divergências ou discordâncias com a auditoria independente anterior quanto às demonstrações financeiras, práticas contábeis ou relatórios emitidos, tendo a RSM manifestado sua concordância com os termos da substituição, conforme requerido pela regulamentação aplicável.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	26	61	0	0	0
Não-liderança	195	459	0	0	0
TOTAL = 741	221	520	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	81	2	4	0	0	0
Não-liderança	0	480	46	128	0	0	0
TOTAL = 741	0	561	48	132	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	4	66	17
Não-liderança	288	326	40
TOTAL = 741	292	392	57

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	87	0
Não-liderança	21	633	0
TOTAL = 741	21	720	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	3	0	80	0	4
Não-liderança	0	10	0	629	0	15
TOTAL = 741	0	13	0	709	0	19

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	3	10	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	213	496	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	5	14	0	0	0
TOTAL = 741	221	520	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	6	1	6	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	540	45	124	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	15	2	2	0	0	0
TOTAL = 741	**0**	**561**	**48**	**132**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	2	8	3
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	287	369	53
Sul	0	0	0
Exterior	3	15	1
TOTAL = 741	**292**	**392**	**57**

As informações prestadas nesta seção referem-se ao quadro de colaboradores da Companhia e de suas controladas operacionais, conforme as bases de recursos humanos disponibilizadas para a preparação deste Formulário de Referência.

a) número de empregados:

A tabela a seguir apresenta a evolução do quadro de colaboradores da Companhia nas datas indicadas, refletindo a expansão gradual da operação e a maior complexidade das estruturas comercial, industrial, técnica e administrativa.

	31/12/2025	*31/12/2024*	*31/12/2023*
Número Total de Empregados	758	738	659
Por grupos			
Administrativo	420	380	376
Operacional	337	358	283
Por localização geográfica			
Minas Gerais	658	650	583
São Paulo	70	59	51
Pernambuco	13	12	10
USA	10	7	9
Chile	7	7	6

b) número de terceirizados:

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pela Companhia nas datas indicadas. Para 2025, não foi localizada base específica de terceirizados com o mesmo nível de abertura das informações históricas.

	31/12/2025	*31/12/2024*	*31/12/2023*
Número Total de Terceirizados	30	30	29
Por grupos			
Administrativo	0	0	1
Operacional	30	30	28
Por localização geográfica			
Minas Gerais	28	28	28
São Paulo	1	1	1
Pernambuco	1	1	0

c) índice de rotatividade

Para o cálculo da rotatividade, consideramos a movimentação de admissões e desligamentos ao longo do exercício, em relação ao quadro médio de colaboradores do período.

Índice = (contratados + desligados) / ((transferidos + funcionários ativos em janeiro + funcionários ativos em dezembro) / 2)

O quadro abaixo evidencia os índices de rotatividade nos exercícios indicados:

Rotatividade	Ativos 01 jan.	Transf.	Desligados	Contratados	Ativos 31 dez	Índice
2023	598	0	147	208	659	56,5%
2024	659	0	168	247	738	59,4%
2025	705	0	232	268	758	69,2%

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve alteração relevante na estrutura de recursos humanos que tenha modificado de forma material a condução das atividades da Companhia. A área continuou apoiando o crescimento do negócio, a expansão das operações e o fortalecimento das práticas de atração, desenvolvimento, retenção e gestão de pessoas.

a. Política de salários e remuneração variável

A estratégia de remuneração da Companhia busca atrair, engajar e reter profissionais qualificados, alinhando reconhecimento, desempenho e sustentabilidade do negócio. A prática adotada combina critérios internos de equidade com referências externas de mercado, de forma a manter estruturas de cargos, salários e benefícios compatíveis com a complexidade das funções e com os objetivos da Companhia.

A área de Recursos Humanos da Companhia, ou das respectivas subsidiárias, quando aplicável, acompanha referências de mercado e realiza análises comparativas de cargos e salários com empresas de porte, segmento ou região semelhantes. Quando são identificados desalinhamentos relevantes, a Companhia avalia eventuais ajustes corretivos, sempre observando critérios técnicos, competitividade e consistência interna. Como evolução dessa prática, a Companhia utiliza pesquisa de cargos e salários conduzida por consultoria especializada, com informações segmentadas por região, porte, setor, benefícios e demais políticas de remuneração.

Além da remuneração fixa, a Companhia oferece programa de Participação nos Lucros e Resultados, estruturado para reconhecer a contribuição coletiva dos colaboradores. O programa considera indicadores globais de desempenho, incluindo margem de lucro líquido e crescimento do faturamento em relação ao ano anterior.

A Companhia também utiliza Contratos de Resultado para gestores e líderes. Esse modelo estabelece metas individuais e coletivas, estimula autonomia, reforça o trabalho em equipe e conecta a remuneração variável à entrega de resultados concretos.

b. Política de benefícios

A política de remuneração da Prática é complementada por um conjunto de benefícios oferecidos a colaboradores efetivos e estagiários, reforçando o compromisso da Companhia com bem-estar, saúde, desenvolvimento e segurança financeira de sua equipe. Entre os principais benefícios, destacam-se:

- Cesta básica ou vale alimentação.
- Convênio com farmácias.
- Subsídio para treinamento.
- Empréstimo sem juros /consignado.
- Convênio médico extensivo aos familiares.
- Convênio odontológico extensivo aos familiares.
- Convênio com a Associação Comercial e Industrial de Pouso Alegre.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações destinado a empregados não administradores.

d. Políticas e práticas de remuneração dos empregados

A razão entre a maior remuneração individual reconhecida no exercício e a mediana da remuneração dos empregados foi calculada com base na remuneração efetivamente reconhecida no exercício social, considerando empregados ativos na data-base de 31 de dezembro de 2025 e os componentes de remuneração incluídos nas bases de folha e registros internos da Companhia. A metodologia considera remuneração fixa e parcelas variáveis reconhecidas no exercício, quando aplicáveis. Estagiários, jovens aprendizes, terceiros e administradores estatutários devem ser tratados conforme a regra operacional adotada no preenchimento do sistema, devendo a Companhia indicar expressamente se foram incluídos ou excluídos da base.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
53.642,20	2.900,00	18,50
Esclarecimento		

Os empregados da Companhia são representados pelas seguintes entidades sindicais, conforme a localidade de atuação:

- Em Pouso Alegre/MG: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Pouso Alegre e Região.
- Em São Paulo/SP: Sindicato dos Comerciários de São Paulo.
- Em Recife/PE: Sindicato dos Lojistas do Comércio de Bens e Serviços do Recife.

A Companhia mantém relacionamento construtivo com seus empregados e com as entidades sindicais que os representam, pautado pelo diálogo, pela observância da legislação trabalhista e pelo cumprimento das convenções coletivas aplicáveis.

A Companhia cumpre as convenções coletivas de trabalho em vigor e, quando há divergência de interpretação ou discussão jurídica, busca orientação especializada e utiliza os meios legais adequados para defender seu posicionamento. A Companhia também procura manter postura institucional neutra, sem envolvimento político-partidário ou sindical.

As convenções coletivas atualmente aplicáveis são celebradas e renovadas anualmente.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não foi registrada paralisação relevante nas atividades da Companhia em razão de greve ou outras manifestações trabalhistas.

Não há outras informações relevantes sobre a seção 10 que a Companhia entenda necessárias para complementar as informações apresentadas neste Formulário de Referência.

A Companhia realiza operações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios, sempre com foco no interesse social, na transparência e na observância de condições compatíveis com aquelas que seriam praticadas com terceiros independentes, quando aplicável.

As deliberações envolvendo eventuais transações entre a Companhia e suas partes relacionadas são submetidas à análise e aprovação dos órgãos competentes, em especial o Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia não adota, nesta data, política específica autônoma para transações com partes relacionadas. A Administração entende que os mecanismos previstos na legislação societária, na regulamentação aplicável e no Estatuto Social são adequados para disciplinar tais operações, sem prejuízo da avaliação contínua de aprimoramentos de governança quando necessários.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
EMBTECH TECNOLOGIA EMBARCADA S.A.	31/12/2025	8.378.000,00	1.185.000,00	1.185.000,00	90 dias	0
Relação com o emissor	Coligada 30%					
Objeto contrato	Compra e venda de ben					
Garantia e seguros	Sem garantia e serguros					
Rescisão ou extinção	Sem condições de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Compra e venda de bens para benefiamento					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pratica Chile SPa	31/12/2025	3.727.000,00	6.844.000,00	6.844.000,00	12 meses	0
Relação com o emissor	Controlada 100%					
Objeto contrato	Compra e venda de ben					
Garantia e seguros	Nenhuma garantia ou seguro					
Rescisão ou extinção	Nenhuma restrição					
Natureza e razão para a operação	Venda de bens e serviços para revenda					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
PRATICA EUROPE GMBH	31/12/2025	13.869.000,00	11.645.000,00	11.645.000,00	12 meses	0
Relação com o emissor	Controlada 100%					
Objeto contrato	Compra e venda de ben					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	Sem condições de rescisão					
Natureza e razão para a operação	Compra e venda de bens para revenda					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pratica Producs Inc	31/12/2025	16.102.000,00	28.574.000,00	28.574.000,00	12 meses	0
Relação com o emissor	Controlada 100%					
Objeto contrato	Compra e venda de bens					
Garantia e seguros	Sem garantias e seguros					
Rescisão ou extinção	Sem condições de rescisão					
Natureza e razão para a operação	Compra e venda de bens para revenda					
Posição contratual do emissor	Credor					

n. Identificação das medidas adotadas para tratar potenciais conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança compatíveis com a legislação brasileira, a regulamentação aplicável e seu Estatuto Social. As decisões relevantes são submetidas à análise da Administração e, quando aplicável, do Conselho de Administração, observadas as competências próprias de cada órgão e os deveres fiduciários dos administradores. Na avaliação de transações com partes relacionadas, a Companhia busca assegurar que eventuais conflitos sejam identificados, tratados de forma transparente e conduzidos em benefício do interesse social, com atenção às condições negociais, aos fundamentos econômicos da operação e à sua aderência às práticas de mercado.

o. Demonstração do caráter comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

As operações celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas têm como objetivo apoiar a eficiência operacional, a gestão dos negócios e a geração de resultados. Em sua análise, a Companhia considera elementos como preço, prazo, capacidade técnica, encargos financeiros e demais condições comerciais relevantes, de modo a preservar o caráter comutativo das operações ou, quando aplicável, assegurar compensação adequada.

A Companhia entende que não há outras informações relevantes relacionadas a esta seção que não tenham sido apresentadas nos itens anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/09/2026	N/A	35.947.011,24
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
3.555.493	0	3.555.493

Não aplicável. A Companhia é emissor brasileiro e, portanto, este item não se aplica.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1 Emissão
Data de emissão	07/05/2024
Data de vencimento	07/05/2028
Quantidade Unidade	1.250
Valor nominal global R$	12.500.000,00
Saldo Devedor em Aberto	12.500.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	As debêntures são conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia. A conversão poderá ocorrer, total ou parcialmente, por opção do debenturista, em uma ou mais oportunidades, nas hipóteses previstas na Escritura, incluindo a ocorrência de Evento de Liquidez e, após a Data de Vencimento, mediante Conversão Facultativa.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar o resgate total ou parcial das debêntures nas condições previstas na Escritura, desde que não tenha ocorrido a 1ª Prorrogação Extraordinária, mediante manifestação por escrito em até 45 dias úteis antes da data de vencimento, atualmente prevista para 7 de maio de 2028. O preço de resgate será determinado a partir do valor nominal das debêntures e ajustado de forma a refletir o valor econômico da participação acionária que seria atribuída ao investidor em uma eventual conversão. Esse valor econômico será suportado por avaliação independente da Companhia, elaborada por terceiro especializado. O montante final será atualizado por 100% do CDI entre a data de vencimento e a data do efetivo pagamento.
Características dos valores mobiliários de dívida	As debêntures integram a 1ª emissão privada da Companhia, são participativas, nominativas, conversíveis em ações ordinárias, emitidas em série única e contam com garantia fidejussória. O valor nominal unitário é de R$ 10.000,00. Foram originalmente emitidas 2.500 debêntures, no montante total de R$ 25,0 milhões; após a conversão parcial realizada em 30 de setembro de 2026, permanecem em circulação 1.250 debêntures, com valor nominal agregado de R$ 12,5 milhões. A emissão ocorreu em 7 de maio de 2024 e o vencimento está previsto para 7 de maio de 2028, sujeito às prorrogações previstas na Escritura. As debêntures fazem jus a remuneração participativa vinculada aos proventos distribuídos pela Companhia, até sua conversão ou efetiva quitação.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A alteração das condições, características e dos direitos atribuídos às debêntures depende de prévia aprovação do Debenturista ou da Assembleia Geral de Debenturistas, conforme aplicável, nos termos da Escritura de Emissão. Cada debênture subscrita e integralizada confere direito a um voto, sendo as deliberações aprovadas pelo voto favorável da maioria absoluta das debêntures em circulação. A assembleia instala-se, em primeira convocação, com debenturistas representando ao menos 50% das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	1

As ações ordinárias de emissão da Companhia estão admitidas/listadas na B3. atualmente a Companhia integra o Segmento Básico da B3, sem negociação efetiva de suas ações em ambiente de bolsa.

A Companhia acompanha a evolução da regulamentação aplicável a emissores registrados e segmentos de listagem, inclusive alterações que possam afetar a forma de acesso ao mercado de capitais, a negociação de valores mobiliários e a captação de recursos junto a investidores.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve negociação efetiva de ações de emissão da Companhia em ambiente de bolsa, nem alteração identificada nos documentos disponibilizados que tenha produzido impacto relevante nas demonstrações financeiras ou na estrutura de negociação de seus valores mobiliários no Brasil.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem titulos negociados em mercados estrangeiros

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem títulos emitidos no exterior

Não aplicável. A Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos três exercícios sociais e, portanto, não há recursos de ofertas públicas a serem reportados neste item.

A Companhia entende que não há outras informações relevantes relacionadas a esta seção que não tenham sido apresentadas nos itens anteriores.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
André Luiz Rosa Rezende	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Registrado	

ANDRÉ LUIZ ROSA REZENDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.560.555, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 377.220.856-87, com endereço comercial na Rodovia BR 459, km 101, s/nº, Galpão 04, Loteamento Ipiranga, CEP 37556-140, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na qualidade de Diretor Presidente da Prática Produtos S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.574.411/0001-00, com sede no mesmo endereço acima indicado ("Companhia"), para fins dos itens 1.2 e 1.3 do Formulário de Referência da Companhia, declara que:

a. revisou o Formulário de Referência da Companhia;

b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e

c. as informações nele contidas retratam, de modo verdadeiro, preciso e completo, as atividades do emissor e os riscos inerentes às suas atividades.

_____

ANDRÉ LUIZ ROSA REZENDE

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Documento não preenchido.